



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO ACADÊMICO EM HISTÓRIA E CULTURAS

MARIA ELCELANE DE OLIVEIRA LINHARES

**“NINGUÉM IA MEXER NAS PANELAS”: SUBJETIVAÇÕES E CONTRAPODERES
NAS MEMÓRIAS DE MULHERES DE SENADOR POMPEU/CE (2011-2013).**

FORTALEZA – CEARÁ

2015

MARIA ELCELANE DE OLIVEIRA LINHARES

“NINGUÉM IA MEXER NAS PANELAS”: SUBJETIVAÇÕES E CONTRAPODERES
NAS MEMÓRIAS DE MULHERES DE SENADOR POMPEU/CE (2011-2013).

Dissertação apresentada ao Mestrado Acadêmico em História da Universidade Estadual do Ceará (MAHIS-UECE); inserida na linha de Memória, Oralidade e Cultura Escrita, como requisito fundamental para obtenção do título de mestre.

Área de concentração: História e Culturas
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Sílvia Márcia
Alves Siqueira.

FORTALEZA – CEARÁ

2015

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Universidade Estadual do Ceará

Sistema de Bibliotecas

Linhares, Maria Elcelane de Oliveira.

"Ninguém ia mexer nas panelas": subjetivações e contrapoderes nas memórias de mulheres de Senador Pompeu/CE (2011-2013) [recurso eletrônico] / Maria Elcelane de Oliveira Linhares. - 2015.

1 CD-ROM: il.; 4 ¼ pol.

CD-ROM contendo o arquivo no formato PDF do trabalho acadêmico com 158 folhas, acondicionado em caixa de DVD Slim (19 x 14 cm x 7 mm).

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Estadual do Ceará, Centro de Humanidades, Mestrado Acadêmico em História e Culturas, Fortaleza, 2015.

Área de concentração: História e Culturas.

Orientação: Prof.^ª Dra. Sílvia Márcia Alves Siqueira.

1. Memórias. 2. Subjetivações. 3. Poder. 4. Gênero.
I. Título.

MARIA ELCELANE DE OLIVEIRA LINHARES

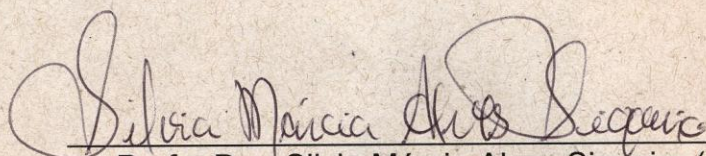
**“NINGUÉM IA MEXER NAS PANELAS: SUBJETIVAÇÕES E CONTRAPODERES
NAS MEMÓRIAS DE MULHERES DE SENADOR POMPEU/CE (2011-2013)”**

Dissertação submetida ao Programa de Mestrado Acadêmico em História do Centro de Humanidades da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do grau de mestre em História.

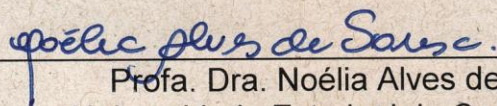
Área de Concentração: História e Culturas

Aprovada em: 14/04/2015.

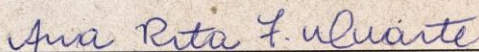
BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Silvia Márcia Alves Siqueira (Orientadora)
Universidade Estadual do Ceará – UECE



Profa. Dra. Noélia Alves de Sousa
Universidade Estadual do Ceará-UECE



Profa. Dra. Ana Rita Fonteles Duarte
Universidade Federal do Ceará - UFC

Este trabalho é dedicado a uma mulher anônima para a história, todavia, detentora de um saber, que nem a mais rebuscada das teorias seria capaz de alcançar: a minha avó, Elza Rodrigues de Oliveira.

AGRADECIMENTOS

À Deus, projetor maior dessa jornada, ser supremo de todo o universo ou de todos os universos, a quem devo a minha existência e a das pessoas que estimo.

À minha mãe, Elba Linhares, grande exemplo de autossuficiência e determinação, com quem aprendi a ser forte, a encarar a realidade e a lidar com ela sem mimos.

Ao meu pai, Célio Linhares, que sem pretensões me ensinou a serenidade e o dom de ouvir e que, juntamente com minha mãe, me possibilitou o equilíbrio: ter força o bastante para superar os obstáculos e humildade o suficiente para não fazer disso uma arma contra os outros.

Aos meus irmãos, Celielton, Celiane e Emanuel, pela nossa eterna infância e por terem me feito lidar desde muito cedo com as diferenças, algo fundamental para a construção de minha personalidade.

Às avós e aos avôs maternos e paternos e as tias queridas, por serem guardiões de tanto saber e pela certeza de que tenho uma raiz forte e profunda!

À Gilvânia Costa e sua família, por ter me proporcionado um lar, entre a formatura da graduação e a seleção do mestrado, sobretudo, por terem me acolhido com tanto carinho.

Aos amigos Andréia Oliveira, Carlos André e sua família, que durante as vindas para a capital, na fase de seleção, me acolheram tão bem em sua casa, preocupando-se inclusive com minha locomoção.

Ao amigo Lucas Pereira, uma amizade que veio sem esforço e que criou raízes, por ter me adotado como irmã mais nova, me protegendo, dando broncas, mas, principalmente, por ter sido meu cúmplice.

À amiga Natália Lima, por sua paciência e, principalmente, pela sua flexibilidade na maneira de lidar com os assuntos mais complexos.

À amiga Rok Sônia Oliveira, por ter aberto veredas para essa jornada em Fortaleza, e pelo seu jeito espontâneo e sincero para comigo.

As três pessoas supracitadas, por terem compartilhado um lar e me possibilitado lidar com a diversidade de jeitos e opiniões, o que me fez crescer ainda mais como pessoa.

Aos visitantes Erick Charles e Gláubia Tavares, por deixarem nossa casa mais alegre e mais florida.

Aos amigos que permaneceram desde a graduação, Geyska Brito, Nathan Pereira, e em especial a Luciana Fernandes, sempre acolhedora, alegre e preocupada com meu estado de espírito.

À amiga Lucélia Andrade, orientadora de minha monografia, pessoa que me ensinou a trabalhar humanamente com as fontes e a fazer da escrita um ato de amor.

À turma do mestrado em geral, que compartilhou comigo tantos percalços e superações, em especial a Rafaela Moreira; a doce Ana Paula Bezerra, a serena Adaíza Gomes, e a pequena grande Aryanna Amorim que, mesmo vindo de outra área me acolheu como parceira de ideias.

Ao Prof. Dr. Altemar Muniz, por ter se esforçado em atender aos apelos burocráticos, dentre tantos outros.

Ao Prof. Dr. Carlos Jacinto, por ter compreendido o meu objeto de pesquisa e ter me ajudado a construir uma hipótese, quando muitos duvidaram.

Aos demais professores que integram o Mestrado de História da UECE.

À Prof.^a Dr.^a Silvia Siqueira, por ter me acolhido como orientanda mesmo com seus inúmeros compromissos e, sobretudo, pelas sugestões sempre pertinentes.

Às professoras Noélia Alves de Sousa e Ana Rita Fonteles pela disponibilidade em contribuir para com o desenvolvimento da escrita e pelas pertinentes considerações.

Aos funcionários do Mestrado Neto, Rosilda e Silvia, sempre pacientes e dispostos ajudar.

Ao apoio técnico da FUNCAP, Instituição que tem me proporcionado construir uma carreira promissora no mestrado.

Às narradoras, Francisca Pinheiro, Celeste Costa, Antônia Oliveira, Vilani Conceição, Rita Oliveira, Raimunda Pereira, Julita Costa e Maria Augusta, por terem aberto as portas de suas casas, possibilitando-me conhecer suas trajetórias de vida e ser uma mediadora entre os seus conhecimentos e a academia.

À amiga de viagens no tempo, Theresa Christine Russo, por ter me estimulado a reencontrar o elo perdido com a arte e com a filosofia em um momento em que me encontrava desestimulada para com a pesquisa, regando sentimentos sublimes e reflexões além-fronteiras.

A todos minha eterna gratidão!

“Eu poderia viver recluso numa casca de noz e me considerar rei do espaço infinito”.

(William Shakespeare)

RESUMO

A escolha temática para esta dissertação foi gestada a partir de entrevistas feitas para a monografia intitulada: *“O espaço do não dito”: Sexualidade e sensibilidades nas memórias das mulheres de Senador Pompeu-CE (1960 a 1970)*. Inserida em um contexto onde a família tinha o papel de instituição disciplinadora, e onde as mulheres trilharam caminhos de normas e silenciamentos em relação a seus corpos, essa pesquisa tinha como fonte principal a oralidade de mulheres que contraíram matrimônio entre 1960 e 1970. Contudo, nas reticências proporcionadas pelas entrevistas, uma inquietação se tornou presente, pois pode ser percebido que, no ato da narração, essas mulheres podem manifestar poderes subjacentes, sobretudo, quando elas se intitulam "donas" da casa e peças centrais na família. O objeto do trabalho passou a ser então as memórias dessa parcela do interior cearense, pertencente a uma cultura popular pouco conhecida: Mulheres entre seus 50 e 70 anos de idade, casadas entre as décadas de 1960 e 1970, moradoras de Senador Pompeu/CE, esposas e mães, agricultoras aposentadas, costureiras, domésticas, etc. Vale ressaltar que para esse grupo de mulheres, onde a cultura escrita é algo longínquo, a oralidade tem um papel central. A partir de tais premissas a urdidura da escrita tem base no seguinte objetivo: compreender suas operações de memória, visando construir uma análise de gênero que revise a naturalização da opressão, e perceba o protagonismo das mulheres enquanto sujeitas de suas próprias narrativas.

Palavras-Chave: Memórias. Subjetivações. Poder. Gênero.

ABSTRACT

The thematic choice for this thesis emerged from interviews for the monograph entitled: "The space of the unsaid": Sexuality and sensitivities of memories of women Senador Pompeu-CE (1960-1970). The research was set in a context where the family had the role of a disciplinary institution, and where women were governed by norms and silences in relation to their bodies. The main source of research was the oral communication of women who contracted marriage between 1960 and 1970, however, within each reticence offered through interviews, a new problem arose, because it might be perceived that, in the act of narration, these women can express underlying powers, especially when they call themselves "owners" of home and family. The object, became therefore their own memories of the women who inhabit the interior of Ceará, and belong to a popular culture: Women between their 50 and 70 who were married between 1960 and 1970, who live in Senador Pompeu/CE, wives and mothers, housewives, seamstresses, etc. It is also important to note that, for this group of women the habit of writing is distant, and therefore oral communication plays a central role. From these assumptions, the set of writing is based on the following objective: understand their memory operations, with the goal of building a gender analysis to analyze the naturalization of oppression, and understand the role of women as subjects of their own narratives.

Key-Words: Memories. Subjectivities. Power. Gender.

SUMÁRIO

1	CONSIDERAÇÕES INICIAIS	11
1.1	TRAJETOS DA PESQUISA: O NASCIMENTO DE UM OBJETO	11
1.2	PREMISSAS METODOLÓGICAS E TEÓRICAS	12
1.3	DA PROBLEMÁTICA AO DESDOBRAMENTO DE UMA HIPÓTESE CENTRAL	21
1.4	AS APORIAS DO RECORTE TEMPORAL/ESPACIAL	24
1.5	O ARCABOUÇO DA DISSERTAÇÃO	26
2	TRABALHADORAS DE OUTRORA	29
2.1	DIMENSÕES DE TEMPO/ESPAÇO	29
2.1.1	Traços compartilhados	38
2.1.2	Os artifícios da memória	43
2.2	MEMÓRIAS SOBRE O TRABALHO E SEUS SENTIDOS TRANSVERSAIS	45
2.2.1	A questão do trabalho no aparelho discursivo: tensões e empoderamento	66
3	“ANJOS DO LAR”	71
3.1	UMA REVISÃO SOBRE OS PAPÉIS DA MULHER NO AMBIENTE DOMÉSTICO	71
3.2	A CASA EVOCANDO MEMÓRIAS	82
3.2.1	O “ser” dona de casa nos processos mnemônicos	83
3.3	O PROBLEMA DA IDENTIDADE	103
4	ESPOSAS E MÃES	107
4.1	AS FACES OPACAS DA OPRESSÃO	107
4.1.1	Um apanhado sobre sexualidade, casamento e maternidade	112
4.2	NOVA CONFIGURAÇÃO DAS RELAÇÕES DE GÊNERO A PARTIR DE 1980	119
4.3	ENTRE ESTIGMAS E SUBJETIVIDADES	127
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	145
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	148

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

1.1 TRAJETOS DA PESQUISA: O NASCIMENTO DE UM OBJETO.

Era uma tarde de sexta feira, dia 29 de abril de 2011. O lugar, a casa de Francisca Pinheiro, mais conhecida como Dona Fransquinha. O que me levava a ela era o trabalho monográfico a que me propus fazer no curso de história, da Faculdade de Educação Ciências e Letras do Sertão Central (FECLESC), campus da UECE em Quixadá/CE. Na base daquela pesquisa procurávamos entender a experiência da sexualidade de mulheres casadas entre 1960 e 1970, utilizando suas memórias como fonte prima. Na casa de Dona Fransquinha eu entrava, portando um gravador digital e um papel com algumas perguntas planejadas. Mas, sobretudo, entrava lá resguardando pensamentos preconcebidos, um deles o de que as mulheres a quem escolhi ouvir eram inteiramente passivas a um poder que regimentava suas vidas.

Aquela era a minha primeira experiência de campo, e a partir do momento em que entrei na casa da entrevistada me dei conta de que a entrevista vai muito além das perguntas, e de que o poder/saber adquirido na academia era naquele momento posto em contraste com outro tipo de poder/saber. Enquanto conversávamos Fransquinha costurava, ao ponto de vez por outra comprometer a qualidade do áudio na gravação. Muito embora naquele momento eu não entendesse muito bem a importância daquela atitude, respeitei a sua escolha.

Éramos assim eu, ela e a máquina de costura. A máquina testemunhava o diálogo, mas acima de tudo parecia alinhar o passado. Enquanto costurava, Dona Fransquinha aparentava colocar todas as suas lembranças, tensões e anseios naquela linha, como se ela sintetizasse sua trajetória de vida. Aquilo que ela relatava estava então para além das propostas de pesquisa de monografia, e o mesmo fenômeno ocorria com as outras cinco entrevistadas na época, entre 2011 e 2012. As suas posições dentro de uma cultura e o próprio exercício da memória ia aos poucos desconstruindo a imagem de passividade que lhes tinha atribuído. Portanto, tendo concluído a graduação, projetava uma dissertação com a intenção de por em foco as operações dessas memórias e suas maneiras de organização do passado.

Aos 04 de março de 2013, eu entrava assim no Mestrado Acadêmico de História (MAHIS), ainda com algumas dificuldades conceituais e metodológicas. Ao

longo das disciplinas, das orientações, das leituras e das pesquisas de campo, a escrita passou por vários estágios de lapidação, sendo necessárias várias reconfigurações do projeto e redefinição do objeto. A principal questão ao longo desse trajeto era: O que as memórias desse grupo de mulheres subjacentes ao conhecimento histórico significam? Portanto, as peculiaridades metodológicas e as principais categorias conceituais desse trabalho passaram a girar em torno do seguinte anseio: Compreender nas memórias de mulheres de Senador Pompeu as razões pelas quais elas selecionam determinadas lembranças, tecendo narrativas e construindo discursos.

1.2 PREMISSAS METODOLÓGICAS E TEÓRICAS.

Embora saibamos que a produção historiográfica depende das escolhas individuais do pesquisador, o “eu” que a pouco foi apresentado será neste momento substituído pelo “nós”, de forma que nessa pessoa dizemos que a dissertação é também um produto do todo onde estou inserida como historiadora. Michel de Certeau (2008) já atentava para isso em *A escrita da história*. Vale ressaltar, no entanto, que a carga de parcialidade é atenuante, no sentido de que aqui não fala somente a pesquisadora, mas uma mulher, vinda também de uma cultura popular sertaneja e movida pelas suas experiências cotidianas. Uma mulher que, certamente experimentou outros tipos de relações com as sujeitas da pesquisa, compartilhando costumes, hábitos, sabores e valores particulares de nosso sertão.

O primeiro aspecto a ser esclarecido é a escolha pela oralidade de determinado grupo de mulheres como sendo a fonte principal do trabalho. Foi dito anteriormente que as reticências das entrevistas feitas durante a produção monográfica deram partida a proposta da dissertação. Por isso, as entrevistas realizadas durante a graduação foram mantidas, já que possibilitaram outras leituras.

Trabalhamos então com entrevistas feitas com 06 mulheres entre os anos de 2011 e 2012. Elas seguiram o seguinte critério: mulheres pobres e sertanejas que se casaram entre as décadas de 1960 e 1970, como sendo uma geração que não teve contato direto com as transformações propostas pelos movimentos feministas. Supomos que elas são pertencentes à última geração de Senador Pompeu/CE a se dedicar inteiramente a família em seus moldes tradicionais. Esse critério primeiro foi mantido durante a projeção da dissertação. Em 2013, foram acrescentadas duas

novas entrevistadas à rede inicial de narradoras, sendo também realizadas consultas com as mulheres já entrevistadas desde 2011. A busca inicial por essas mulheres foi concretizada a partir de informações obtidas durante a primeira entrevista em 2011, sendo que uma foi levando à outra de forma sequencial. Metodologicamente, houve um planejamento prévio de perguntas, mas sempre atentando para certa abertura dada as falas das entrevistadas. Além do gravador digital, uma folha em branco também auxiliava, na perspectiva de registrar algum gesto, expressão ou silêncio aberto à problematização. Depois de transcritas essas entrevistas foram lidas variadas vezes, de forma que pôde ser feita a garimpagem do objeto de nosso trabalho: as memórias.

O mote das entrevistas era as histórias de vida, uma espécie de autobiografia pela oralidade, onde as entrevistadas eram estimuladas a recordarem e a transcorrerem suas trajetórias¹. No exercício empírico e na análise do material coletado percebemos que havia algo mais complexo do que o tema discutido na monografia, e isso vinha do próprio ato de contar a vida estabelecendo marcos pela memória. Esse exercício atentava para o uso que as mulheres fazem da memória, gestando problemas como: Que força motriz faz as narradoras destacarem determinadas lembranças e não outras? Sem dúvida toda operação de memória tem suas razões de ser. Mas, em nosso caso, quais razões são essas? Tais problemas deram partida ao desdobramento da hipótese central deste trabalho.

A partir dessas questões abrimos um balanço teórico com categorias que nos auxiliaram significativamente nos resultados da pesquisa. A primeira delas diz respeito ao *gênero*, pois atendendo ao primeiro problema apontado no parágrafo anterior, notamos que todas as lembranças e as falas estão ligadas a definição de papéis de homens e mulheres.

Sobre isso é importante compreendermos que, por mais que as diferenças biológicas entre os seres humanos sejam uma constante, as atribuições de *homem* e *mulher* foram construídas culturalmente ao longo das relações sociais. Indo muito além das diferenças biológicas, a esse sentido foi associado então à definição de *gênero*. Forjado no seio dos movimentos feministas e pelo anseio de dar voz aos excluídos, o *gênero* tomou seu espaço nos mais diversos campos de

¹ A opção pela construção de trajetórias de vida em História Oral é discorrida por Lucília Delgado (2006) como um caminho promissor, abrindo os horizontes das entrevistas, para que a partir das histórias em um sentido amplo sejam extraídos os temas propícios a análise.

produção de conhecimento. Segundo Joan Scott (1995, p. 77), existia três escolas teóricas dentro dos estudos de gênero: uma sob a luz do feminismo tenta explicar “as origens do patriarcado”; a outra de caráter essencialmente feminista tem compromissos explícitos contra o ‘marxismo’; e a terceira tenta compreender e explicar a construção da “identidade de gênero do sujeito”. Mas foi a partir da década de 1980 que, buscou-se uma maior legitimidade acadêmica para a categoria de *gênero*, substituindo de vez o emprego exclusivo do termo *mulheres*. Isso pela compreensão de que homem e mulher não podem ser duas esferas de estudos separadas, e que o campo mais rico de análise está nas próprias relações.

Porém, houve uma intrínseca resistência à categoria de gênero inclusive na historiografia, sob a “[...] acusação de ser uma ‘história militante’, portanto, ‘não científica’ [...]” (PEDRO, 2011, p. 270). Por isso, vem sendo travado embates necessários em defesa dos estudos de gênero, na perspectiva de que nenhuma categoria está imune à passionalidade e à revisão de suas premissas.

Em 1986 a revista dos *Annales* dedicou uma parte especial para o debate sobre as novas perspectivas em relação ao feminino/masculino, como resultado de pesquisas interdisciplinares feitas por historiadoras como Michelle Perrot, Arlet Farge, Geneviève Fraisse, entre outras. Traduzido para o Brasil por Rachel Soihet (2000), o texto foi publicado na Revista do Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero, trazendo em debate algumas fragilidades que tornaram difícil a legitimação desses estudos, como por exemplo, a preferência pelo estudo do corpo, pelos discursos normativos e pelo argumento tautológico da dominação masculina.

Dentro dessa avaliação foram pontuados os novos caminhos a serem tomados, sob uma influência cada vez maior da história cultural e da visão de que o poder tem várias facetas. Atentou-se que, é “[...] preciso compreender como uma cultura feminina constrói-se no interior de um sistema de relações desiguais, como ela mascara as falhas, reativa os conflitos, baliza tempos e espaços, como enfim pensa suas particularidades [...]” (SOIHET, 2000, p.10). Passou-se então a compreender que não existe uma definição única para feminino e masculino, que a questão da identidade construída no seio das diferenças entre os sexos é variável de acordo com determinados grupos sociais e culturais, e que as relações de gênero não são verticais.

Desde essa revisão importante iniciada na década de 1980, mulheres outrora anônimas para a história tem se tornado cada vez mais presentes, com suas

subjetivações e micropoderes. Vale destacar o esforço constante de historiadoras como Joan Scott (1995), que contribuiu para solidificar a categoria de gênero no campo historiográfico; Michelle Perrot (2005), com uma escrita comprometida em retirar as mulheres do silêncio; Mary Del Priore (1997), que tem feito análises pertinentes sobre temas como a sexualidade, o corpo, a maternidade; Joana Pedro (2000) ao tratar sobre como se configuram as esferas de separação entre homens e mulheres; Maria Izilda Santos de Matos (2002), com estudos sobre a questão do trabalho para mulheres pobres; Maria Odila Leite da Silva Dias (1995), ao dar visibilidade às mediações de poder no cotidiano de mulheres das classes oprimidas; Marina Maluf (1995), ao explorar as particularidades das memórias femininas; Margaret Rago (2013), com suas análises em torno da subjetividade; entre tantas outras historiadoras e historiadores.

Podemos citar ainda a contribuição importante provinda de outras áreas, como a antropologia e a sociologia. Vale citar a contribuição da antropóloga Suely Kofes (1993), que utiliza o método biográfico e etnográfico para o estudo de trajetórias femininas. Podemos destacar também a presença de revistas científicas como *Pagu* (Núcleo de Estudos de Gênero da Unicamp) e *Estudos Feministas* (Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina), revistas que tem propiciado uma abertura significativa no que se refere à decifração de outros códigos presentes nas relações de gênero. Todo esse avanço é deveras importante para a produção de nossa escrita.

Entrecruzado a este balanço bibliográfico está o manuseio de teses e monografias, que trazem traços importantes da presença feminina em sociedade e das construções de gênero em contextos associados aos que são memorizados pelas entrevistadas. Cabe citarmos aqui: Rosângela de Souza Oliveira (2006) em monografia intitulada *A influência da Estrada de Ferro para o cotidiano dos moradores de Senador Pompeu*; Noélia Alves de Sousa (2007) em tese intitulada *Sábias mulheres: Uma investigação de gênero sobre parteiras no sertão do Ceará (1960-2000)*; Francisca Antônia Lourenço Pereira (2009) em monografia intitulada *Vendedoras da Estação Ferroviária: Trabalho feminino em questão – 1950 á 1960 (Senador Pompeu-CE)*; Lucas Pereira de Oliveira (2012) em monografia intitulada *A violenta intimidade do lar: Percepção da violência contra mulheres nos processos criminais de Senador Pompeu/CE*; e a monografia que serviu de impulso para essa dissertação, Maria Elcelane de Oliveira Linhares (2012), “O espaço do não dito”:

Sexualidade e sensibilidades nas memórias das mulheres de Senador Pompeu/CE (1960-1970).

Entendendo que a questão de gênero está inteiramente vinculada à cultura, e que em cada contexto há uma maneira particular de lidar com o feminino, passamos a mencionar outra categoria definidora nesse trabalho: a de *cultura popular*, universo no qual acreditamos ser experimentado pelas entrevistadas. Para Michel de Certeau (2009), existe um tipo de cultura dominante, que detém meios de disseminação e oficialização cultural. Exemplo disso é o poder do Estado, a medicina, o saber científico, e toda e qualquer forma de manifestação erudita ou de controle dos indivíduos. Em contrapartida, existem códigos que estão fora de um campo erudito ou disciplinador. Eles são produzidos e propagados pelos homens e as mulheres comuns que, em suas experiências cotidianas constroem suas próprias visões de mundo e apropriações. São então parte de uma cultura popular.

Comungamos assim com Antonio Torres Montenegro (2010, p. 36), quando diz que a “cultura popular é [...] tomada como a produção de uma parcela da população marcada [...] pela sua condição, representando e instituindo um imaginário do mundo a sua volta [...]”. Quando definimos a cultura compartilhada pelas mulheres pesquisadas, não podemos deixar de destacar também a concepção que Edward P. Thompson (1998, p.17) construiu sobre cultura popular, como sendo uma categoria vinculada à história vista de baixo e tendo ligação profunda com a resistência das camadas mais pobres dentro da dinâmica social.

Nessa perspectiva, lidamos também com fontes e bibliografias que permitem vislumbrar imaginários compartilhados, referentes às pequenas cidades do interior do Ceará, ao meio rural, a roça, a seca, entre outros elementos. Citamos: José Nogueira Saraiva Júnior (2004) em sua obra literária *Senador Pompeu em Crônicas*; José Olivenor Souza Chaves (2002) em tese intitulada *Atravessando Sertões: Memórias de velhas e velhos camponeses do Baixo-Jaguaribe-CE*.

Cabe esclarecer ainda que, quando tratamos da categoria de cultura popular poderíamos dizer que escrevemos histórias de mulheres comuns, pelo fato de que elas não são mulheres que se destacaram politicamente, não são escritoras, nem famosas, em síntese, não há registros sobre suas vidas. Porém, comum não é sinônimo de insignificante. É o que atenta Daphne Patai (2010, p. 19) quando diz:

Não há vidas sem sentido, e não há histórias de vida sem significado. Existem apenas histórias de vida com as quais nós (ainda) não nos preocupamos e cujas revelações (incluindo aquelas de estonteante trivialidade) permanecem-nos por essa razão, obscuras.

Dentro desse campo a oralidade assume uma presença crucial, porque embora todas as mulheres pesquisadas tenham sido alfabetizadas, os seus modos de registro não são os das palavras escritas, mas das palavras faladas. A oralidade é então para a cultura popular muito mais do que o ato biológico de emitir sons pela boca, do que o principal código de comunicação utilizado na vida social. Em uma cultura que não está contemplada por técnicas de saber científico ou por uma tradição letrada ela é a forma mais astuciosa que os homens e as mulheres têm para deixarem sua marca na história.

Além disso, a oralidade é, metodologicamente, algo definidor em nosso trabalho, uma vez que ela é o veículo pelo qual podemos “[...] capturar as narrativas de sujeitos sobre suas experiências e incorporar suas interpretações, apontar junções e disjunções temporais, mudanças e continuidades, tradições e rupturas” (KOFES; PISCITELLI, 1997, p. 345). Contudo, é importante esclarecer que a entrevista não é entendida aqui como uma simples técnica de extrair informações, mas, como diria Alessandro Portelli (2010, p. 04) é “um espaço compartilhado de narração, em que a presença do historiador oferece ao entrevistado alguém que está ali para escutá-lo, coisa que não lhe ocorre com frequência”. É uma relação definida ainda por Portelli como “multivocal”.

É imprescindível dialogar novamente com o rico trabalho de Daphne Patai (2010, p. 20) para com a história oral realizado na década de 1980, onde a mesma coletou variadas narrativas orais de mulheres brasileiras comuns. Ela reforça a importância da entrevista enquanto relação multivocal, indo além quando concebe que as gravações resultadas das entrevistas são “um ponto de intersecção entre duas subjetividades – a dela e a minha, as suas visões culturais e as minhas, as suas memórias e as minhas perguntas, a sua percepção de si e a minha própria”.

O exercício metodológico para com a oralidade é dividido então em quatro etapas: A realização das entrevistas, já mencionadas aqui; as transcrições, seguindo a escrita fiel do que foi gravado; as autorizações, referente à documentação assinada pelas entrevistadas, com base na ética exigida para a utilização de suas trajetórias de vidas; e a construção de uma narrativa a partir das narrativas. Essas duas últimas etapas consistem no poder e no dever que temos ao utilizar as

entrevistas. Poder porque, embora “a palavra que recebemos [seja] ² uma palavra alheia; [...] a palavra que escrevemos, [...] é nossa, [...] está em nosso nome, aquele que aparece na capa dos livros que escrevemos” (PORTELLI, 2010, p.06). Mas dever porque, apesar de dominarmos o que está escrito, o que foi falado está onipresente no trabalho, envolvendo vidas reais, que merecem ser tratadas com ética e respeito. Asseguramos então que todas as citações utilizadas ao longo da dissertação passaram pela aprovação das entrevistadas.

Quando afirmamos que construímos uma narrativa das narrativas, concordamos com Paul Ricoeur (1994) que narrar é configurar sequências de acontecimentos, modelando humanamente o tempo. É algo que as entrevistadas fazem, a partir da reminiscência e por meio da oralidade, quando nos contam suas trajetórias, organizando a vida como uma história “[...] segundo uma ordem cronológica que também é uma ordem lógica” (BOURDIEU, 2006, p. 184), lidando com uma temporalidade constituída de elementos semânticos. É, pois, também um exercício que fazemos no processo da escrita historiográfica, quando nos apropriamos dessas trajetórias e as reconfiguramos a partir de nossos objetivos.

Concordamos ainda com Walter Benjamin (1987, p. 221) que o narrador é aquele “[...] que poderia deixar a luz tênue de sua narração consumir completamente a mecha de sua vida”, ousamos dizer que a partir da memória as mulheres constituem sim narrativas. Por isso, adiantamos que elas não serão mencionadas ao longo da escrita como testemunhas do passado, meramente depoentes, mas como narradoras.

Por conseguinte, se todos os caminhos partem das memórias, como sendo nosso objeto, importa então apresentarmos o que afinal entendemos por memória, aquilo que em um esforço hermenêutico tentamos decifrar, tornar palpável, e inteligível.

A memória, esse presente de uma coisa ausente no qual debate Paul Ricoeur (2007), sempre foi um enigma para os filósofos e fenomenólogos, desde os gregos clássicos até os dias atuais, sendo formuladas várias explicações e metáforas de como a memória se opera. Exemplo disso é a memória como impressão em placa de cera (metáfora da relação memória/alma), em Sócrates e Platão; a memória como um aviário que armazena pássaros (metáfora para a

² Interferência nossa.

retenção de informações), em Aristóteles; a memória como um palácio, onde se segregam vários compartimentos inclusive para resguardar o esquecimento (metáfora para as nuances da memória), em Santo Agostinho; a memória como uma projeção micro da órbita dos planetas (metáfora sobre a formação da memória), em Robert Fludd; a representação do processo de memória através do cone, por Bergson, como muitas outras representações.

Ora, não seria tão simples entender a memória, uma vez que ela é a ponte mais promissora de acesso ao passado e mesmo assim não o trás de volta em estado bruto, mas sim com filtros. Exatamente por isso, ela foi por muito tempo vista com desconfiança pelos estudos históricos, isso quando esses estudos estiveram inseridos em uma busca cega pela imparcialidade e pela verdade dos acontecimentos passados. O fato é que existe uma intrínseca diferença entre história e memória, e que essa é definidora para a relação que os historiadores mantêm com as memórias, sejam elas fontes ou objeto de estudo. Como ressalta Pierre Nora (1993, p. 09):

[...] longe de serem sinônimos, tomamos consciência que tudo opõe uma a outra. A memória é viva, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é [por sua vez] ³ a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais.

Contudo, o ponto de intersecção entre as duas é o passado. E a relação conflituosa ou não de ambas ocorre quando a História, ciência dos homens no tempo e no espaço (BLOCH, 2001) recorre à memória, para aproximar-se do passado, ou mesmo para compreender grupos sociais e culturas diversas, condicionando nela um saber que se constitui na academia. Entrementes, importa esclarecer que em nosso trabalho não recorreremos à memória como transporte para determinado tempo em determinada sociedade, e sim exploramos como as mulheres se utilizam desse transporte, seus “usos e manipulações”.

Chegamos a este ponto porque ao longo das discussões historiográficas os filtros da memória antes tidos como empecilho, passaram a ser entendidos como tendo um peso tão importante como o próprio passado. Citemos algum desses filtros: o *enquadramento* do que é dito, sob a influência das experiências sociais

³ Interferência nossa.

compartilhadas, como sendo a dimensão coletiva tratada por Maurice Halbwachs (1990); a tentativa de *silenciamento*, os quais Michael Pollak (1989) entende como o “inconfessável”, que pode também ter precedentes coletivos; as *descontinuidades*, que Arlette Farge (2011) ressalta como momentos de quebra marcados em grande parte por emoções, como a dor e o sofrimento; o *nível imaginativo*, em que se operam os desejos, as fantasias e os mitos, a partir de imagens e sensações como diz Luisa Passerini (1993). Sobre os filtros apresentados, acreditamos que o grande salto dado pela a história é a compreensão de que eles têm suas razões de ser.

A título de esclarecimentos, por trabalharmos com as complexas categorias de memória, narrativa e discurso, importa dizer que atentamos para as suas diferenças na decifração dos relatos orais. Por isso, é importante dividi-las de forma mais sintética e objetiva, para que o leitor possa transcorrer para os capítulos. A memória, objeto de nosso trabalho, é tida aqui como um exercício de retomar o passado por meio das lembranças, contendo especificidades que já tratamos anteriormente. Como defende Aristóteles (*apud*. VELOSO, 2002) ela é uma operação mental particular, sendo que seu funcionamento, de certa forma, é independente em relação aos outros processos cognitivos. A narrativa, por sua vez, é um resultado da memória, onde são construídos trajetos e sequência lógica de acontecimentos. A oralidade, tida aqui como fonte e prática cultural é o veículo pelo qual se expressa às lembranças e as narrativas. Já o discurso, remete inteiramente ao presente, podendo estar embutido nas narrativas para firmar ideias, expor posturas e convencer, justificando-se pela memória e utilizando eloquentemente os aparatos narrativos.

A partir de todas essas concepções, e do princípio de que o indivíduo tem suas formas de representar o passado, poderíamos dizer que tudo é construção, e erroneamente propor que o real não existe. De fato, chegou um momento em que o positivismo ou as visões de totalidade, não bastavam para explicar homens e mulheres em tempos e espaços. E que se tornou necessário investigar “como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler” (CHARTIER, 2002, p. 16-17), partindo disso o caro conceito de *Representações*. Mas nem por isso podemos dizer que não há veracidade no trabalho historiográfico, porque a história encontra a realidade no elemento humano vivo das fontes. Ademais, afirmar que o real não existe é, como atenta Verena Alberti (2004, p.10), “[...] fechar os olhos àquilo que a entrevista efetivamente

documenta”: as trajetórias que de fato existiram, as experiências que aconteceram. Podemos dizer então que, mesmo móvel, volúvel, desconfiável, o elemento humano será sempre humano, isso é real.

1.3 DA PROBLEMÁTICA AO DESDOBRAMENTO DE UMA HIPÓTESE CENTRAL.

Em um momento anterior mencionávamos uma aporia que se revelava na análise do material coletado e na percepção sobre o exercício da memória: Que força motriz faz as mulheres pesquisadas destacar determinadas lembranças e não outras? Sem dúvidas toda operação de memória tem suas razões de ser, mas em nosso caso que razões são essas? A partir das perguntas feitas ao material coletado na pesquisa, de uma análise de cunho hermenêutico, e de um diálogo teórico promissor chegamos a alguns resultados. Lembremos, antes de tudo, que esses resultados não são estáticos, são na verdade novas formas de ler.

A primeira leitura feita em torno do exercício da memória das mulheres entrevistadas é a de que, se elas selecionam determinadas lembranças é para que vejamos seu passado da maneira que elas querem. Quando o fazem elas se mantêm em um papel central, na medida em que são donas de suas memórias. A segunda leitura é a de que, selecionando as lembranças, elas constroem uma imagem para si, e fazem isso de forma semelhante porque compartilham a mesma cultura. Esse retorno a si é o que Foucault denominou de subjetivação, conceito que ousamos utilizar em nosso trabalho. A terceira leitura, por sua vez, é a de que, se existe uma verdade pré-concebida sobre as mulheres, elas a reverterem quando se apresentam como protagonistas, manifestando um poder subjacente. É importante enfatizar para tais leituras foi feita a apropriação de alguns trabalhos conceituais que lidam com as categorias de sujeito, de subjetivação e de poder.

Podemos dizer que a *subjetivação* é inerente ao sujeito e, portanto, ela pode estar ligada a duas faces: a primeira é referente à sua subordinação, ou mesmo sujeição a regimes de poder; e a segunda diz respeito ao sujeito com sua capacidade de agir e opinar. Aliás, esse paradoxo foi muito caro a historiadores e a filósofos. Podemos citar como maiores defensores do sujeito como protagonista, os estudiosos da história social, no âmbito de que tudo partiria do sujeito e para ele. Em contraposição, citamos o filósofo Michel Foucault (1979), que concebe o sujeito não

como ponto de partida para a análise histórica, mas como ponto de chegada, entendendo que, são os regimes de poder o que os tornam sujeitos. Sem dúvidas essa disparidade gerou tensões no campo historiográfico, mas em uma reavaliação de sua teoria, Foucault admite que o sujeito não seja passivo. É nessa abertura que em suas aulas publicadas na obra *A Hermenêutica do sujeito* (1981-1982), ele recorre aos gregos clássicos para tratar da capacidade humana do “conhece-te a ti mesmo”. A partir disso ele chegou a um consenso em relação ao sujeito e a capacidade de subjetivação, vindo a produzir outros tratados importantes. Foucault (1984, p. 15) concebe então as subjetividades como:

Práticas refletidas e voluntárias de relação de si para consigo, através das quais os homens não somente se fixam regras de conduta, como também procuram se transformar, modificar-se em seu singular e fazer de sua vida uma obra que seja portadora de certos valores estéticos e responda a certos critérios de estilo.

A propósito, em um balanço significativo sobre a filosofia de Foucault, a historiadora Margareth Rago (1995) esclarece que a questão principal de Foucault não era o poder ou o saber, como muitos pensavam, mas a produção do sujeito, sua sujeição a verdades estabelecidas e posteriormente as formas de subjetivações por ele encontradas.

Por meio da subjetividade é criado assim um modo de existir, a que podemos chamar de identidade, porque o sujeito não pode ser concebido como uma entidade pronta, mas aquele que se constitui e atribui sentido a si, ao passo que é capaz de entrar em contato com as forças e com as diferenças nas suas relações sociais (DELEUZE, 2001). Por isso, a subjetividade não remete essencialmente a uma centralização do indivíduo. Entendendo, sobretudo, que a identidade é uma construção, acreditamos que ela só acontece “[...] a partir dos encontros que vivemos com o outro” (MANSANO, 2009, p. 111).

Mas, em todas estas análises podemos notar que a subjetivação tem ligação direta com o poder. E o que queremos dizer com isso? Quando tratamos de poder no trabalho compreendemos que ele remete a discursos e práticas, que de forma invisível intentam moderar os indivíduos (FOUCAULT, 1979). Mas, não o compreendemos de forma vertical, e sim como uma via de mão dupla, em relações de poder e contrapoderes, de forma que o sujeito é submetido à verdade sobre ele e em contrapartida cria a verdade sobre si mesmo. Comungamos assim com a

interpretação que Margareth Rago (2011, p. 25) faz de poder e subjetivação em Foucault. Ela conclui que o processo de subjetivação possibilita “[...] um deslocamento em que se acentuam os modos a partir dos quais escapamos às redes de poder e trabalhamos a invenção do próprio eu, na multiplicidade de personagens que podem nos afetar”.

É possível acrescentarmos que as mulheres inseridas no bojo desse trabalho estavam em um momento propício para subjetivações durante as entrevistas, sobretudo, pela idade em que se encontravam (entre 60 e 70 anos). Nesse âmbito, a velhice pode ser entendida como um ponto de chegada, na medida em que percorreram um longo trilha de experiências. Como reflete Eclea Bosi (1994, p. 75) há para os velhos uma intrínseca vontade de “revivência”. E o que é a vontade de revivência senão uma construção de si?

Cremos ainda que, trabalhar com a complexidade dessas subjetivações é algo rico para a historiografia e vem ganhando cada vez mais espaço desde os anos 80. Esse direcionamento do trabalho explica o porquê de optamos por um número restrito de narradoras e de relatos, na medida em que afunilando o campo de entrevistas foi possível analisar melhor, cada uma das histórias de vida e a idiosincrasia que as permeia. Ademais, Daphne Patai (2010), em sua escrita sobre histórias de vida de brasileiras comuns, é um exemplo importante no que se refere a metodologia da história oral direcionada a questão da subjetividade e dos variados temas que surgem do processo de construção de si. Em sua metodologia há uma seleção das narradoras, de forma que de 60 entrevistadas 20 aparecem na sua escrita. Dentre os motivos para tal escolha está exatamente o que propomos aqui: a qualidade da interpretação do material coletado.

Em uma intermediação de todas estas ideias, compreendemos então que os homens e as mulheres estão na condição de sujeitos a regimes de verdades e presos às variadas formas de poder, mas retornam como protagonistas, porque têm consciência de si, produzem identidades, impulsionam as relações sociais, e sugerem seus próprios poderes. Tomando de empréstimo a expressão utilizada por Roger Chartier (1995), podemos dizer que, as subjetivações estão associadas à manifestações de contrapoderes. A partir dessa hipótese, os capítulos foram divididos pelas três formas principais que, em nossa interpretação, o grupo de mulheres estudadas utilizou para tecer suas subjetivações e para sugerir contrapoderes.

1.4 AS APORIAS DO RECORTE TEMPORAL/ESPACIAL.

Ao longo do desenvolvimento da pesquisa/escrita uma das dificuldades latentes era a de propor um recorte temporal consistente. Inicialmente, houve a tentativa de remeter ao período de 1960 a 1980, momento em que as mulheres em foco experimentaram o casamento e a construção da família, acreditando ser possível justificar esse recorte pelos mesmos motivos do trabalho monográfico. Isso porque ainda não havia a compreensão de que, o objeto que se revelara não mais eram as experiências de outrora, mas o próprio exercício das memórias, gestadas nas entrevistas. Um problema crucial então se colocava: Existe um tempo em se tratando de memória? Qual?

Sabemos que o tempo somado a dinâmica do espaço compõe a essência da história, aliás, o lido rigoroso e incessante com esses dois elementos (tempo/espaço) é um grande diferencial da história em relação a outras ciências. Contudo, o tempo nunca deixou de ser uma incógnita para o historiador, assim como para filósofos e cientistas: Platão, Plotino, Aristóteles, Agostinho, Kant, Bergson, Husserl, Heidegger, Newton, Einstein, como tantos outros estudiosos.

Sobre as relações Tempo-História e Tempo-Memória, não podemos deixar de citar aqui as importantes reflexões de Paul Ricoeur (2007). Em *A memória, a história, o esquecimento*, debatendo filósofos e fenomenólogos, ele sugere que o tempo para os historiadores é algo profundamente associado aos acontecimentos e a organização inteligível dos mesmos. Ademais, Jacques Le Goff (1990, p. 09) foi um dos historiadores que atentaram sobre o trato do historiador para com o tempo, que segundo ele acontece de duas formas: “[...] a definição de pontos de partida cronológicos [...] e a busca de uma *periodização* [...]”. Contudo, ele também afirmara que o historiador é confrontado com o tempo da *memória*, “que atravessa a história e a alimenta”.

Sem dúvidas, o historiador carrega o fardo de atribuir “limites” ao que está isento deles. Essa “ordem do pensável”, a memória, seria, pois um elemento a ser lapidado pelo historiador. E é essa também a nossa empreitada aqui. As memórias de mulheres, que cifram trajetórias de vida, compõem sensações, lugares, acontecimentos e laços coletivos, em uma dinâmica própria de tempo e espaço postos nas narrativas orais com determinadas intenções.

Podemos dizer que existe sim um tempo da memória. E quando falamos de memórias que resultam em subjetividades nesse trabalho, estamos a tratar, sobretudo, da experiência humana de um tempo não cosmológico, que parte da percepção, como ressaltava Agostinho (2008). O que está em jogo nesse sentido não é somente o que passa, mas o que as mulheres tentam tornar presente. É nesse debate cabível em que encontramos a possibilidade quase perdida de um recorte temporal.

Em sua relação com a memória a historiografia lida com duas temporalidades, o tempo em que se desembocaram os acontecimentos relatados, e o tempo em que as narrativas são expostas (PINTO, 1998), em nosso caso as entrevistas. Por uma necessidade metodológica, fomos levados então a fazer a nossa opção. Ora, se nossos estudos estão centrados no exercício da memória, e se a partir de narrativas e discursos, construídos entre 2011 e 2013, formulamos uma hipótese para esse trabalho, não haveria recorte temporal mais plausível do que o próprio tempo das entrevistas, aquele presente onde as memórias foram evocadas. Como diria Beatriz Sarlo (2007, p. 49),

[...] É inevitável à marca do presente no ato de narrar o passado, justamente porque no discurso o presente tem uma hegemonia reconhecida como inevitável e os tempos verbais do passado não ficam livres de uma 'experiência fenomenológica' do tempo presente da enunciação. 'O presente dirige o passado assim como um maestro, seus músicos', escreveu Italo Severo. E, como observa Halbwachs, o passado se distorce para introduzir-se coerência.

No entanto, essa opção não nos tira a necessidade de estar sempre mediando entre as experiências passadas e os momentos em que as narrativas foram produzidas, porque essas dimensões estão profundamente interligadas. O recorte temporal aqui delimitado não é, portanto o de uma história do tempo presente unilateral⁴, mas aquele que toma o presente como ponto de partida para outras temporalidades. Entendemos, sobretudo, que esse recorte temporal (2011-2013), já rompeu com o invisível tecido da realidade e que é no processo de escrita, quase um artesanato, em que as experiências/os fatos/ e o real vivido são agregados às intenções do narrador. Afinal, como diria Michel de Certeau (2008), o historiador fabrica. A temporalidade é, pois também uma peça dessa fabricação.

⁴ O conceito de *história do tempo presente* não é utilizado, por acreditarmos que ele está limitado a certa circunstancialidade e a fatos que se pretendem objetivos, ofuscando a dimensão subjetiva de tempo.

Por sua vez, a espacialidade, assim como o tempo, não pode ser entendida aqui de forma cristalizada. Podemos dizer que ela tem dois vieses. O primeiro deles é referente à própria delimitação geográfica da pesquisa, o “onde” da experiência das entrevistas, e, por conseguinte da enunciação dos processos de memória. A cidade de Senador Pompeu, localizada no sertão central cearense é, portanto, o espaço geográfico da pesquisa⁵. Todavia, esse único viés espacial não é capaz de contemplar nosso trabalho. Como ressalta José D’Assunção Barros (2010, p. 43) é inviável afirmar que os melhores recortes remetem a um país, uma cidade, etc. “[...] muitas vezes o objeto construído desejaria romper de diversas maneiras estas muralhas artificiais que insistem em contê-lo, [...] ou em mantê-lo sólido quando ele se quer fluido”. É a partir dessa perspectiva que o segundo viés da espacialidade assume seu lugar nessa dissertação, dizemos sobre a espacialidade da memória que quebra qualquer limite geográfico. A espacialidade da memória remete aos vários espaços fluidos nas lembranças. Podemos citar em nosso caso os sítios, as roças, as casas de ontem e as casas de hoje, entre tantos outros.

É importante destacar que, nesse trabalho, temporalidade e espacialidade compartilham de um mesmo escopo: o ser. Apropriamo-nos assim do pensamento do filósofo Martin Heidegger (2013), que define a temporalidade-espacialidade pelo ente da “presença”. Em um sentido ontológico ele explica que através da “presença” o ser não é entendido como simples matéria⁶, mas, como aquele que “sendo” e “estando” é capaz de transcender a si mesmo e se redescobrir.

1.5 O ARCABOUÇO DA DISSERTAÇÃO.

Como já mencionado, os capítulos foram divididos pelas três formas principais que o grupo de mulheres estudadas utilizou para tecer suas subjetivações e de onde sugerimos relações de poderes e contrapoderes: as experiências de trabalho; de donas de casa; de esposas e mães.

O 1º capítulo tem o objetivo de analisar como as mulheres em estudo se protagonizam quando narram as “lutas” diárias para garantirem o sustento da família. No tópico *Dimensões de tempo/espaço* – explanamos sobre o presente onde

⁵ A configuração do espaço supracitado dentro da atualidade está explanado com maiores detalhes no primeiro e terceiro capítulo dessa dissertação.

⁶ Sentido cartesiano.

as mulheres estão inseridas e breves trajetórias de cada uma das entrevistadas. Para tanto utilizamos dados oficiais do IBGE, os trechos iniciais de cada entrevista e outras informações obtidas em entrevistas complementares⁷ feita com cada uma das mulheres com o propósito metodológico de apresentar aspectos biográficos sobre cada uma delas. No subtópico *Traços compartilhados* – destacamos elementos de uma cultura em comum, feito através do cruzamento entre as entrevistas. Na análise das entrevistas são percebidas intrínsecas seleções das memórias, por isso, no subtópico *Os artifícios da memória* – fazemos uma análise desses procedimentos. No tópico *Memórias sobre trabalho e seus sentidos transversais* – é explorado o primeiro elemento selecionado pelas memórias das narradoras: as suas experiências como trabalhadoras. A partir de fragmentos dessas memórias são analisados códigos que dizem respeito ao trabalho feminino de mulheres pobres e donas de casa, entrecruzando fontes escritas e de um referencial teórico promissor. No subtópico *Mulheres chefes de família: tensões de gênero e subjetivação* – trazemos à tona as razões pelas quais o trabalho é pontuado por essas mulheres, analisando-as de acordo com nossa hipótese central.

Lembramos que, metodologicamente, toda a escrita é desenrolada a partir das falas das narradoras por nós organizadas, partindo delas todas as questões levantadas, como a utilização de outras fontes e os balanços teóricos.

No 2º capítulo trabalhamos a construção do significado de “donas”, quando as mulheres narram o seu pequeno grande universo, a casa, colocando-se como protagonistas. No tópico *Uma revisão sobre os papéis femininos no ambiente doméstico* – fazemos um panorama sobre a atribuição do papel de dona de casa na história, com um balanço teórico sobre o assunto. No tópico *A casa evocando subjetivações* – adentramos no substrato da casa, na intenção de fazer com que o leitor compreenda o sentido simbólico agregado a esse espaço, como sendo o palco onde as narradoras se protagonizam. Nessa empreitada nos apropriamos de reflexões históricas, antropológicas e filosóficas importantes. Por sua vez, no subtópico *O “ser” dona da casa nos processos mnemônicos* – trazemos as memórias das narradoras sobre como foram educadas para serem donas de casa e as narrativas sobre suas atuações e movimentações do espaço doméstico, onde

⁷ Realizadas durante o mês de março de 2014, essas entrevistas remetem a questões padronizadas para cada uma das oito mulheres e a depoimentos escritos. Na verdade elas não assumem a mesma posição que as já mencionadas nessas considerações iniciais. Por sua vez, assumem uma posição complementar, no sentido de apresentar informações extra pesquisa.

detectamos a manifestação de poderes/saberes subjetivados assim como dissonâncias discursivas. No tópico *O problema da identidade* – retornamos a questões colocadas no início do capítulo, principalmente no que diz respeito à abertura de nosso olhar para outra leitura sobre as mulheres.

Seguindo a lógica de estruturação dos capítulos (as formas de subjetivações e contrapoderes emanados pelas memórias), analisaremos no 3º capítulo as memórias sobre os papéis de esposas e mães, permeados de paradoxos. No entanto, tornaremos visível o motivo de as memórias das mulheres serem permeadas de contrapoderes, mostrando de que forma o poder se exerce. No tópico *As faces opacas da opressão* – discutimos a diferenciação entre os sexos, a divisão de papéis sociais, a construção da ideia de dominação masculina e o enquadramento conceitual onde a mulher é posta. No subtópico *Um apanhado sobre sexualidade, casamento e maternidade* – destacamos a questão da sexualidade enquanto dispositivo de poder sob as mulheres, tendo efeitos cruciais nas experiências do casamento e da maternidade. No tópico *Nova configuração das relações de gênero a partir de 1980* – fazemos um panorama sobre como questões discutidas no outro tópico passaram por mudanças. Finalmente, no tópico *Entre estigmas e subjetividades* – demonstramos nossas decifrações em torno das lembranças, narrativas e discursos que tratam das marcas deixadas pela pressão social e ao mesmo tempo da construção de si.

Em suma, com a delicadeza de um anfitrião e a humildade de um aprendiz, convidamos o leitor a tomar conhecimento dos resultados de nossa pesquisa e a tirar suas próprias conclusões, na perspectiva de que há sempre novas leituras e, por conseguinte, novas interpretações. Sinta-se em casa!

2 TRABALHADORAS DE OUTRORA.

“Acordo antes da aurora/ E da inação da alvorada/
À melodia do crepúsculo/ Eis o meu braço erguido
para a luta/ Tenho o sol arriba do miolo/ Como
guia dos pés/ A encrespar minha face/ As mãos
pocadas de calo/ As pálpebras rasas do pensar./
Os olhos fundos do caminhar/ O olhar vivo do
buscar/ A pele embranquecida do pó da estrada/
O rosto enrubescido de mui afazeres/ O cabelo
tingido de cruéis janeiros/ Sonho?/ Tenho [...] Quero comer trabalhando [...]”. (Jota Neris)

Sob o filtro da memória o leitor entrará em contato com as experiências vivenciadas por mulheres que se autodefinem trabalhadoras, evocando contextos diversos que perpassam a linha de demarcação temporal posta no título dessa dissertação e, sobretudo, suscitando subjetivações. Como foi explanado nas considerações iniciais desse trabalho, o tempo-espço está longe de ser linear, porque é, sobretudo, subjetivado. As experiências passadas são então postas na fala por meio da memória, porque deixaram marcas profundas e porque justificam um ser mulher no presente a partir dos discursos.

2.1 DIMENSÕES DE TEMPO/ESPAÇO.

Adentrando nos fatores inerentes dos contextos das mulheres em estudo nos voltamos, sobretudo, a complexidade da memória, de forma que seu caráter fugitivo dificulta as possibilidades de situar espaços e tempos concretos. Temos problematizado isso ao tratar do recorte temporal dessa pesquisa. Lembramos, pois, que no exercício de reminiscência, passado, presente e futuro não estão separados em cadeias. Na verdade compõem um só corpo, em uma forma de simbiose. A memória “[...] desaprisionaria os fatos de uma temporalidade linear, externa, própria da reconstrução histórica libertando as múltiplas temporalidades vivenciadas”. (KOFES; PISCITELLI, 1997, p. 146-147)

Mas se a oralidade é permeada de complexidades e se a memória não é palpável para o historiador, ele ao menos tenta estabelecer uma organização que torne mais claros os contextos embutidos no ato de lembrar. É nessa perspectiva que dividimos metodologicamente os relatos das donas de casa estudadas em duas dimensões: uma remete ao lugar onde se encontram no presente enunciativo de

discursos, e a outra é referente ao espaço em que estiveram inseridas no passado fragmentado em suas lembranças e reconstruído por meio das palavras faladas.

Sobre a primeira dimensão, tempo/espaço do presente, diz-se sobre Senador Pompeu, cidade localizada a 273 quilômetros de Fortaleza. Com uma população estimada em 26.382 habitantes⁸, Senador Pompeu está dividido politicamente entre a Sede e os distritos de Bonfim, Codia, Engenheiro José Lopes e São Joaquim do Salgado. Três das narradoras dessa pesquisa moram na Sede da cidade, e as outras cinco localizam-se no distrito de Bonfim. É importante salientar que, atualmente essas áreas encontram-se relativamente urbanizadas, com energia elétrica, saneamento básico, escolas, áreas mínimas de lazer e pequenos estabelecimentos comerciais. O grupo de entrevistadas faz parte dos 86,1% de moradores com acesso ao direito de propriedade⁹. No ano de 2013 todas elas já usufruíam da casa própria.

Referente à renda populacional deste contexto, os dados organizados pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), com base no censo do IBGE de 2010, constam que pelo menos 62, 1% da população está acima da linha de pobreza, sendo considerado abaixo da linha os que possuem renda per capita até R\$ 140,00. No período das entrevistas as narradoras já haviam adquirido as suas aposentadorias ou auxílio do INSS¹⁰, estando hoje, portanto, acima da linha da pobreza. Elas compõem assim, uma parcela de mulheres idosas de Senador Pompeu que não dispunha no passado de certa estabilidade financeira, como poderemos ver a seguir. Contudo, vale ressaltar que uma minoria delas ainda realiza trabalhos como forma de complemento da renda, sendo que algumas compartilham o mesmo teto com familiares, muitas vezes dependentes seus.

Ainda sobre este lugar social, um fator que não pode deixar de ser mencionado é a situação da mulher senadoreense atualmente. No ano de 2010, a cidade de Senador Pompeu contava com uma população feminina de 13. 450, para

⁸ Segundo censo de 2012. Disponível em: <www.portalodm.com.br/relatorios/PDF/gera_PDF.php?cidade=8830> Acesso em: 04 de outubro de 2013.

⁹ Proporção de moradores dentro da condição de ocupação, segundo censo demográfico do IBGE, no ano de 2010 (*idem.*).

¹⁰ Instituto Nacional do Seguro Social.

13. 019 homens¹¹. Além dessa predominância de mulheres na cidade pode ser notada uma presença cada vez maior destas no mercado formal¹².

Segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego, em 2011 sua participação era de 53,5%, com um rendimento de 88, 5% em relação aos homens. Outro dado relevante é que pelo menos 64, 5% das mulheres têm Ensino Superior¹³. Notamos assim uma progressão acentuada, onde muitas têm tomado os mais diversos espaços e focado em sua realização profissional. Sem dúvidas esse presente influenciou bastante na forma como as entrevistadas construíram seus discursos.

Trazendo para o contexto nacional podemos ver um aumento significativo no que diz respeito às mulheres como chefes de famílias. Lembramos que as transformações nos valores e padrões culturais relacionados ao papel social da mulher se devem em grande parte pelo impacto dos movimentos feministas no Brasil, principalmente durante a década de 1980 (BRUSCHINI; LOMBARDI, 2001).

Tomando esse período como um marco de ruptura em relação à presença da mulher em sociedade, podemos ver mudanças até mesmo em pequenas cidades do interior do Ceará, como Senador Pompeu. A expansão da escolaridade, o ingresso nas universidades e acesso das mulheres a novas oportunidades de trabalho são méritos desse processo de transformação.

Algumas consequências nas configurações familiares foram possibilitadas por esse novo quadro. Dentre elas podemos citar o número cada vez menor de casamentos, uma presença marcante de mães solteiras na liderança da casa e um índice crescente de separações (MENDES, 2005). Contudo, em contradição aos indícios de progressão feminina, é possível notar alguns efeitos colaterais permeados de conflitos na cidade de Senador Pompeu. O historiador local Lucas Pereira (2012), por exemplo, analisa casos de violência doméstica entre os anos de

¹¹ Disponível em: <http://populacao.net.br/populacao-senador-pompeu_ce.html> Acesso em: 22 de dezembro de 2013.

¹² Aqui cabe uma ressalva importante no que diz respeito à consolidação das mulheres no mercado de trabalho. Fazendo uma análise sobre esse fator, na década de 1990, a partir de dados do IBGE, as pesquisadoras Cristina Bruschini e Maria Rosa Lombardi (2001) esclarecem que a taxa de participação feminina no final da referida década, chega a mais de 47%. Mas, segundo as autoras, essa contagem para mais, se deve a redefinição do conceito de trabalho adotada pelo IBGE, a partir de 1992, no qual passou a incluir atividades ligadas ao autoconsumo, a produção familiar, que antes não eram consideradas como trabalho. “Agora mais visíveis e em maior número, as trabalhadoras passam a representar, no final da década, uma parcela de [...] 41% da força de trabalho brasileira” (p. 161).

¹³ Disponível em: <www.portalodm.com.br/relatorios/PDF/gera_PDF.php?cidade=8830> Acesso em: 04 de outubro de 2013.

1988 e 2000. Ele demonstra que a progressão das mulheres é vista como uma afronta ao poder simbólico masculino e que esse fator levaria os homens a se utilizarem da violência contra suas companheiras. Isso é perceptível na trajetória de vida de uma das entrevistadas da pesquisa que relembra sua separação conflituosa e permeada de violência na década de 2001, que segundo ela ocorreu porque ela não mais se subjugou ao poder do marido.

Portanto, podemos afirmar que o tempo e espaço atuais, onde as entrevistadas estão inseridas, são configurados por entre alguns paradoxos. Dentre eles está o fato de que muitas conquistas foram adquiridas a partir da Constituição de 1988, de que as mulheres têm conquistado um espaço significativo na sociedade, mas, a violência doméstica ainda é uma constante, e o poder simbólico masculino ainda não foi totalmente suprimido.

É por entre paradoxos como esses e dentro dessa primeira dimensão a que chamamos de presente, que as donas de casa, esposas, mães e trabalhadoras constroem um sentido para si a partir de suas memórias. Contudo, esse panorama retornará com maior ênfase no terceiro capítulo dessa dissertação. Passamos assim a delinear também outra dimensão de tempo/espaço, uma que não pode ser materializada, aquela a que atribuímos o nome de passado.

Em um diálogo possível entre essas dimensões (passado/presente), explanamos a seguir trajetórias percorridas pelas narradoras e tecidos brevemente em alguns trechos das entrevistas. Sobre isso é importante destacar que a metodologia utilizada durante as entrevistas teve como objetivo captar aspectos diversos da vida das entrevistadas. Segundo Lucilia de A. N. Delgado (2010, p. 23), essa é uma modalidade plausível, diferente das entrevistas temáticas e se dá quando “[...] o pesquisador considera importante para os objetivos da pesquisa recuperar sua trajetória de vida”, dando uma maior abertura ao campo interpretativo da escrita.

Tendo optado por essa modalidade, após os trechos de entrevistas a seguir são apresentadas metodologicamente sínteses das trajetórias de vidas das narradoras. Sobre isso é importante ressaltar que as narrativas orais não apresentam cronologias perfeitas. Da mesma forma, elas não nos trazem a realidade em estado bruto “[...], mas antes disso, a sua evocação verbal feita por um determinado indivíduo numa situação específica” (PATAI, 2010, p. 39), perpassando “[...] por muitos temas e ânios, não se ajustando confortavelmente a categorias restritas” (*id*, p. 41). Essa é uma característica proeminente das entrevistas que não

seguem roteiro de perguntas baseado em um tema chave, mas na própria história de vida, de onde podem ser retirados temas transversais e formas idiossincráticas de utilização do tempo. Vejamos:

*Eu nasci nas Larges, numa casa de taipa [...] Nesse tempo num tinha tanta seca como tem agora, apesar de eu ter nascido numa seca muito grande né, que foi em 42. [...] Eu casei em 60, no dia 18 de novembro de 60. [...] Era o tempo da roça! E a gente só vivia de roça! [...] Em 75 eu fui pra São Paulo. [...] Chegamos aqui em 79. [...] Trabalhei muito minha filha!*¹⁴.

Quem fala é Antônia Moreira de Oliveira, conhecida como Dona Antônia. Nasceu em 01 de março de 1942, no sítio Lages, localizado no município de Quixeramobim/CE. Casou-se em 1960, e até esse período trabalhou em casa com sua mãe e irmãs, fiando algodão, fazendo rede e crochê, e ajudando na agricultura de subsistência. Mudou-se em 1970 para o distrito de Mineirolândia, localizado no município de Pedra Branca/CE. Neste mesmo período trabalhou como cozinheira nas barracas de emergência da seca. Em 1975 viajou com a família para São Paulo em busca de melhores condições. Regressou ao Ceará em 1979, passando a morar no distrito de Bonfim Senador Pompeu/CE, onde até 1990 trabalhou fazendo comida para ser vendida para viajantes. Nesse mesmo lugar ela vive até os dias atuais. Na sua experiência de maternidade Antônia teve seis filhos, desses, três morreram ainda crianças, tendo crescido sob sua educação apenas três, mais uma filha adotiva a quem ela atribuiu os mesmos cuidados dos outros filhos. Atualmente, Dona Antônia é aposentada e mora com seu esposo, um filho e uma neta¹⁵.

*Nasci no Sítio Muxinató, no ano de 1949. Teve um tempo que eu morei em Senador. E agora tô morando aqui no quilômetro vinte [...] Eu casei no ano de 1976. [...] Passei uma dificuldade meia grande em 70, porque eu morava lá no sítio de Solonópole, e tinha pouca condição e não houve inverno [...] Os menino passaram precisão de leite. [...] A dificuldade foi grande!*¹⁶.

Quem fala é Francisca Celeste do Ó Costa, conhecida como Dona Celeste. Nasceu em 16 de agosto de 1949, no sítio Muxinató, localizado no

¹⁴ OLIVEIRA, Antônia Moreira de. **Antônia Moreira de Oliveira**. Depoimento [mar. 2013]. Entrevistadora: Maria Elcelane de Oliveira Linhares. Senador Pompeu, 2013. 1 arquivo mp3 (48 min). Transcrição em acervo pessoal. A desta dissertação.

¹⁵ OLIVEIRA, Antônia Moreira de. **Antônia Moreira de Oliveira**. Depoimento escrito [mar. 2014]. Entrevistadora: Maria Elcelane de Oliveira Linhares. Senador Pompeu, 2014. 1 arquivo PDF. Em acervo pessoal. A desta dissertação.

¹⁶ COSTA, Francisca Celeste do Ó. **Francisca Celeste do Ó Costa**. Depoimento [mar. 2013]. Entrevistadora: Maria Elcelane de Oliveira Linhares. Senador Pompeu, 2013. 1 arquivo mp3 (34min: 13s). Transcrição em acervo pessoal. A desta dissertação.

município de Senador Pompeu/CE. Casou-se em 1966, e desde então passou a residir em lugarejos nas redondezas de Senador Pompeu, tendo auxiliado o marido na agricultura familiar e na criação de gado. Mudou-se em 1969 para o município de Solonópole, e em 1970 viveu uma crise financeira intensa na família, por conta da seca. Em 1989 retornou a Senador Pompeu. Nesse mesmo período Celeste acolheu duas irmãs com necessidades especiais em sua casa, as tratando-as como filhas. Teve cinco filhos, dos quais sobreviveram apenas três. Em 1993 passou a morar no distrito de Bonfim, onde está até hoje. Atualmente ela é aposentada, mora com uma filha e possui algumas terras e cabeças de gado¹⁷.

*“Sou de 1947, nasci ali no Jatobá¹⁸! [...] Eu toda vida trabalhava. Trabalhava de dia e de noite. [...] Sonhava em casar, cuidar duma fazenda. [...] 66... Me casei no civil, numa quinta feira. [...] Casei quando acabar trabalhava [...] lá pra roça”*¹⁹. Quem fala é Francisca de Souza Pinheiro, conhecida como Dona Fransquinha. Nasceu em 04 de fevereiro de 1945, no sítio Jatobá, localizado no Município de Senador Pompeu/CE. Ela trabalhou com sua mãe e irmãs em técnicas de artesanato por encomenda, tais como o crochê e a renda, assim como na agricultura de subsistência. Em 1963, Francisca passou seis meses em Fortaleza/CE, trabalhando como empregada doméstica. Já tendo regressado ao município de Senador Pompeu, especificamente para o sítio de Imburanas, casou-se em 1969 e teve seis filhas. A partir de então ela se dedicou a costura, como complemento dos lucros obtidos na agricultura. Mudou-se em 1985, para o distrito de Bonfim, Senador Pompeu/CE, onde reside até hoje. Atualmente, Dona Fransquinha está aposentada, mora com três filhas e dois netos, e ainda é costureira²⁰.

Nasci e me criei no sítio. [...] lá no Muxinató, em 1955. [...] Fiz até a quarta série. O colégio era em Senador Pompeu. [...] De lá de Senador voltamos pro sítio de novo. [...] Era o dia inteiro de serviço. [...] Minha mãe morreu eu

¹⁷ COSTA, Francisca Celeste do Ó. **Francisca Celeste do Ó Costa**. Depoimento escrito [mar. 2014]. Entrevistadora: Maria Elcelane de Oliveira Linhares. Senador Pompeu, 2014. 1 arquivo PDF. Em acervo pessoal. A desta dissertação.

¹⁸ Espaço rural localizado nas redondezas de Senador Pompeu/CE.

¹⁹ PINHEIRO, Francisca de Souza. **Francisca de Souza Pinheiro**. Depoimento [mai. 2011]. Entrevistadora: Maria Elcelane de Oliveira Linhares. Senador Pompeu, 2011. 1 arquivo mp3 (43min: 21s). Transcrição em acervo pessoal. A desta dissertação.

²⁰ PINHEIRO, Francisca de Souza. **Francisca de Souza Pinheiro**. Depoimento escrito [mar. 2014]. Entrevistadora: Maria Elcelane de Oliveira Linhares. Senador Pompeu, 2014. 1 arquivo PDF. Em acervo pessoal. A desta dissertação.

tinha 14 anos. Ai meu pai casou a segunda vez. [...] Casei com 16 anos. [...]
²¹

Quem fala é Julita do Ó Costa, conhecida como Dona Julita. Nasceu em 12 de junho de 1955, no sítio de Muxinató, localizado no município de Senador Pompeu/CE. Em 1965, estudou no colégio Cristo Redentor, na sede de Senador Pompeu, mas aos 12 anos foi obrigada a cessar os estudos, porque precisava ajudar a família na agricultura de subsistência. Após se casar, em 1971, morou em Mineirolândia, distrito de Pedra Branca/CE. Mudou-se em 1974, para a cidade de Senador Pompeu, onde o marido montou um ponto comercial de venda. Mas a instabilidade financeira fez a família migrar entre várias cidades como, Canidé/CE (1980), São Paulo (1987), Pará (1994). Nesses trajetos ela teve três filhos. Após o regresso ao Ceará em 1997, ao distrito de Mineirolândia, Dona Julita passou a trabalhar como empregada doméstica. Separou-se do marido em 2002, mudando-se para o distrito de Bonfim, Senador Pompeu, onde reside até hoje. Em 2012 ela conseguiu se aposentar, e atualmente mora com dois filhos²².

Sou de 43, Quixeramobim, [...] povoado lá onde eu nasci e me criei, com o nome de Currálinho. [...] Eu me casei em 69. [...] Teve muita dificuldade porque agente sai dum lugar, vem pra outro. Ai num conhece ninguém né?! [...] Casei num dia, ai no outro dia eu vim praí, pra um almoço ai na casa da mãe dele. Ai eu já fiquei na casa né?! Ai é que custa a se adaptar mesmo²³.

Quem fala é Maria Augusta Correa Lima, conhecida como Dona Maria Augusta. Nasceu em 23 de fevereiro de 1943, no sítio de Currálinho, em Quixeramobim/CE. Até 1963 Augusta morou com familiares em Senador Pompeu/CE, por conta dos estudos, auxiliando também nas tarefas domésticas para garantir sua estadia. Após 1963 ela regressou ao sítio onde nasceu, onde dava aulas. Casou-se em 1969, mudando-se para o distrito de Bonfim, embora ainda complementasse a renda dando aulas no sítio Currálinho. Porém, após ter sofrido problemas de saúde, Maria Augusta não mais deu aulas como complemento da

²¹ COSTA, Julita do Ó. **Julita do Ó Costa**. Depoimento [mar. 2013]. Entrevistadora: Maria Elcelane de Oliveira Linhares. Senador Pompeu, 2013. 1 arquivo mp3 (31min: 7s). Transcrição em acervo pessoal. A desta dissertação.

²² COSTA, Julita do Ó. **Julita do Ó Costa**. Depoimento escrito [mar. 2014]. Entrevistadora: Maria Elcelane de Oliveira Linhares. Senador Pompeu, 2014. 1 arquivo PDF. Em acervo pessoal. A desta dissertação.

²³ LIMA, Maria Augusta Ferreira. **Maria Augusta Ferreira Lima**. [abr. 2012]. Entrevistadora: Maria Elcelane de Oliveira Linhares. Senador Pompeu, 2012. 1 arquivo mp3 (40min: 3s). Transcrição em acervo pessoal. A desta dissertação.

renda. Em sua experiência maternal teve dois filhos e uma filha adotiva. A partir de 1980 começou a revender roupas. Atualmente, aposentada, ela vive com o marido²⁴.

*“Nasci em 1942. [...] no lugar que eu morava era Paus Branco, município de Mombaça. [...] Eu fui criada na roça. Pisando e moendo. [...] Água era na cabeça! Aí me casei e vim morar aqui. [...] 1961 né?!”*²⁵. Quem fala é Raimunda Pereira dos Santos, conhecida como Dona Raimunda. Nasceu em 28 de maio de 1942, no sítio Paus Branco, em Mombaça/CE. Casou-se em 1961, passando a morar em Senador Pompeu/CE. Até esse período Raimunda trabalhava na agricultura de subsistência, no entanto ao se mudar para Senador assume o papel de Dona de casa, realizando também trabalhos como manicure e costureira. Teve três filhas. Em 2000 ficou viúva, passando por uma intensa crise financeira na casa. A partir daí ela utilizou os mais diversos meios de renda, dentre eles, vender comidas nas escolas. Atualmente Dona Raimunda recebe auxílio do INSS e conseguiu sua sonhada estabilidade²⁶.

*Sou filha de Iguatu. [...] 1941. [...] eu fui criada por meus pais. Cedo logo agente trabalhava. Ajudava muito a meus pais, nós tudim. Todos os nossos irmãos ajudava [...] casei com 17 anos. Aqui, vai fazer 40 anos que nós moramos [...] meu marido era agente de estação, trabalhava na REFESA e nós moramos em várias cidades*²⁷.

Quem fala é Rita Oliveira de Souza, conhecida como Dona Rita. Nasceu em 06 de agosto de 1941, na cidade de Iguatú/CE. Trabalhou na roça até se casar em 1960. A partir disso, morou em várias cidades por conta do emprego de seu marido como operador de máquinas de trem. Mudou-se para Várzea da Conceição, distrito localizado no município de Cedro/CE. Em 1964 foi para o distrito de Ibicuã, na cidade de Piquet Carneiro/CE, onde trabalhou em uma granja, e logo depois em uma boutique. Em 1973 passou a residir em Senador Pompeu/CE e a trabalhar como cozinheira e vendedora de confecções, complementando a renda da casa.

²⁴ LIMA, Maria Augusta Ferreira. **Maria Augusta Ferreira Lima**. Depoimento escrito [mar. 2014]. Entrevistadora: Maria Elcelane de Oliveira Linhares. Senador Pompeu, 2014. 1 arquivo PDF. Em acervo pessoal. A desta dissertação.

²⁵ SANTOS, Raimunda Pereira dos. **Raimunda Pereira dos Santos**. Depoimento [abr. 2012]. Entrevistadora: Maria Elcelane de Oliveira Linhares. Senador Pompeu, 2012. 1 arquivo mp3 (35min: 17s). Transcrição em acervo pessoal. A desta dissertação.

²⁶ SANTOS, Raimunda Pereira dos. **Raimunda Pereira dos Santos**. Depoimento escrito [mar. 2014]. Entrevistadora: Maria Elcelane de Oliveira Linhares. Senador Pompeu, 2014. 1 arquivo PDF. Em acervo pessoal. A desta dissertação.

²⁷ SOUZA, Rita Oliveira de. **Rita Oliveira de Souza**. Depoimento [dez. 2011]. Entrevistadora: Maria Elcelane de Oliveira Linhares. Senador Pompeu, 2011. 1 arquivo mp3 (38min: 28s). Transcrição em acervo pessoal. A desta dissertação.

Rita teve seis filhos durante esses trajetos. Hoje, aposentada, mora com duas filhas e cuida da saúde de seu marido²⁸.

*Nasci em 52 no município de Jucás. [...] morava no interior. [...] Muito trabalho [...] Tinha que ter muita responsabilidade, né?! Porque era uma família muito grande. [...] Eu agradeço por eles ter nos criado desse jeito. [...] Depois que me casei. [...] na época que eu cheguei aqui poucas mulheres trabalhavam*²⁹.

Quem fala é Maria Vilani da Conceição Araújo, conhecida como Dona Vilani. Nasceu em 08 de abril de 1952, em um sítio localizado no município de Jucás/CE. A partir de 1970 trabalhou como doméstica em Fortaleza/CE. Após um namoro de três meses, Vilani se casou em 1973. A partir do casamento a família migrou entre algumas cidades do Ceará como Acopiara (1973), Icó (1974) e Senador Pompeu (1975). Nesta última estabeleceu residência até os dias atuais. Passados os primeiros anos na cidade de Senador Pompeu Dona Vilani montou um pequeno negócio com o marido: uma loja de roupas, na qual permanece trabalhando até hoje. Ela teve três filhas e mora com o marido³⁰.

A breve apresentação de cada um desses trajetos proporciona a percepção de que as histórias de vida das mulheres pesquisadas não estão desligadas entre si. Na verdade, fazendo um cruzamento entre elas percebemos que, embora cada uma pertença a um universo íntimo e particular, existem paralelos significativos entre os trechos de suas falas e os aspectos biográficos narrados.

Os pontos em comum pressupõem que elas estariam ligadas por uma teia coletiva. Ademais, bem já se tem discutido que as trajetórias de vidas não estão desvinculadas de um todo social (BOURDIEU, 2006), e que “[...] a experiência pessoal biográfica se cruza e interpreta com o acontecimento coletivo da história” (PORTELLI, 2010, p. 12). Por isso, tendo chegado à conclusão de que existe uma rede coletiva ligando as trajetórias dessas mulheres, cabe demonstrarmos quais traços compartilhados foram detectados, deixando evidente a significância desta rede coletiva para nossas análises em torno das memórias.

²⁸ SOUZA, Rita Oliveira de. **Rita Oliveira de Souza**. Depoimento escrito [mar. 2014]. Entrevistadora: Maria Elcelane de Oliveira Linhares. Senador Pompeu, 2014. 1 arquivo PDF. Em acervo pessoal. A desta dissertação.

²⁹ ARAÚJO, Maria Vilani da Conceição. **Maria Vilani da Conceição Araújo**. Depoimento [out. 2011]. Entrevistadora: Maria Elcelane de Oliveira Linhares. Senador Pompeu, 2011. 1 arquivo mp3 (38min: 28s). Transcrição em acervo pessoal. A desta dissertação.

³⁰ ARAÚJO, Maria Vilani da Conceição. **Maria Vilani da Conceição Araújo**. Depoimento escrito [mar. 2014]. Entrevistadora: Maria Elcelane de Oliveira Linhares. Senador Pompeu, 2014. 1 arquivo PDF. Em acervo pessoal. A desta dissertação.

2.1.1 Traços compartilhados.

A primeira linha de cruzamento presente entre as trajetórias das entrevistadas é o nascimento e a educação familiar no interior do Ceará, geralmente em sítios ou pequenas cidades. Elas participam de uma geração de mulheres nascidas entre as décadas de 1940 e 1950. Podemos supor que a dimensão espacial/temporal dessas memórias remete a um plano essencialmente rural. Elementos como a “seca”, a “roça”, o “sítio”, leva-nos a visualizar a agricultura de subsistência³¹ como sendo à base econômica de suas famílias.

Notamos que a década de 1990 é o período aproximado de estabilidade das famílias dessas mulheres em determinadas localidades, onde conjecturamos findar um ciclo migratório. Até este período podemos supor que elas viveram “[...] *O tempo da roça*”, como relata Dona Antônia. Situando esse “tempo”, os vestígios trazem não somente os sentimentos particulares das entrevistadas, mas também ressuscita um contexto em que o interior do Ceará, ou mesmo o Nordeste, ainda tinha pouco visibilidade no Brasil.

Vislumbrando o cenário sertanejo cearense, situado pelas narradoras, podemos destacar ainda o fenômeno da falta de chuvas em certo período, fator climático do semiárido a que se convencionou chamar de seca. Notamos que ele assume uma presença direta na fala de duas narradoras: Dona Antônia e Dona Celeste, que mencionam dois períodos de seca diferentes. A primeira cita a seca de 1942, posta na fala como marco de seu nascimento e de toda uma geração. E a segunda cita a seca de 1970, como ponto referencial das suas lembranças pós-casamento, e como uma travessia que teria acarretado muitas dificuldades. As secas são, portanto, marcos e pontos de referência, tão logo remetem a uma experimentação coletiva.

Sobre esse fenômeno que assola o semiárido, cabe dizer que desde o início do século XX o Estado formulou medidas emergenciais. Exemplo disso é a criação do DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra a Sena) em 1909.

³¹ Entendemos por “agricultura de subsistência” aquela realizada apenas para a sobrevivência da família sem lucros excedentes. No entanto, se mencionarmos esse meio de vida no Brasil atual podemos substituí-lo pelo termo “agricultura familiar”, sendo que foi compreendido nos últimos anos que essa atividade tem reflexos significativos na economia como um todo. Podemos citar a existência de programas do Governo Federal de apoio a agricultura familiar, como o PRONAF.

Segundo Frederico de Castro Neves (2001, p. 108): “[...] de 1877 a 1932 estava gestando-se uma nova estrutura de sentimentos em relação à pobreza generalizada a que a seca dava visibilidade”. Em 1942, período referenciado por Dona Antônia, Getúlio Vargas estabeleceu um maior intervencionismo estatal em relação aos efeitos colaterais das secas. Tendo um caráter liberal econômico e ao mesmo tempo paternalista, essa intervenção esteve centrada principalmente em amenizar a erupção urbana causada pela chegada de retirantes nas cidades, a partir da utilização destes como mão de obra nas construções públicas. Mas, o fato é que por muito tempo a seca foi vista como uma forma de permanência política de elites locais, e como empreendimento econômico (NEVES, 2001). Ademais, foi preciso um longo processo histórico para que o pequeno agricultor tivesse seu lugar garantido nas políticas públicas do Estado.

No referido período (a década de 1940), Dona Antônia assim como outras narradoras, havia acabado de nascer. Contudo, é no período de 1970, momento em que as mulheres entrevistadas já compunham sua própria família, onde o fenômeno é sentido com maior intensidade, como narrado por Dona Celeste que diz: *“Passei uma dificuldade meia grande em 70 [...] não houve inverno”*. É certo que nessa década, a seca “[...] atingiu uma população ativa de 500 mil pessoas, alcançando outros dois milhões de indivíduos. O fenômeno climático afetou oito Estados, correspondendo a um total de 605 municípios [...]” (SUDENE, 1979, p. 44), e perdurou até a década de 1980.

Embora nem todas as narradoras tenham citado diretamente esse fenômeno, como o fez Dona Antônia e Dona Celeste, as suas localizações geográficas no referido período, nos permite presumir que elas também teriam sofrido as consequências. Suas constantes migrações são um exemplo claro disso. Concomitante a experiência do casamento entre as décadas de 1960 e 1970, que também é um traço compartilhado entre as narradoras, vemos um acentuado fluxo migratório entre algumas cidades do interior do Ceará, como Jucás, Iguatú, Acopiara, Mombaça, Pedra Branca, Quixeramobim, Canidé, Solonópole e Senador Pompeu, assim como o êxodo para centros urbanos como Fortaleza, Pará e São Paulo. Esse fator sugere ainda que a agricultura de subsistência e a pecuária nem sempre eram atividades suficientes para as necessidades básicas das famílias.

O fenômeno migratório experimentado pelas entrevistadas esteve dividido entre fluxos diferentes, seja a nível intraestadual ou nacional, por motivos que

também variavam, não sendo somente por conta da seca. Cabe dizer que as migrações dessas mulheres têm maior intensidade a partir da década de 1970, principalmente no que diz respeito à cidade de São Paulo. O historiador Vilarin Barros (2011), ao tratar sobre as memórias de migrantes de Quixadá/CE para São Paulo, destaca que durante a década de 1980 o saldo migratório esteve contabilizado em 101.950 pessoas.

Diante de tal quadro é possível sugerirmos que, a insuficiência cada vez maior da agricultura e as crises de estiagem eram um motivo plausível para as migrações e para a procura por outros veículos de renda. Dona Antônia, por exemplo, menciona que trabalhou como “cassaca”³² nos chamados barracões da seca, construídos para distribuir alimentos para os possíveis afetados com esse fenômeno (**Antônia de Oliveira**, Senador Pompeu, 12 de março de 2014).

Além da seca que assolou o sertão entre as décadas de 1970 e 1987, os milhões de sertanejos (homens, mulheres e crianças que viviam essencialmente dos frutos da terra) estavam marginalizados dos novos implementos agrícolas que aos poucos chegavam ao meio rural, como o uso de adubos, inseticidas, assim como o sistema de crédito. Os pequenos agricultores posseiros ou arrendatários não estavam preparados para tal mudança e, tão pouco, estavam inseridos nas políticas governamentais (MELLO; NOVAIS, 1998, p. 580).

De todo modo, o espaço rural se via como esquecido ou inferiorizado, seja pelo Estado, seja pela visão preconcebida dele, como sendo um ambiente rústico e atrasado, visão essa difundida nas grandes metrópoles. Em relação a isso, João Mello e Fernando Novais (1998, p. 574) narram sobre a forma como eram vistas também as pessoas que habitavam esse espaço: “Matutos, caipiras, jecas. Certamente era com esses olhos que, em 1950, os 10 milhões de cidadãos viam os outros 41 milhões de brasileiros que moravam no campo”.

Mas, nos afastando das visões preconcebidas sobre o campo e sobre seus habitantes, é certo que essa localização política e geográfica prima das mulheres estudadas, são fatores influentes em suas operações de memórias. Portanto, cabe dizer que existe uma dimensão coletiva eminente nessas operações. Essa dimensão coletiva, por sua vez, é marcada por códigos culturais compartilhados.

³² Nesse caso eram chamados de cassacos todas as pessoas que trabalhavam durante o período de seca.

O “tempo da roça” é assim parte do imaginário dessas mulheres, assim como de muitos sertanejos, porque remete a mitos, emoções, e em suma, a um modo próprio de ler o mundo. Podemos entender o imaginário a partir da análise de Sandra Jatahy Pesavento (2008, p. 43), como sendo “[...] um sistema de ideias e imagens de representação coletiva que os homens, em todas as épocas, construíram para si dando sentido ao mundo”. O imaginário é inerente no exercício de memória do grupo pesquisado, porque é a partir dele que elas referenciam e representam o lugar social onde estiveram inseridas desde o nascimento, e onde forjaram a maior parte de suas experiências.

O mundo rural assume assim uma presença definidora nesse imaginário. Podemos sublinhar isso em falas como: “[...] *morava no interior*”, “[...] *me criei na roça*”, “[...] *vivia de roça*”, entre outras. É certo que nos últimos 30 anos esse meio tem passado por mudanças significativas, como o processo de industrialização da agricultura, o desenvolvimento de um novo perfil produtivo de pluriatividades dos moradores, e até mesmo a urbanização (SILIPRANDI, 2004, p. 121).

Mas, apesar dessas transformações as pessoas que nasceram no campo ainda resguardam em suas memórias os elementos rústicos que o configurava. Como ressalta o historiador Olivenor Chaves (2002, p. 289), essas pessoas têm o mundo rural “[...] como referência primeira, não somente em um sentido geográfico, mas também simbólico”. Por isso ele é, sobretudo, um lugar significado.

Assim como a ideia de imaginário, podemos dizer que o campo, a roça, o sítio, são partes de uma memória individual e coletiva, na medida em que no processo de lembrança algumas imagens que ressurgem são específicas, mas outras são comuns a um grupo, na medida em que “[...] o indivíduo que lembra é sempre um indivíduo inserido e habitado por grupos de referência, mas é também sempre um trabalho do sujeito” (HALBWACHS apud. SCHIMIDT; MAHFOUD, 1993, p. 288).

Concordamos assim que a dimensão individual da memória está muito ligada às emoções e experiências de cada entrevistada, de forma que toda lembrança é única. Ademais, o trato metodológico para com a memória e a história oral exige sempre um esclarecimento entre o que individual e o que é coletivo, embora saibamos que ambas as faces não se dissociam.

Dentro da prática de reminiscência é possível detectar um exemplo claro sobre como as imagens individuais se manifestam, dando também lugar a um

imaginário coletivo. Apresentamos um fragmento da entrevista com Dona Antônia, onde ela é estimulada pela seguinte pergunta: “[...] se a senhora pudesse escrever um livro da história da sua vida, [...] quais coisas a senhora destacaria?”. Esse exemplo é uma mostra de como separamos metodologicamente essas duas dimensões individual e coletiva na análise das memórias. Dona Antônia então responde:

*Minha filha eu acho que a coisa que eu não deixaria de colocar de jeito nenhum, foi minha infância, de novinha, de meu pai e minha mãe. Meu pai deitado numa rede, num alpendre que tinha. Eu deitada de um lado, a minha irmã do outro lado. Eu bem magrinha. Bem miudinha! E meu pai se balançando. E um ventim tão gostoso e ele se balançando e cantando Asa Branca comigo, dentro dessa rede. Essa aí era a primeira coisa que eu colocava, porque até hoje se escutar Asa Branca em qualquer lugar, num rádio, eu choro ainda, porque parece muito com ele [Emociona-se] (**Antônia de Oliveira**, Senador Pompeu, 24 de março de 2013).*

O saudosismo emanado na fala da narradora certamente é parte de seu imaginário individual, porque a reconstituição daquela cena, a saudade do pai, como todas as outras sensações estão em uma lembrança que só pertence a ela: aquele “alpendre”, o “pai deitado numa rede”, “a irmã do outro lado”, aquele “ventim”. No entanto ao mencionar *Asa Branca*, música composta pelo consagrado Luiz Gonzaga e por Humberto Teixeira em 1947, Dona Antônia traz reflexos de um imaginário coletivo subjacente, pela significação que essa música tem para os nordestinos, tida como um verdadeiro hino da seca e como um retrato do sertanejo: aquele que cria um vínculo intenso com a terra e que em algum momento é obrigado a migrar. Essa representação da partida da terra natal é ainda significativa para Dona Antônia, porque foi algo vivenciado por ela, assim como para outras narradoras e tantos outros sertanejos.

Temos visto então que existem muitos traços em comum entre as entrevistadas no que se refere à espacialidade/temporalidade, mas é no entremeio dessas referências em que se destaca o ponto de intersecção chave para este capítulo: diz-se sobre as suas experiências como trabalhadoras. Trechos citados nos breves trajetos apresentados, como, “*Eu toda vida trabalhava. Trabalhava de dia e de noite*” (Dona Fransquinha), “*trabalho, muita responsabilidade*” (Dona Vilani), “*Cedo logo à gente trabalhava*” (Dona Rita), anunciam uma série de outros relatos em que as narradoras dão um sentido próprio ao trabalho, como fruto da seleção de suas lembranças.

Cabe ressaltar que esses trechos são resultados da seguinte pergunta feita no início de cada entrevista: *Como foi sua juventude?* A maioria das mulheres narra então como aspectos marcantes de seu passado, a educação para o trabalho, o drible das dificuldades e a sustentação da família, em falas analisadas no segundo tópico deste capítulo. Mas, antes de tudo, é importante compreendermos como estas demarcações são possíveis e o que elas prenunciam. Para tanto, embora já tenhamos ensaiado rapidamente uma característica fundamental do processo de lembrar, no que se refere às dimensões individuais e coletivas, um parêntese se faz necessário sobre esse nosso feixe de luz primeiro: a própria memória, enquanto processo.

2.1.2 Os artifícios da memória.

Sabe-se que são vários os estudos em torno da memória, desde os gregos clássicos aos filósofos contemporâneos, e que eles podem ser subdivididos em diferentes campos como: as faculdades da memória; o conceito mais abrangente psíquico em relação à capacidade humana da memória; a memória intelectual; e a atividade mimética.

Sobre a definição de memória, trazemos aqui a classificação atribuída por Henri Bergson, que em seu esforço filosófico acredita existir uma *memória-hábito* e uma *memória-lembrança*. A primeira está relacionada à ação cotidiana e a apreensão de certas atividades, adquiridas pela repetição e que acabam por se tornar automáticas (o hábito de costurar, por exemplo). A segunda, por sua vez, é singular e referente a marcos de acontecimentos passados. É quando o passado se torna presente por meio das lembranças (BERGSON, 1999). É nesta segunda classificação de memória evocativa do passado o campo em que a história se debruça, e o que lançamos nosso olhar neste trabalho. Todavia, ao lidar com pessoas que se lembram de um passado e que em um dado presente teceram suas lembranças na oralidade, é preciso entender que indiscriminadamente o exercício da memória carrega esses dois pesos, o dos hábitos inseridos nas atividades presentes e o da contemplação do passado.

Dentro desse debate vemos ainda uma distinção entre o que é a memória e o que é a lembrança. Para Ricoeur (2007, p. 41): “A memória está no singular, como capacidade e como efetuação, as lembranças estão no plural: temos *umas*

lembranças”. As lembranças são, pois, o que a memória veicula. Elas funcionam como uma espécie de imagens polissêmicas do passado, que ficam resguardadas, podendo vir à tona tanto em um esforço de busca feito pela memória, como a partir de uma afeição que se manifesta involuntariamente. Exemplo disso são as lembranças que espontaneamente retornam através de sensações, como um perfume, um sabor, sem que haja uma busca primeira. Essas dimensões involuntárias e voluntárias foram suscitadas por Marcel Proust (1913-1927) quando este tornou a memória à linha matricial dos volumes de *Em busca do tempo perdido*.

Percorrer essa discussão sobre as várias facetas da memória é importante porque no campo de conhecimento historiográfico geralmente lidamos com essas noções através de muitos filtros, sendo que a memória é ainda apresentada de forma bastante superficial. Para este trabalho foi então essencial entendê-la sem tantos filtros, uma vez que, ela é a base de nosso estudo.

Em linhas gerais, assimilando que as noções do processo memória/lembranças podem se manifestar de forma involuntária ou voluntária, concebemos que as memórias das mulheres que tratamos aqui assumem um caráter voluntário, na medida em que há uma evocação do passado, através do estímulo durante as entrevistas.

Contudo, no ato da entrevista, supomos que algumas lembranças podem ter ressurgido involuntariamente, mas se isso aconteceu não saberemos, já que estas não foram postas nas falas. cremos que é exatamente aí onde reside à problemática de nosso trabalho: Porque determinadas lembranças são postas nas falas e outras não? Qual o motivo dessas escolhas? A resposta de onde se desdobra toda a escrita deste trabalho é a de que, o ato de selecionar lembranças é um artifício voluntário inteiramente ligado à subjetivação, entendida como um retorno a si. Sobre isso Daphne Patai (2010, p. 30) faz uma análise pertinente sobre o processo mnemônico nas experiências para com a metodologia da história oral.

Do imenso depósito de memórias e reações possíveis evocadas pela situação de entrevista, o entrevistado seleciona e organiza certos temas, episódios e lembranças, então comunicados de uma maneira particular. Sem dúvida, a memória em si é gerada e estrutura de maneira específica, em função da oportunidade de contar uma história de vida e das circunstâncias em que isso acontece.

Ademais, cada lembrança tem um contexto específico. Elas provêm de marcos do passado das mulheres, marcos esses que não estão desvinculados do

que ocorria a nível coletivo. Além disso, muito embora o processo de lembrar voluntário remeta a um retorno a si por parte das mulheres que narram, ele está inserido em um grupo, em uma cultura e um presente totalmente influente nas escolhas entre o que se deve lembrar e o que se deve esquecer (POLLAK, 1989). Isso foi rapidamente exemplificado no tópico anterior quando cifrávamos o plano individual e o coletivo de uma lembrança, trabalhado por Maurice Halbwachs (1990).

Em suma, podemos dizer que as narradoras, em um esforço intelectual de busca do passado, através da memória selecionam certas lembranças em predomínio de outras, e na maioria das vezes fazem isso de forma semelhante, como pudemos ver em alguns pontos ressaltados no subtópico anterior. É o que acontece com as lembranças em torno de suas experiências como trabalhadoras. Mas, a predominância dessas lembranças nas falas não pode ser tomada de forma harmoniosa, porque elas não se explicam por si só. Como ensaiamos a pouco, as lembranças estão ligadas a temporalidades e espacialidades, portanto, agregadas a códigos sociais, culturais e simbólicos que merecem ser compreendidos. Por isso, a metodologia de escrita deste capítulo está debruçada em alguns pontos estratégicos: a apresentação das lembranças selecionadas; a contextualização dessas lembranças; o grifo do trabalho na prática oral das mulheres; e as possibilidades analíticas desse marco importante (o trabalho), tanto em relação as suas principais características socioculturais, como sobre seus sentidos simbólicos e sua presença dentro do próprio aparelho discursivo das narradoras enquanto elemento de subjetivação.

2.2 MEMÓRIAS SOBRE O TRABALHO E SEUS SENTIDOS TRANSVERSAIS.

O poeta citado na epígrafe deste capítulo representa em suas palavras a rotina de trabalho diário estabelecida por muitas mulheres espalhadas pelos cantos mais remotos do Brasil, muitas delas pobres, pertencentes ao meio rural e a longos grupos familiares. Faz-nos perceber ainda que para essas mulheres o trabalho tem um sentido material, mas também simbólico, que ultrapassa os fins produtivos. É sobre a complexidade desses sentidos embutidos nas falas de mulheres pobres de Senador Pompeu, o que trataremos nesse tópico.

Foram citados alguns trechos onde o trabalho é destacado. Mas de que tipo de trabalho elas estariam a tratar? Estariam mencionando vestígios de

emancipação feminina? Seria esse um trabalho formal, que comunga com um poder instituído nas relações de comércio? Sobre isso é importante salientar que há para esse grupo uma forma própria de conceber o trabalho. Ele não é narrado como um meio de progredir profissionalmente, mas está imbricado com fatores específicos do contexto dessas mulheres: as suas categorias sociais, a composição da família, os ambientes e condições de moradia, entre outros indicadores.

Os lugares do passado, outrora ocupados e movimentados pelas narradoras, e referenciados por elas como pontos iniciais de suas trajetórias, compunham em si, um meio não urbanizado, distinto do ritmo citadino, e com laços fortes entre pessoas. Nele, elas experimentaram um trabalho que não era o da fábrica ou o da indústria, mas aquele marcado pelo trato com a matéria-prima e a natureza. Ao ser feita a pergunta – *Que tipo de trabalho você realizava?*³³ – Dona Julita então relata:

[...] apanhava feijão, apanhava algodão. Apanhava oiticica... Achava melhor na roça do que em casa. [...] sentia o ar livre, mais liberdade na roça [risos]. Gostava mesmo. [...] E quanto mais o sol era quente, mais eu achava bom. E eu apanhava mais do que os meus irmãos! (Julita Costa, Senador Pompeu, 23 de março de 2013).

A lembrança expressa por Dona Julita remete a década de 1960, quando ela tinha na faixa dos 13 anos de idade. Nesse período, a agropecuária ainda tinha uma presença superior a da indústria na economia cearense. Desde o século XVIII, o algodão, citado pela narradora, era uma cultura em destaque nessa economia. Aliás, o “ouro branco”, como ficou sendo denominado esse bem primário, abasteceu acentuadamente a indústria têxtil. Adicionalmente, podemos analisar a cultura algodoeira como sendo democrática, na medida em que era possível não somente para os grandes latifundiários, mas também para pequenos agricultores como Julita e sua família. Isso ocorria em grande parte porque o algodão não requeria grandes extensões de terras, nem procedimentos complexos. Os pequenos proprietários se dedicavam assim a semeadura e cultivo do algodão nos mínimos pedaços de terra de que dispunham, “[...] associando-o ao milho e ao feijão, a fim de colherem de um mesmo roçado, o produto de subsistência e o de venda” (ANDRADE, 1973, p.149).

Mas, saindo da dimensão macro da lembrança de Dona Julita e nos voltando essencialmente à dimensão particular da mesma, podemos destacar que

³³ Interferência da entrevistadora.

ela agrega um sentido próprio de liberdade à prática da agricultura. Na leitura das entrelinhas entendemos que: colher os frutos da terra, sentir o ar livre e o sol queimando a pele, era de alguma forma, uma maneira de se afastar de obrigações inerentes do convívio social como, por exemplo, a divisão sexuada dos papéis que a relegavam ao ambiente da casa. Acima de tudo, podemos supor que o prazer pelo trabalho na roça se dava porque esse espaço era costumeiramente frequentado por homens. Frequentar um espaço simbolicamente masculino pode, nesse sentido, expressar tanto a sensação de liberdade quanto a de poder.

Vale dialogarmos aqui com os estudos sobre trabalhadoras rurais do Rio Grande do Sul que, embora apresente uma espacialidade geográfica diferente da nossa, discute as formas de ação e organização das mulheres no campo. Maria José Carneiro (2001, p. 51) diz, por exemplo, que o trabalho rural para as mulheres estava permeado de regras, pertencentes a uma “ideologia patriarcal [...] como parte do sistema de obrigações recíprocas”, onde as mulheres deveriam assumir as obrigações da casa e os homens deveriam garantir o sustento através da agricultura. Mas, na prática as mulheres pobres agricultoras acabavam por assumir essas duas obrigações.

No entanto, entendemos que Dona Julita se apropria da “natureza” em seu discurso exatamente para obscurecer o sistema de regras que a sujeitava e as inúmeras responsabilidades que pesava sob ela. A natureza pode significar então certo tipo de fuga. É o que pode ser entendido no seguinte trecho: “*sentia o ar livre, mais liberdade na roça*”.

Interpretamos ainda que, o vínculo com a natureza não é o mesmo estabelecido entre as pessoas, pois difere de qualquer outro tipo de trabalho institucional. Ele é entendido, nesse caso, como uma ligação autônoma, livre do enquadramento doméstico e institucional. Não obstante, esse sentimento de autonomia não é exclusivo de Dona Julita, na verdade está bastante associado à vida das mulheres no campo. Alessandro Portelli (2010, p. 98), por exemplo, ao decifrar a narrativa oral de uma camponesa apalachiana ressalta que: “[...] No nível simbólico, porém, a imagem da fazenda autossuficiente permanece indissolúvelmente ao senso de autonomia pessoal”.

Adicionalmente, podemos entender o sentido de ser livre como estando também ligado ao movimento, o fato de não se restringir a um só lugar ou a uma só tarefa. Ao analisar a concepção de *liberdade* dentro da filosofia de Hannah Arendt,

Maite Larrauri Max (2009, p. 61) reflete que “entrar e sair de casa, deslocar-se para lugares diferentes e encontrar-se com os outros é o primeiro significado da liberdade – que equivale a não estar trancado em um espaço fechado”. O trabalho reverenciado por Dona Julita expressa essa liberdade de locomoção e de interação com a natureza tão inerente ao ser humano.

Mas, para além de todos os aspectos prazerosos atribuídos ao trabalho no campo, a fala de Dona Julita nos proporciona um problema essencial: porque selecionar essa lembrança específica e atribuir um sentido positivo ao trabalho na agricultura se havia um claro sobrecarregamento de atividades? Para responder a isso é importante, antes de tudo, compreendermos um pouco mais sobre a forma como se dá essa relação entre mulher, agricultora e trabalho.

De modo geral, estudiosos como Emma Siliprandi (2004, p. 131) concebem que, se por um lado as mulheres criadas no meio rural lamentam as inúmeras responsabilidades e a restrição de alguns direitos básicos, por outro se reconhecem como “pilares de sustentação da família e da sociedade, às quais se sentem fortemente ligadas”. É este o ponto que tentaremos desenvolver a seguir. Cabe mencionar o dossiê *As agricultoras do Sul do Brasil* da Revista *Estudos Feministas* (2004), que traz variadas formas de organizações, de práticas e de relações forjadas por trabalhadoras rurais.

Segundo Maria Ignez Paulilo (2004, p. 235) o trabalho das agricultoras é visto como uma extensão do trabalho doméstico, sendo que há uma clara depreciação das atividades femininas na agricultura. Para a autora o trabalho das agricultoras é invisível até mesmo nos dados estatísticos oficiais e “[...] é um reflexo da desvalorização que perpassa toda a sociedade e suas principais instituições, incluindo a família”. Partindo disso podemos supor que a estratégia discursiva de Dona Julita é exatamente a de dar visibilidade a esse trabalho, tentando apresentá-lo de uma forma não depreciativa.

Por isso, a fala da narradora também está carregada de tensões e demonstra uma face importante das relações de poder quando diz: “*E eu apanhava mais do que os meus irmãos!*”. A agricultura é uma atividade compartilhada por homens e por mulheres, mas somente é reconhecida como um lugar masculino (PAULILO, 2004), portanto, a narradora tenciona esse fator supervalorizando suas técnicas de trabalho.

Outro fator cabível, que podemos supor como um dos motivos para a valorização dada ao trabalho na agricultura por parte de Dona Julita, está no fato de que os resultados desse trabalho são bem mais visíveis do que o doméstico. Anita Brumer (2004, p. 212) ao tratar sobre a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul analisa que,

[...] as atividades domésticas são consideradas como secundárias, pelos próprios membros da família, em relação às atividades produtivas. Não é de surpreender, por isso, que muitas mulheres, apesar da dureza do trabalho agrícola e de seu papel subalterno no mesmo, preferam exercer essa atividade ao trabalho doméstico, usando justificativas tais como: 'o trabalho doméstico é todo dia a mesma coisa, a gente limpa e logo em seguida tem que limpar de novo'; 'o trabalho na roça a gente vê' (p. 212).

Voltando-nos a outros artifícios possibilitados pelo exercício da memória de outras narradoras trazemos a fala de Dona Vilani ao relembrar sua juventude na década de 1960, em um sítio localizado na cidade de Jucás/CE. No fragmento a seguir exposto ela dá ênfase às contribuições para o sustento da família, como o fez Dona Julita. *“[...] minha juventude só foi de trabalho e muito sofrimento, muito sacrifício, muito, muito sacrifício! Porque era muita gente e morava no interior, e com uma família grande. As condições financeiras não era aquela coisa”!* (Vilani Araújo, Senador Pompeu, 24 de março de 2013).

No período em que se contextualiza a lembrança de Dona Vilani, a agropecuária ainda era a única atividade que estava ao alcance das famílias pobres do interior do Ceará. Aliás, ela foi a economia predominante até a década de 1970, quando fenômenos como pragas nas plantações de algodão e a seca obrigam as famílias sertanejas a migrar e procurar outras fontes de renda. Exemplo particular disso é a ida de Vilani à Fortaleza para trabalhar como doméstica em 1970.

Na dimensão individual dessa lembrança a narradora dá ênfase ao sobrecarregamento de atividades quando cita *“muito sofrimento, muito sacrifício, muito, muito sacrifício”!* Discorrendo ainda sobre a responsabilidade para com a família e sobre a má condição financeira. Na base do trabalho está assim à subsistência do grupo familiar. Eram para a família e dentro dela que se organizavam as tarefas de manutenção: *“Porque era muita gente e morava no interior, e com uma família grande”*. Esse fator pode ser percebido também na fala de Dona Julita quando lembrava sobre as atividades em torno daquilo que entendemos hoje como agricultura familiar.

Abrindo um breve parêntese para falar sobre a categoria de agricultura familiar, cabe dizer que ela é assim denominada atualmente porque passou a ser vista, tanto pelo governo como pelos diversos setores da sociedade, como unidade produtiva básica para a economia do país. É sabido que, a partir de 1950 a agricultura passou por um lento processo de modernização intensificado na década de 1990, com as políticas relacionadas ao agronegócio e a exportação de vegetais. Esse processo pouco beneficiou os pequenos agricultores, de forma que, a força de trabalho gasta não obtinha retorno em benefícios. Eles vendiam a preços mínimos os bens produzidos e apenas subsistiam com muita dificuldade, como relata Dona Vilani. Contudo, desde o governo de Luis Inácio Lula da Silva as medidas de apoio à agricultura familiar já criadas em 1996, foram postas em prática dando maiores subsídios para a produção agropecuária e para o melhoramento da qualidade de vida das famílias agricultoras. Cabe citar aqui o PRONAF (Programa Nacional de Incentivo à Agricultura Familiar), integrado no sistema de crédito rural. Essa política pública garante o empréstimo para custeio da safra, para investimento em equipamentos de infraestrutura, auxílio aos agricultores em períodos de seca, entre outros benefícios (SILVA; JESUS, 2010). Mencionar essa nova configuração do campesinato brasileiro é importante para a compreensão de que, as famílias de agricultores nas quais as mulheres de nosso estudo estiveram inseridas não possuíam os benefícios existentes atualmente, fator que contribui bastante para a ênfase dada as dificuldades por parte de Dona Vilani.

Feito esse parêntese, lançamos nosso olhar à relação mulher/trabalho/família, donde podemos presumir um intenso sentimento coletivo e de responsabilidade pelos outros nas seleções das lembranças das mulheres que narram, tanto quando se referem às famílias em que foram criadas, como as que construíram após o casamento. Concordamos assim com a interpretação de Ana Lúcia Pacheco (2005, p. 22) de que: “O trabalho da mulher pobre inscreve-se na lógica das necessidades familiares e é motivado por ela [...]”.

As configurações familiares, nas quais as narradoras atribuem suas primeiras formações para o trabalho, eram compostas então de muitos membros, como disse Dona Vilani. Tinham uma presença disciplinadora paterna e fundamentalmente a educação e zelo das mães. Porém, a responsabilidade do sustento era uma tarefa de todos.

Sabemos que a configuração das famílias, sejam elas pobres, de classe média ou alta, tem passado por um intenso processo de transformação em nossa atualidade. A figura da esposa dedicada e mãe zelosa estão cada vez mais ausentes. Um dos motivos para essa reconfiguração nas famílias é a participação cada vez maior da mulher no mercado de trabalho e sua abdicação do ambiente doméstico. Portando, quando se trata de famílias brasileiras anteriores a 1980 imaginamos um contexto essencialmente patriarcal, com papéis explicitamente sexados, e com uma presença feminina relegada ao silêncio. Sob esse mesmo modelo de pensamento Ana Silvia Scott (2012, p. 17) afirma que:

[...] hoje estamos diante de famílias que tendem a compor uma relação mais igualitária entre os parceiros, na medida em que, por exemplo, ambos contribuem financeiramente para a manutenção da unidade doméstica e de seus membros. Tal mudança conferiu maior 'poder' para as mulheres dentro das famílias rompendo o antigo ciclo da dependência e da subordinação.

Em contraponto a ideia de que as relações iguais dentro da manutenção financeira da família são características exclusivas de nosso presente, as memórias de nossas narradoras sobre os seus papéis na família, demonstram que quando se tratava de sustento todos agiam, e que a atuação feminina no que diz respeito ao trabalho, não é nenhuma novidade para mulheres que cresceram em famílias extensas e com poucas condições financeiras como a de Vilani. Mas é fato que, atualmente tem havido uma diminuição da divisão sexuada dos papéis. Reconhecemos que, embora as mulheres estudadas participassem também da renda familiar, houve um obscurecimento eminente da sua atuação.

Importa, portanto, que desnaturalizemos o binarismo referente ao lugar do homem e lugar da mulher e que percebamos a existência de pontos de intersecção das relações, assim como as diferenças em cada contexto, como, por exemplo, as que existem entre as mulheres pesquisadas e as mulheres de classe média das grandes cidades.

Aliás, não podemos esquecer que um trabalho debruçado em torno de lembranças femininas, e que em si carrega o *gênero* como categoria analítica, tem que estar sempre atento às disjunções, conjunções e mediações, que Suely Kofes (1993) se esforça em explicar.

Com base na fala de Dona Vilani, temos feito até aqui uma análise sobre a família, vista socialmente como definidora das práticas de trabalho realizadas pelas narradoras. Esta instituição é assim entendida como ponto de referência “[...] para a organização de seus modos de vida, uma vez que é na família que se encontra a base das normas de comportamento social, baseadas no respeito e na honra” (CHAVES, 2002, p. 69).

Por conseguinte, além de atribuímos um sentido social a família, podemos analisar também que o destaque dado a essa instituição nos discursos das mulheres tem um valor simbólico. Como analisa Michelle Perrot (1989, p. 15), as maneiras pelas quais as mulheres se registram no tempo estão vinculadas ao seu lugar na família. Do mesmo modo ocorre com a rememoração, ou a “montagem propriamente dita do teatro da memória [...] voltada para a família e o íntimo, os quais elas foram de alguma forma delegadas [...]”. Considerando ainda nessa discussão os bens materiais e simbólicos, percebemos que o papel dessas mulheres dentro da dinâmica familiar vai desde a produção (trabalho) a reprodução de valores, onde elas também podem ser vistas como guardiãs (CARNEIRO, 2001).

Prosseguindo no trato para com a lembrança de Dona Vilani, sublinhamos também quando ela diz ao final da fala: “[...] *as condições financeiras não era aquela coisa!*”. A partir disso, trazemos a tona outro aspecto tão relevante para a atuação das mulheres como trabalhadoras quanto à configuração familiar: a questão da pobreza. Enveredando-nos então nessa questão trazemos a lembrança de Dona Antônia motivada pela seguinte proposta: *Você mencionou que trabalhou muito após o casamento, conte-me um pouco mais sobre isso*³⁴. A narradora conta então sobre a década de 1970, quando já experimentava a maternidade.

Nessa época a gente fazia muito, nós mesmas fazia demais, era negócio de varanda, crochê, era esse tipo de coisas. Por que a gente sobrevivia mais assim, pra comprar um caderno pro filho, de fazer alguma coisa pra casa. Era fazer uns jogos de varanda e umas coisas que você não sabe nem o que é... Uns negócios que o povo colocava em cela: as Coxias. Fiz bastante! Fazia até uma hora da madrugada, na lamparina. Num tinha energia! (Antônia de Oliveira, Senador Pompeu, 24 de março de 2013).

Assim como Dona Julita e Dona Vilani, Dona Antônia também integrava uma família que tinha como base de renda a agricultura de subsistência. No entanto,

³⁴ Interferência da entrevistadora.

como explanado outrora, a partir de 1970 algumas crises assolaram a agricultura. Era necessário então o complemento da renda familiar com outras atividades. Esse complemento era na maior parte das vezes responsabilidade das mulheres. Dessa forma, concluímos que o trabalho pontuado nas lembranças, nada tem a ver com emancipação feminina, com conquistas feministas, nem tampouco com subversão a uma ordem patriarcal preestabelecida, como ocorreu com muitas mulheres da classe média nas grandes cidades brasileiras a partir da década de 1970. No caso das mulheres inseridas nesse trabalho o contexto era bem diferente: elas moravam afastadas das grandes cidades, não dispoem de bens básicos como energia elétrica (citada no relato) e pertenciam a uma situação de pobreza, definidora para suas experiências como trabalhadoras. Mas, o que entendemos sobre pobreza? Segundo Antonio Pedro Albanes Crespo e Elaine Gurovitz (2002, p. 03):

A percepção da pobreza como conceito relativo é uma abordagem de cunho macroeconômico, assim como o conceito de pobreza absoluta. A pobreza relativa tem relação direta com a desigualdade na distribuição de renda. É explicitada segundo o padrão de vida vigente na sociedade que define como pobres as pessoas situadas na camada inferior da distribuição de renda, quando comparadas àquelas melhor posicionadas. O conceito de pobreza relativa é descrito como aquela situação em que o indivíduo, quando comparado a outros, tem menos de algum atributo desejado, seja renda, sejam condições favoráveis de emprego ou poder.

Assimilando essa concepção de “pobreza relativa” podemos dizer que, de fato, comparadas a outras camadas, as mulheres as quais tratamos foram realmente pobres, pelo menos quando ainda não haviam adquirido uma estabilidade econômica e quando não dispunham de bens materiais como outras mulheres. No entanto, não correndo o risco do determinismo, é preciso entender que em nosso caso, a concepção de pobreza assume um sentido muito mais relativo do que os autores supracitados puderam definir. Isso porque ela não está subjugada a uma teoria estabelecida sobre o que é ser pobre, mas embutida no próprio sentido que as narradoras dão as suas condições.

Apropriando-nos do relato de Dona Antônia, vemos que ela não deixa de pontuar as situações em que se utilizou das armas que tinha para sobreviver, “*pra comprar um caderno pro filho*”, “*fazer alguma coisa pra casa*”. Outra percepção importante é que, quando ela cita “*a gente*”, deixa subentendido que essa prática de sustento da família era também compartilhada com outras. Contudo, um dos pontos mais interessantes dessa fala é que, quando narra à situação de dificuldades

experimentada por ela e tantas outras mulheres (*“Fazia até uma hora da madrugada, na lamparina. Num tinha energia”!*), Dona Antônia não dá um sentido depreciativo a pobreza. Pelo contrário, ela se autoestima, assumindo uma postura de mulher forte por ter driblado os obstáculos. O trabalho pontuado é assim o instrumento pelo qual ela constrói essa imagem.

Quando Antônia dá ênfase às dificuldades superadas, ela ofusca então a ideia do sofrimento, afirmando sua não passividade e resistência. Se no passado rememorado o trabalho era o veículo pelo qual subsistiam, ele é no presente um dos dispositivos de subjetivação.

Desse modo, podemos notar que, embora as experiências de trabalho pontuadas nas lembranças não tenham a ver com emancipação feminina e que as mulheres fossem condicionadas obrigatoriamente ao trabalho, as narradoras são também astuciosas, na medida em que, se apropriam de táticas cotidianas de sobrevivência no passado e de táticas discursivas para tratarem de sua atuação no presente.

Ainda sobre a pobreza, fator irreversível do passado das mulheres aqui estudadas, convém citar mais uma vez os ensaios de Alessandro Portelli (2010, p. 95), de forma que podemos compreender melhor sobre o sentido simbólico que ela pode acarretar e sobre a sua influência no processo de subjetivação. Em seu texto *Éramos pobres, mas... – Narrar a pobreza na cultura apalachiana*, ele propõe interpretações significativas sobre o que é ser pobre para algumas sociedades em que a sobrevivência ofusca a visibilidade do lucro. Ele concebe que: “A resposta à pobreza como humilhação, então, está na busca de uma fonte de orgulho na própria pobreza; um orgulho que vem do fato de ter crescido em condições duras e difíceis [...]”. A forma como as narradoras resignificam suas condições têm total relação com a concepção analisada por Portelli.

Adicionalmente, para Daphne Patai (2010, p 33), a “classe” é um fator definidor quando se trata da história oral de mulheres. Ela diz que, para as mulheres de diferentes regiões que entrevistou a questão de “classe” é “algo que explica muitas das características de suas vidas”. Acrescenta:

[...] É parte daquele *background* ³⁵‘natural’, raramente questionado, mas que emerge com muita clareza em suas histórias. Apesar das enormes

³⁵ Termo utilizado para designar *experiências*.

diferenças regionais que moldam as vidas das mulheres no Brasil, a classe – e sua articulação com as oportunidades de emprego, nível de renda e caldeirão cultural – é de longe um elemento muito importante.

Retornando a fala de Dona Antônia, além da valoração simbólica dada a pobreza, é possível também perceber que ela atribui às mulheres uma posição de autossuficiência, destacando: “*nós mesmas fazia*”. Dentro do arcabouço teórico desse trabalho pudemos sublinhar outros casos ligados a essa atribuição. Citamos como exemplo a circunstância explanada por Michelle Perrot (2007, p. 116), sobre as donas de casa do meio operário na França, descrevendo o seguinte:

Ela vive numa pequena habitação, que tem dois cômodos e mais um cubículo para a cozinha. Suas ocupações são os serviços de limpeza, a lavagem de roupa, a preparação das refeições [...] Ela mesma faz e conserta as roupas da família: o marido e dois filhos, os únicos sobreviventes dos seis que trouxe ao mundo. Ela é o médico da família e antes de tudo, seu ‘ministro das Finanças’, pois gerencia o orçamento.

Não há dúvidas da semelhança profunda existente entre a operária dona de casa descrita por Michelle Perrot e as trabalhadoras estudadas aqui, na medida em que elas centralizam variadas funções. Contudo, cabe ressaltar que a postura assumida no discurso de Dona Antônia não pode ser visto integralmente pela lógica do altruísmo. Esse discurso resguarda, pois, uma dissonância significativa para esse trabalho: quando a narradora centraliza suas tarefas ela indiretamente encobre o trabalho alheio, intencionando demonstrar que o papel mais importante assumido na família e no grupo social era o dela.

Outro ponto que não pode deixar de ser destacado é que quando se fala em centralização de funções não se quer dizer que isso era uma escolha para mulheres pobres e trabalhadoras, na verdade, isso indica uma sobrecarga de responsabilidades, jornadas de trabalho desgastantes e anos de labuta e sofrimento. Não é nossa intenção velar essa evidência, mas, na verdade mostrar que, no presente em que elas memorizam e narram, a centralização dos papéis é utilizada como manobra de empoderamento. Dona Antônia mencionou então algumas atividades realizadas pelas mulheres de seu meio social. Assim como ela, outra narradora relata sobre essas atividades que estavam para além da agricultura. Diz-se sobre Dona Fransquinha, que traz uma lembrança de como sua mãe organizava a rotina de atividades remuneradas da casa:

Lá em casa num tinha folga não [...] Logo ela soube criar por que [...] a gente era obediente. [...] Ela botava por semana. Aí quando era na semana da gente eu ia fazer crochê. [...] Quando terminava aí ia pra vender. [...] Ela vendia em casa mermo. [...] Mãe era trabalhadeira! [Pronuncia em voz alta]. (Francisca Pinheiro, Senador Pompeu, 25 de maio de 2011).

O trecho dessa fala é motivado pelo enunciado *-Como foi sua juventude-* citado ainda nas linhas iniciais deste capítulo. A fala traz a lembrança de quando Fransquinha tinha na faixa dos 12 anos de idade, no final da década de 1950. Como as demais narradoras ela morava afastada da cidade. Porém, mesmo longínquas de um sistema de comércio urbano, as mulheres da família de Fransquinha produziam e vendiam. Essa prática de produção artesanal era comum em certas localidades, mas estava baseada muito mais nos laços pessoais entre vizinhos, do que propriamente na lógica da oferta e da procura. No entanto, é possível perceber também resquícios de um sistema manufatureiro de produção semelhante ao que se estabelecia na Europa antes da revolução industrial, onde havia um revezamento das atividades: “[...] Ela botava por semana. Aí quando era na semana da gente eu ia fazer crochê”. O duplo trabalho realizado pelas mulheres – o da roça e o artesanal – está inserido assim em uma lógica de organização específica, administrada na maioria das vezes por elas próprias, como é o caso da mãe de Dona Fransquinha.

Além de lembrar que as mulheres assumiam atividades diversas no cotidiano, nesta fala Fransquinha deixa transparecer um intenso sentimento de orgulho em relação à forma como foi educada para o trabalho: *“Logo ela soube criar”*. Ela diz com ênfase: *“Mãe era trabalhadeira”!* Embora essa ênfase seja parte de um saudosismo individual em relação a sua mãe, Fransquinha deixa subentendido que o mesmo trabalho que dignifica o homem, também dignifica a mulher. Retoricamente, ele é então colocado como marca da sua identidade, da de sua mãe, de suas irmãs e vizinhas.

Podemos entender essa marca como sendo um código cultural importante para as mulheres sertanejas que compartilharam os contextos semelhantes aos das narradoras desse trabalho. De uma forma mais geral, a significação dada ao trabalho feminino é mencionada em outras análises como sendo uma característica fundamental da cultura popular sertaneja antes de 1980 na medida em que, ser mulher forte e trabalhadora era um critério de escolha para um bom casamento. “Inclusive porque era do trabalho destas mulheres que dependeria uma parte substancial da manutenção do grupo familiar” (SOUSA, 2007, p. 198).

Não podemos afirmar até que ponto essa característica pode ser geral. Até porque, não dispomos de fontes suficientes que abarquem todo o sertão central cearense, mas, pelo menos em Senador Pompeu, lugar onde mulheres como Dona Vilani e Dona Rita passaram a morar a partir de 1970, existem outros indícios, além das lembranças aqui trabalhadas, de que as donas de casa pobres participavam ativamente da renda familiar.

Cabe citarmos o literato Saraiva Júnior (2004, p. 42), que em suas memórias sobre Benigno Pereira de Souza, homem de destaque no cotidiano da cidade de Senador Pompeu, relata que ele era casado com “[...] D. Maria Borges de Sousa, que o ajudou no início como costureira, tiveram cinco filhos: duas mulheres e três homens. Albanir ficou com a organização [...]”.

Notamos outro vestígio sobre o trabalho das mulheres na escrita da historiadora Rosângela Oliveira (2006, p. 37), que ao tratar da estação ferroviária da cidade de Senador Pompeu entre as décadas de 1950 a 1970, traz rastros de que mesmo o espaço público senadoreense era também ocupado por mulheres pobres e/ou donas de casa. Ela relata:

[...] O barulho produzido pelos passageiros e frequentadores daquele espaço se misturava aos sons produzidos por aqueles que tinham no local o meio de sobrevivência; eram trabalhadores autônomos, vendedores ambulantes, homens e mulheres que num espetáculo de malabarismos e de gritos ofereciam seus produtos aos passageiros dos trens A ferrovia, ao mesmo tempo em que trazia progresso para a cidade, proporcionava o sustento das classes menos favorecidas.

A historiadora citada toca em outra prática de trabalho das mulheres pobres além da agricultura e do artesanato. Ela fala sobre a venda ambulante informal, experimentada por homens e mulheres no centro urbano de Senador Pompeu/CE. É nesse mesmo contexto onde está inserida a lembrança de Dona Rita, que narra sobre sua chegada em Senador Pompeu em 1975:

Quando eu cheguei aqui era uma cidade parada [...] Botei meu comércio ali naquele beco. [...] comecei uma lojinha aqui. [...] precisava trabalhar, ajudar meu velho. [...] Vinha da rua e me encontrei com Padre Odílio. Ai ele disse diga filha. (Ela) Padre Odílio eu quero falar com o senhor. (Ele) Pois não. Aí nós fomos na rua, rodeamos nessa escola. Ia e voltava conversando com ele. (Ela) Padre Odílio eu fui informada que nessa escola, que essa cantina ai da escola tá fechada. Eu vim pedir pro senhor me arranjar essa cantina pra mim botar uma venda, pra mim conhecer o povo, pra mim vender alguma coisa. Eu quero conhecer, fazer amizade. Ai ele disse: pode botar.

Ai eu fiz. [...] Deus é maravilhoso! Porque não é fácil minha filha você enfrentar o comércio. E eu enfrentava! (Rita de Souza, Senador Pompeu, 27 de dezembro de 2012).

A mudança de Dona Rita para a cidade de Senador Pompeu ocorre por conta do emprego de seu marido como operador de máquinas da REFSA³⁶. Apesar de dispor da renda fixa do esposo, ela afirma que *“precisava trabalhar”*. Deciframos nessa fala que, perpassar o espaço doméstico em busca de um trabalho não é narrada somente como uma questão de sustento, mas de sociabilidade também: *“pra mim conhecer o povo [...] Eu quero conhecer, fazer amizade”*. Além disso, Dona Rita se protagoniza como aquela que saiu de casa, movimentou *“uma cidade parada”*, desbravou o novo, ajudou o marido no sustento da casa, buscou sociabilizar-se e enfrentou aquilo que ela chama de *“comércio”*. Entendemos a ênfase dessa narradora – *“E eu enfrentava!”* – como uma valorização de si, própria do que entendemos como subjetivação. Ficou claro que Dona Rita trata de um comércio informal e autônomo, como aquele realizado pelas vendedoras da estação ferroviária, citado anteriormente. Mas porque ela diz ter enfrentado esse comércio? É aqui o espaço propício para trazermos uma discussão intrínseca sobre o trabalho da mulher no espaço público, no contexto da lembrança de Dona Rita.

A pesquisadora local Francisca Pereira (2009), por exemplo, discute que, havia uma clara divisão entre o que era trabalho de homem, e o que era trabalho de mulher. Ao pesquisar sobre as vendedoras ambulantes da estação ferroviária de Senador Pompeu entre 1950 e 1960, ela percebe que para a sociedade da época os serviços “pesados”³⁷ e públicos eram associados à figura masculina, e os trabalhos domésticos e artesanais eram vinculados à figura feminina. No entanto, isso não era regra para mulheres pobres, como as entrevistadas desse trabalho, já que muitas trabalhavam com homens na agricultura, e outras no comércio informal. Ela traz assim muitos vestígios sobre esse descompasso na cidade, quando suas fontes demonstram certo preconceito e hostilidade para com as vendedoras ambulantes, por parte de homens da elite que frequentavam o espaço da estação. Notamos a partir daí que havia uma notável aversão às práticas de trabalho de mulheres como

³⁶ Extinta Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima, criada em pela Lei nº 3.115, de 16 de março de 1957, pela consolidação de 18 ferrovias regionais, e desativada em 1999. Disponível em: <<http://www.rffsa.gov.br/principal/historico.htm>> Acesso em: 08/10/2013.

³⁷ Expressão utilizada no conterxo sertanejo para definir trabalhos que exigem maior força física.

Dona Rita, vinculada a uma idealização da mulher enquanto relegada ao espaço doméstico.

Em relação a esse contexto de desigualdades de gênero, trazemos outro vestígio ainda sobre a cidade de Senador Pompeu durante a década de 1960, quando no livro de registros de leis da câmara municipal da época (08 de maio de 1961) são mencionadas as mulheres que ocupavam cargos de funcionalismo público: “Art.1º. Fica o Sr. Prefeito municipal autorizado a conceder aumento de 30% (trinta por cento), aos funcionários masculinos e as funcionárias femininas de 15% (quinze por cento) [...]”.³⁸ Como podemos ver, algumas mulheres haviam se emancipado, conquistando o direito a empregos públicos, mas, ainda tinham direitos restritos.

O paradoxo acima mencionado pode ser sublinhado em outros vestígios encontrados durante o período da pesquisa, como o conteúdo da revista *Cláudia*, inteiramente ligada ao público feminino da classe média. Esse conteúdo diz respeito a uma coleção dessa revista intitulada – *A Enciclopédia da Mulher*³⁹. O material em mãos pertencera a uma leitora senadoreense na década de 1970, o que nos faz presumir que as reivindicações pela emancipação feminina ocorridas nas grandes metrópoles brasileiras chegavam timidamente ao contexto sertanejo, pelo menos para uma pequena parcela das mulheres. Porém, o que destacaremos nesse momento são as contradições no que diz respeito à emancipação da mulher no mundo do trabalho. Na revista publicada no ano de 1977 (p. 558-559), com a matéria intitulada – *Vantagens da mulher que trabalha*, é enunciado que: “Mesmo enfrentando uma série de problemas, cada vez mais a mulher procura uma atividade fora do lar, enriquecendo sua vida e a da própria família”. Todavia, esclarece:

³⁸ Arquivo Morto da Câmara Municipal de Senador Pompeu.

³⁹ Trazemos aqui a apresentação da coleção, feita pelo coordenador geral da revista Victor Civita: “Em outubro de 1961, a ABRIL lançou o primeiro número de uma revista dedicada ao público feminino. Seu nome: CLÁUDIA. Na ocasião, dissemos que ela havia sido criada para tornar-se a melhor amiga de todas as brasileiras modernas e inteligentes. O tempo e as nossas leitoras incubiram-se de mostrar que tinhamos razão. Hoje, CLÁUDIA é a mais importante revista feminina do país. Aproveitando a grande experiência de CLÁUDIA e atendendo ao crescente desejo de atualização das brasileiras, estamos relançando esta ENCICLOPÉDIA DA MULHER. A coleção propõe-se oferecer às leitoras tudo o que elas precisam conhecer sobre o seu papel na sociedade e o seu pequeno-grande mundo: o lar. Vamos ajudá-las na educação e na saúde da família; torná-las mais belas e elegantes; atualizá-las com o tempo em que vivemos; ensiná-las a economizar; resolver dúvidas quanto a seus direitos na sociedade; sugerir soluções para problemas de decoração e construção. Enfim, informações atuais e atuantes. Estamos certos de que a ENCICLOPÉDIA DA MULHER irá tornar-se permanente fonte de consultas e nos alegramos sabendo que, com isso, atingimos plenamente nosso objetivo: ajudar a mulher brasileira a viver melhor”.

[...] Mas a aceitação é maior quando ela é “desimpedida” (solteira, viúva ou desquitada), pois se considera necessário ou justo que procure sua independência econômica ou mesmo preencha seu tempo com uma atividade remunerada. Para as casadas, a questão assume outro aspecto. Em nossa organização social, a ela está designado apenas o papel de esposa e mãe. Se quebrar essa estrutura, possivelmente serão inúmeros os problemas que terá de enfrentar. [...] No lar, são várias as barreiras que a mulher tem que vencer, como, por exemplo, a presença dos filhos. [...] O marido também pode representar um problema quando não deseja que a mulher trabalhe fora (p. 559).

Ao mesmo tempo em que a revista adotava o termo “moderno” como representação dos processos que vinham ocorrendo durante a década de 1970 ela reafirmava o “ideal de mulher” propagado na época. Essa dissonância pode ser percebida quando a revista defende que somente as mulheres solteiras (nesse caso as mulheres da elite) poderiam trabalhar fora de casa, atribuindo como motivo o fato de que, em “nossa organização social o papel de esposa e de mãe” destinado às casadas ainda não poderia ser quebrado.

Em suma, os casos citados são bem distintos do caso de Dona Rita, assim como das demais mulheres trazidas nesta escrita, uma vez que suas experiências de trabalho estavam vinculadas a informalidade, e basicamente a subsistência familiar. No entanto, o entrecruzamento desses vestígios possibilita percebermos que existe algo em comum entre todas as mulheres (sejam elas pobres, de classe média ou de elite). Quando Dona Rita diz – “[...] *não é fácil minha filha você enfrentar o comércio. E eu enfrentava*” – ela pressupõe a difícil inserção das mulheres num espaço culturalmente definido como masculino e a quebra de uma imagem ideal de mulher.

Tratando do trabalho feminino de um modo geral, concordamos com Margareth Rago (2004, p. 32) quando diz que, uma porcentagem significativa de mulheres pobres trabalhadoras compôs o proletariado brasileiro, e que isso não é algo inédito de nossa época, ocorre na verdade desde o final do século XIX, nos prenúncios da industrialização. A autora acrescenta ainda que, essas trabalhadoras formais ou informais, “sempre foram alocadas em atividades muito menos valorizadas e mais mal remuneradas do que os homens, como conta a história do trabalho, em qualquer país do mundo, até os nossos dias”.

Tendo inserido as experiências das mulheres trabalhadoras desta escrita na lógica da história do trabalho como um todo passamos a destacar que, todos os tipos de trabalho praticados e trazidos em suas lembranças não eram institucionalizados, eram realizados ou em casa, ou na roça, ou em espaços

públicos, tendo um caráter informal. Tinham assim suas organizações próprias de tempo e estavam na contramão de uma visão idealizada sobre mulher, pelo menos no que diz respeito aos códigos culturais da elite. Por isso, cabe dar ênfase a algumas peculiaridades do trabalho por elas resignificado, no que diz respeito à relação público/privado, as artes de fazer e as táticas.

Exemplificando sobre o tipo de trabalho que discutimos, a seguir trazemos uma figura retirada da obra – *A História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea* (2004) – ao tratar sobre a presença das mulheres no comércio informal no ambiente urbano:

Figura – 1: Vendedora ambulante de frutas em Brasília, 1960.



Fonte: MELLO; NOVAIS, 2004 in Arquivo do Estado de São Paulo.

A foto acima representa um fenômeno que passava a ser recorrente no cenário urbano das cidades durante a década de 1960, onde as mulheres pobres se embrenhavam no mercado informal em busca da sobrevivência. Percebemos na imagem, que a vendedora de frutas não desvinculava o trabalho para o sustento da casa de seu papel de mãe, uma vez que o filho aparece ao seu lado somando forças e tendo suas primeiras formações para o trabalho. Ademais, no caso das mulheres pobres, todos os papéis estão profundamente interligados, algo que discutiremos adiante.

Em análise sobre as dimensões do trabalho feminino (remunerado e não remunerado) a partir de dados da Fundação Perseu Abramo (FPA, 2001), Bila Sorj (2004, p. 115) afirma que, as mulheres que integram o setor informal despendem cerca de 42 e 32 horas em atividades domésticas, número que prepondera ao tempo gasto nessas atividades por parte das trabalhadoras formais. Segundo a autora, isso acontece porque as trabalhadoras informais lidam com horários mais flexíveis e parciais, enquanto as outras são obrigadas a cumprir uma jornada de trabalho pré-estabelecida pelo empregador e regimentada pela legislação trabalhista. O tempo livre é então investido nas atividades domésticas e nos papéis parciais de esposas e mães, atividades e papéis estes que serão analisados ao longo dos dois outros capítulos desta dissertação.

De modo geral, podemos dizer que o tempo de trabalho das mulheres desta escrita era, em certa medida, um tempo autônomo. Pois mesmo que agissem de acordo com as responsabilidades, não dependiam de chefes e de horários pré-definidos. Como diria Maria Odila Leite (1995, p. 28) sobre mulheres pobres e trabalhadoras: “Outros ritmos marcavam seu tempo”. Na maior parte das vezes cabia a elas a administração desses ritmos.

Notamos ainda que, nas concepções de trabalho das narradoras não há uma clara segregação entre público e privado, como percebemos da maioria dos estudos de gênero. Isso porque em muitos casos as mulheres ocupavam estes dois espaços indiscriminadamente. Elas entendem, na verdade, todo e qualquer tipo de “a fazer” como uma forma de trabalho, seja ele o da casa (sem fins lucrativos), o da roça, ou o da rua, sendo que o espaço público é apenas um complemento do privado. Podemos citar um exemplo dessa relação público/privado e sobre o tempo do trabalho feminino, em uma análise diferente contextualmente da nossa, mas semelhante por tratar de trabalhadoras que também assumiam o papel de donas de casa e de trabalhadoras remuneradas concomitantemente. Diz-se sobre a análise de Maria Izilda Santos de Matos (2002, 95) em *Cotidiano e Cultura*. Ela relata:

[...] de modo geral, as mulheres se engajavam na produção de mercado em atividades já desenvolvidas por elas nos quadros domésticos (como lavar, cozinhar, costurar, bordar) [...] As mulheres não vivenciaram, como os homens, a polarização entre tempo de trabalho e de não-trabalho, mas enfrentavam a rotina dos afazeres domésticos e do trabalho domiciliar.

Como demonstra a autora, as práticas de trabalho vivenciadas por donas de casa são bastante diferentes das dos homens que possuem empregos fixos, porque elas estão imbuídas de uma série de responsabilidades que perpassam as fronteiras do trabalho remunerado. Assim sendo, é, principalmente, nas suas experiências como donas de casa que essas mulheres modelam o tempo, porque as tarefas domésticas são de sua total competência, como será demonstrado no segundo capítulo.

A um nível mais abstrato podemos comparar analogicamente o trato das mulheres para com o próprio trato da memória de forma que, tanto o fazer da trabalhadora dona de casa como o exercício da reminiscência remetem a modos de apropriação do tempo e do espaço. Esta apropriação, por sua vez, seja na dimensão das experiências ou da memória, pode ser compreendida a partir do que Michel de Certeau (2009, p. 51) define como *táticas*, uma vez que,

[as apropriações] [...] apontam para uma hábil utilização do tempo, das ocasiões do que apresenta e também dos jogos que introduz nas funções de um poder. Ainda que os métodos praticados pela arte da guerra cotidiana jamais se apresentem de uma forma tão nítida, nem por isso é menos certo que apostas feitas no lugar ou no tempo distinguem as maneiras de agir.

A apropriação se faz, então, tanto nas efêmeras situações cotidianas como nas minúcias dos discursos das mulheres que lembram.

Podemos analisar ainda que, na dimensão do passado, a informalidade dava abertura para que muitas mulheres exercessem suas formas próprias de organização do trabalho, driblando um poder comercial e produtivo pré-estabelecido, estando ainda, fora da lógica capitalista. Aliás, como discute João Mello e Fernando Novais (1998, p. 604), são as formas de estruturação capitalista que estabelecem a hierarquia do trabalho, determinando assim as posições inferiores e superiores. Essa organização “[...] corresponde a uma estrutura de remunerações, [...] que dão acesso à posse da riqueza e a aquisição de bens de serviços de consumo”. No caso, os trabalhadores ligados à informalidade estariam em um patamar inferior nessa hierarquia, entretanto, isso não impede que, em longo prazo, eles possam também usufruir dos bens mencionados.

Semelhante a Dona Rita, Dona Antônia também lembra sobre o seu trato para com o trabalho autônomo, e traz outros sentidos a essa prática:

Em 79 eu sei que nós chegamos de São Paulo, aí já tava mais fácil porque a gente pegava assim, fazia um cafezim, um chazim, uma tapioca, um bolo. Aí pegava uma banquinha, colocava ali encostado da churrascaria e passava a noite fazendo aquele cafezim e vendendo. A noite toda não, até 1 hora da madrugada, 2 horas da madrugada, enquanto tinha movimento de ônibus. [...] Depois a gente comprou um tiosquinho, aí as coisas foi ficando mais fácil. A gente trabalhava muito. [...] Pois é, às vezes uma hora dessas eu tava batendo bolo, fazendo uma panela de baião. Torrando carne de galinha caipira. Tudo isso pra ver meus filhos estudar... E também pra ter uma casinha melhor. (Antônia de Oliveira, Senador Pompeu, 24 de março de 2013).

Dona Antônia rememora a época em que se mudou para o pequeno distrito de Bonfim, localizado a 20 quilômetros da sede de Senador Pompeu/CE. É uma lembrança de quando ela acabara de passar por uma experiência nova, pois saíra do sítio Larges (Quixeramobim/CE), em 1977, com algumas promessas de emprego para o marido em São Paulo. Ademais, o mesmo ocorria com muitas famílias do interior do Ceará nessa época que por conta, principalmente, da seca migravam em busca de trabalho e melhores condições de vida. Porém, essa jornada difícil culminou com a volta da família ao Ceará em 1979 e despertou o desejo do sustento autônomo. Mudaram-se assim para o referido distrito e montaram seu pequeno negócio informal.

Como título informativo, a partir da década de 1970 o comércio informal de produtos baratos se intensificou significativamente no Brasil.

Quase todos os trabalhadores subalternos experimentaram a ascensão social: porque se livraram da miséria rural, [...] porque se viram livres do trabalho 'sujo', 'pesado', 'monótono' do operário, mas, também, porque, bem ou mal, incorporaram os padrões de consumo e o estilo de vida modernos (MELLO, NOVAIS, 1998, p. 625).

No caso de Dona Antônia, a prática de venda narrada era bastante rentável, pois o distrito onde ela passou a residir está localizado em uma região central, que liga a BR 116 a várias cidades do interior cearense (Pedra Branca, Mombaça, Acopiara, Iguatu, Milhã, Solonópole, etc.), tendo uma grande movimentação de motoristas, viajantes, romeiros, entre outros. Durante o dia, o marido de Antônia trabalhava na agricultura e ela mantinha suas obrigações de dona de casa, preparando também a comida para ser vendida. Durante a noite, era o momento da venda, sob o empenho de toda a família.

O serviço de vendedora ambulante de Dona Rita e de Dona Antônia, já mencionados anteriormente, permitem conceber a sobrevivência e a improvisação

como formas de resistir a uma ordem superior que não lhes dava a possibilidade de progredir economicamente. Embora tratando de uma temporalidade longínqua de nosso contexto, em seu estudo sobre mulheres pobres e trabalhadoras no século XIX em São Paulo, Maria Odília Leite (1995, p. 20) permite compreendermos que o cotidiano pode ser politizado e que as práticas de informalidade demonstram uma relação de força entre as mulheres e o comércio formal, bem como formas de sociabilidades. Ela diz:

Useiras de murmurar e reclamar, urdiam pequenas transações e encomendas, numa variedade de acertos e tratos verbais enredados em laços de parentesco, relações domiciliares, entre afins, vizinhas, [...] A improvisação da subsistência no seu dia-a-dia envolvia contínua troca de informações, bate-papos e toda uma rede de conhecimentos e favores pessoais [...] A palavra falada era instrumento essencial do seu trato de sobreviver de mulheres pobres analfabetas, [...]

Acreditamos ser por meio da improvisação, do uso manual e verbal, que as mulheres trabalhadoras dessa pesquisa movimentaram os espaços públicos e domésticos. Com essas ferramentas elas também assumem uma postura ativa durante a realização das entrevistas, como que para tornar visível um poder desconhecido pela entrevistadora.

Mas além da informalidade e da autonomia de organização do tempo, detectamos outra forma de supervalorização na continuação da lembrança de Dona Fransquinha sobre as práticas artesanais, quando ela demonstra um engrandecimento da própria arte de fazer em contraste a uma visão depreciativa daquilo que é produzido industrialmente. Ela diz: *“Hoje em dia é tudo fácil né?! De primeiro fiava o fio pra poder fazer a rede. [...] E tem uma coisa, o fio que eu fiava era bem fininho, bem feitim! Num tinha essas máquinas como hoje [...]”* (**Francisca Pinheiro**, Senador Pompeu, 25 de maio de 2011).

O fragmento supracitado permite analisar que o trabalho tratado é essencialmente manual, árduo, minucioso, e exigia uma técnica específica, sendo, sobretudo, uma arte que ela domina. A carga valorativa dada a essa prática está presente ainda quando ela pontua a não existência de máquinas, sobrepondo o seu trabalho artesanal ao industrial. Acreditamos ser essa manobra discursiva uma maneira de demonstrar que a sua arte está para além da tecnologia, porque andaria de mãos dadas com a perfeição. No presente em que narra ela agrega, então, valor a si e ao seu saber.

Portanto, a questão do trabalho e todos os seus meandros não é somente uma característica marcante para as mulheres pobres da cultura sertaneja. Entendemos que, a seleção de suas lembranças como trabalhadoras é uma das bases discursivas matriciais para uma autoafirmação no presente. O trabalho atravessa assim a dimensão das experiências vividas no passado, para compor um meio de interlocução e legitimação nos discursos. É importante lembrar que, a estruturação dos capítulos segue metodologicamente a lógica de que as mulheres estudadas se apropriam de veículos para a subjetivação e que, compreendemos o “trabalho” como um desses veículos. Mas, essa apropriação não acontece de forma harmoniosa, uma vez que os discursos estão permeados de tensões. Por isso, o tópico a seguir é dedicado à apresentação da análise feita em torno dessas tensões.

2.2.1 A questão do trabalho no aparelho discursivo: tensões e empoderamento.

Justificados pelas memórias, os discursos podem ser entendidos como o material concreto das narradoras, um produto final de suas operações narrativas. Entretanto quando tratamos de discurso é importante lembrarmos que ele está sempre relacionado ao presente. Em um estudo de caso vejamos como essa relação pode se proceder.

Dona Raimunda, ao narrar o que mudou após seu casamento em 1961 diz: *“Mudou porque, eu num trabalhei mais como eu trabalhava. Que eu era da roça! [...] Mudou porque depois que eu me casei eu num fiz mais essas coisas”* (Raimunda dos Santos, Senador Pompeu, 30 de março de 2012). Em outra entrevista ao tratar da época em que ficou viúva diz: *“Eu batalhei muito. Quando eu fiquei viúva eu fazia salgados para as escolas, pra vender. Ainda hoje se aparecer alguma coisa pra mim fazer eu faço na hora”* (idem.).

Percebemos na narrativa apresentada que, após se casar, Dona Raimunda passou a se dedicar apenas aos afazeres domésticos, já que o marido era motorista, e não mais conviveu com o trabalho árduo na roça e com as dificuldades de se morar no campo. Mas, quando ficou viúva viu a necessidade de buscar outros meios de renda. Narrando então o momento em que assumiu a total liderança da casa e da educação das três filhas, ela se protagoniza como alguém

que batalhou. E no presente em que rememora, mesmo aos 67 anos, se diz disposta: *“Ainda hoje se aparecer alguma coisa pra mim fazer eu faço na hora”*.

A partir desse exemplo, pode ser visto que as posturas são ditadas pelas configurações da atualidade, podendo mudar de acordo com a realidade de cada uma das mulheres. Por isso, o protagonismo evidente nessa e em outras falas, pelas quais ousamos quebrar os paradigmas da passividade feminina, baseia-se em um passado de experiências, mas, é inteiramente atual. Nos atos de rememoração, veiculados pela fala, as narradoras constituem assim discursos articulados, tendo como ponto inicial o tempo das entrevistas. É de nossa alçada metodológica decifrar essa articulação.

Denominamos assim o tempo da entrevista como o “presente da enunciação”, uma vez que é nele onde se inicia o processo de lembrar e de onde se começa a narrar. “[...] Os relatos testemunhais são ‘discurso’ nesse sentido, porque têm como condição um narrador implicado nos fatos, que não persegue uma verdade externa no momento em que ela é anunciada” (RICOEUR, 1994 *apud* SARLO, 2007, p. 49).

Tendo ensaiado a influência do presente nos atos de lembrar e no aparato discursivo das narradoras, podemos elucidar a força que a questão do trabalho tem nos discursos. Propagado com eloquência ele pode ser visualizado quando elas demarcam e legitimam seus papéis no interior do grupo familiar. Entretanto, isso só é possível dentro daquilo que entendemos como relações de gênero, na medida em que esse trabalho é para elas uma marca clara de sua identidade, estando no meio do campo relacional delas para com os homens, ou mesmo para com a sociedade como um todo. Por isso, antes de demonstrarmos alguns propósitos discursivos, se faz imprescindível uma revisão em torno da categoria analítica de *gênero*.

Para Joan Scott (1995, p. 86) o gênero é “[...] um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e [...] uma forma primária de dar significado às relações de poder”. Por conseguinte, em um mundo compartilhado por homens e mulheres, onde identidades são construídas, vemos uma série de vínculos relacionais, nem sempre harmoniosos. Entendemos então que, há no ponto de intersecção dessas relações e nos discursos emanados no presente, conflitos significativos: a isso chamamos tensões de gênero.

Portanto, nesse tópico, ao nos debruçarmos essencialmente em alguns discursos registrados oralmente pelas mulheres e por nós apropriados, concordamos com Roger Chartier (1995, p. 40-41) quando ele afirma que, o ponto mais promissor para a história das mulheres e das relações de gênero é “[...] o estudo dos discursos e das práticas, manifestos em registros múltiplos”, que podem não “[...] somente se curvar a uma submissão alienante, mas também construir um recurso permitindo deslocar ou subverter a relação de dominação”.

Sem mais delongas trazemos aqui um caso específico quando Dona Vilani opina sobre a presença da mulher em sociedade: “[...] *eu acho que a mulher precisa ser mais valorizada, né mesmo?! Porque nós mulheres, tem muitas, que trabalham mais do que os homens*” (Vilani Araújo, Senador Pompeu, 10 de outubro de 2011). Quando diz que tem muitas mulheres “*que trabalham mais do que os homens*”, ela se refere ao trabalho fora e dentro de casa, uma espécie de dupla jornada que somente a mulher teria disposição para assumir. Percebemos que o discurso construído por Dona Vilani é possível em um momento em que ela se encontra livre para se expressar e se colocar em relação de força com o homem. Ela tenciona assim essa relação quando reivindica a valorização de seus papéis.

Dentro das definições de suas funções, Dona Julita também permite visualizar uma tensão significativa nas relações de gênero estabelecidas dentro do ambiente doméstico. Assim ela relata:

Ele é quem trabalhava, quem sustentava a casa. Aí eu me achava assim, achava que ele é quem tinha o direito de mandar mesmo, porque ele é quem né, sustentava a casa, os filhos. Aí depois que eu comecei a trabalhar, aí fui começando a querer mandar também, aí ele achava ruim. (Julita Costa, Senador Pompeu, 23 de março de 2013).

Ela trata de uma época em que somente o marido era responsável pelo sustento da casa. Para ela, o direito de “*mandar*” provém da capacidade do sustento da casa. Sugere então que mantinha uma postura tênue na casa por não participar dessa responsabilidade. No entanto, quando o marido fica desempregado em 1996, Dona Julita começa a trabalhar como doméstica e a participar ativamente da renda da família. Uma tensão é então anunciada pela narradora, marcando um manifesto: “[...] *aí fui começando a querer mandar também*”. Entrementes, os embates de

gênero dentro do ambiente doméstico levaram a separação do casal em 2001⁴⁰. E no momento da entrevista a narradora demonstra de forma subjetiva a satisfação pelo fato de ter procurado emprego, ter assumido sozinha a liderança da casa, e ter seguido sem a presença do marido.

Podemos notar aqui que, a configuração desses discursos caminha de mãos dadas com a questão do empoderamento feminino através da provisão econômica. Ademais alguns estudos apontam que, os índices de mulheres assumindo o total controle econômico da família vêm aumentando consideravelmente. No censo do IBGE de 2000, os domicílios que apresentavam mulheres como chefes estavam estimados em 24,9%, sendo que na região Nordeste o número era de 25,9% (MENDES, 2005).

Mas para além do empoderamento econômico, esse fator acarreta uma sobrecarga de responsabilidades para as mulheres, já que elas têm que assumir o sustento, a manutenção da casa, e os cuidados para com os filhos. Apesar disso, percebemos no discurso de Dona Julita uma satisfação eloquente, onde a sobrecarga de responsabilidades é ofuscada por sua realização enquanto chefe da família. Supomos dessa forma que, assim como Dona Vilani, ela expressa não somente um desabafo, mas, o direito de voz e o anseio de retirar seu poder das sombras. Embora pertençam a uma geração que foi educada dentro de princípios patriarcais, as narradoras têm contato com um presente permeado de transformações, presente esse que lhes permitiu discutir a própria subordinação e a presença da mulher em sociedade.

Ora, não podemos negar que ao longo de suas trajetórias essas mulheres, assim como tantas outras, estiveram subjugadas a regimes culturais de verdades. Exemplo disso é o agregado de valores simbólicos dados à figura masculina na cultura delas, como aquele que, “sustenta”, que protege e que decide. Quando trabalha a construção de uma identidade masculina no Nordeste entre os anos de 1920 e 1940, Durval Muniz (2013, p. 224) traz alguns desses traços culturais dizendo que: “[...] o mundo masculino parecia bastar-se a si mesmo, ser um mundo fechado, do qual não deveriam fazer parte as mulheres, a não ser em momentos e espaços específicos e quando fossem requisitadas”.

⁴⁰ É importante ponderar que todas as informações (ano, locais, eventualidades) referentes às memórias aqui trabalhadas foram fornecidas pelas próprias entrevistadas. Devidamente autorizados, esses detalhes, foram metodologicamente deslocadas e reorganizadas a fim de tornar nossa narrativa inteligível.

De todo modo o tom heroico que tantas vezes pôde ser sublinhado nas falas das mulheres desse trabalho, quando tratavam das circunstancias materiais de sua vida e quando supervalorizavam seu trabalho, é uma reação, ou mesmo uma auto-expressão para reverter a posição de inferioridade a que foram relegadas. Daphne Patai (2010, p. 61), em um caso semelhante ao das narradoras aqui apresentadas, ressalta:

[...] o que me fascina na história de Marialice [...] é a sua tentativa heróica de reagir à sua condição de forma positiva, e de criar um eu que pode se confrontar com as situações de sua vida. Essa tentativa não consiste numa deturpação, nem numa vaidade banal. É a autoexpressão de uma mulher que está fazendo o que todas nós fazemos: lutando para dar sentido aos acontecimentos que estão fora de seu controle e para estabelecer um lugar para si no que diz respeito às coisas que estão sob seu controle. E ela faz isso não apenas em suas ações, mas também na representação dessas ações por meio da linguagem.

A autora toca no âmago dessa dissertação, sobretudo, porque é exatamente esse estabelecimento de um lugar para si por meio das ações/memórias/linguagem o que entendemos como subjetivações e contrapoderes. Lembramos que a resistência das mulheres pobres é ainda algo pouco presente nos estudos acadêmicos. Aliás, como diz Alda Britto (2012, p. 89): “A capacidade de luta para sobrevivência da família não seria transmissível, nem objeto de inspiração [...]”. Um dos fatores que contribuem para que essa e outras gerações de mulheres tenham pouca visibilidade nos estudos historiográficos, por exemplo, é que elas não se utilizam da cultura escrita para documentarem sua presença na história. Com analisa Miridan Konx Falci (2011, p. 241-242), em seu artigo sobre mulheres do sertão do Piauí no século XIX, “[...] nada escreveram ou falaram de seus anseios, medos, angústias, pois eram analfabetas e tiveram no seu dia a dia de trabalho, de lutar pela sobrevivência”.

Todavia, acreditamos que esse quadro vem se revertendo significativamente na historiografia e almejamos estar contribuindo para isso, tornando as memórias de mulheres outrora trabalhadoras, objeto de estudo, percebendo-as como peças importantes da história, na medida em que atribuem significados para si e para suas ações. No próximo capítulo serão demonstradas as interpretações em torno das suas lembranças, narrativas e discursos sobre as experiências de donas de casa.

3 “ANJOS DO LAR”.

Foi explanado anteriormente que, a questão do trabalho para o sustento vinculado às necessidades sociais das mulheres, é um elemento categoricamente pontuado nos processos mnemônicos, sendo essenciais aos exercícios de subjetivação. Assim como o trabalho remunerado outro elemento vai sendo contornado nas falas: as experiências como donas de casa. Aliás, em alguns pontos do capítulo anterior foi discutido que as experiências de trabalho remunerado estão profundamente ligadas ao próprio papel de dona de casa. Nesse âmbito, vemos que a atribuição desse papel vai muito além da visão de que a casa é sempre um lugar de confinamento, silencioso, onde as mulheres estariam relegadas a submissão. Aqui a casa é um lugar aberto e de movimento, onde se evocam memórias e onde se produzem discursos.

3.1 UMA REVISÃO SOBRE OS PAPÉIS DA MULHER NO AMBIENTE DOMÉSTICO.

Para desenvolvermos a proposta de analisar o papel da dona de casa levando em consideração suas várias facetas, começamos esse capítulo trazendo uma breve história imaginada e narrada pela escritora e crítica literária Virginia Woolf (2013, p. 11-12). Essa história foi contada para a Sociedade Nacional de Auxílio às mulheres, em 21 de janeiro de 1931 e está contida na obra *Profissões para mulheres e outros artigos feministas*, quando a escritora confessava aos ouvintes e/ou leitores seu intrínseco conflito de identidade. Ela relata:

[...] quando eu estava escrevendo aquela resenha, descobri que, se fosse resenhar livros, ia ter de combater um fantasma. E o fantasma era uma mulher, e quando eu a conheci melhor, dei a ela o nome da heroína de um famoso poema, ‘O anjo do lar’. Era ela que costumava aparecer entre mim e o papel enquanto eu fazia as resenhas. Era ela que me incomodava, tomava meu tempo e me atormentava tanto que no fim matei essa mulher. Vocês, que são de uma geração mais jovem e mais feliz, talvez não tenham ouvido falar dela – talvez não saibam o que quero dizer com o Anjo do Lar. Vou tentar resumir. Ela era extremamente simpática. Imensamente encantadora. Totalmente altruísta. Excelente nas difíceis artes do convívio familiar. Sacrificava-se todos os dias. Se o almoço era frango, ela ficava com o pé; se havia ar encanado, era ali que ia se sentar – em suma, seu feitio era nunca ter opinião ou vontade própria, e preferia sempre concordar com as opiniões dos outros. E acima de tudo – nem preciso dizer – ela era pura. Sua pureza era tida como sua maior beleza – enrubescer era seu

grande encanto. Naqueles dias – os últimos da rainha Vitória – toda casa tinha seu anjo.

O reinado de Rainha Vitória marcava o cenário britânico do final do século XIX ao início do século XX. Dentre os mais variados aspectos culturais desse período estava a intensa valorização da mulher como administradora do lar. Virgínia Woolf descreve muito bem os quesitos que acompanhavam esse papel feminino. Porém, muito mais do que isso, ela coloca a si própria em terceira pessoa do singular, pondo-se como personagem e supondo a existência de duas mulheres, uma dona de casa e uma escritora. Mas, deixando clara a negação dos padrões de sua época, a Virgínia dona de casa é categoricamente caracterizada pela Virgínia escritora como um fantasma, ou mesmo como o “anjo do lar”, adjetivo do poeta Coventry Patmore (1823-1896), no qual estrategicamente também escolhemos como título desse capítulo.

A escritora ansiou então eliminar de uma vez por todas o “anjo do lar”, de forma que resolvesse todas as tensões que se colocavam entre seus desejos internos e entre sua condição de mulher naquela época. O que Virgínia Woolf não compreendia, entretanto, é que a sua identidade não dependeria da escolha de qual mulher ela seria, mas da própria tensão que se colocava em seu conflito de identidade. No final das contas muitas aporias ainda ficaram a perturbá-la: “O anjo morreu, e o que ficou? [...] a moça só tinha de ser ela mesma. Ah, mas o que é ela mesma? Quer dizer, o que é ser mulher? Juro que não sei” (*Id.*, p. 14). Esses questionamentos inquietavam-na, exatamente, pelo seu inconformismo em relação aos padrões que definiam o que era ser mulher em sua época. Aliás, até hoje essa inquietação é compartilhada por muitas outras mulheres que convivem com o conflito entre seguir os padrões sociais e entre seguir a vontade própria.

A inquietação também é nossa, que optamos pela análise de gênero, pois, sabemos que as mulheres na qual estudamos aceitaram a condição que lhes fora atribuída em sociedade e que para elas a identidade já parece ser algo resolvido, mas, não entendemos porque há essa aceitação. De certo modo esse foi um dos impulsos que nos levaram a escutar os “anjos do lar” que aqui são interpretadas. E então nos perguntamos: Realmente, elas não teriam vontade própria?

Em suma, iniciamos o capítulo a partir dessa reflexão para que o leitor compreenda, antes de qualquer visão preconcebida sobre a atribuição de papéis

femininos ou mesmo sobre identidades femininas, que a construção dessas identidades não pode estar somente subordinada aos regimes de opressão. As atribuições de rainha do lar, dona de casa, “anjo do lar”, podem abarcar inúmeros e complexos significados. Talvez as donas de casa estejam realmente na sociedade como “anjos”, por serem na maioria das vezes ocultas e, principalmente, pelo poder invisível e misterioso que podem resguardar.

Mas o que é, afinal, ser dona de casa? É recorrente a ideia de que a dona de casa é aquela que constrói uma família, dedicando-se inteiramente a ela, e confinando-se ao ambiente doméstico. Atualmente, abre-se espaço a visão de um segundo tipo de dona de casa, aquela que é à base da família e ao mesmo tempo assume as responsabilidades do trabalho fora do lar.

Não há, entretanto, como pensar a dona de casa sem associá-la essencialmente a questão da domesticidade. Dentro do campo semântico a categoria de doméstico pode ser compreendida muito mais como sentido do que como esfera. Segundo Suely Kofes (1994) esse sentido diz respeito às posições e relações. Ela acrescenta que, entender o doméstico como sentido e não como esfera é importante porque, mesmo as mulheres que realizam as mais diferentes profissões, para além das fronteiras da esfera privada, elas ainda se encontram associadas ao termo doméstico. De modo geral, o termo doméstico pode ser entendido como categoria classificatória oscilando entre unidade e sentido abstrato, uma vez que “[...] as categorias classificatórias distinguem, e também relacionam, opõem e também estabelecem junções” (KOFES, 1994).

Fazendo uma analogia entre doméstico e domesticar, poderíamos conceber o doméstico como estando profundamente ligado àquilo que se pode domar. Para o dicionário Aurélio de Português (2001, p. 265) a palavra – *doméstico* – diz respeito ao que “[...] vive ou é criado em casa”. *Domesticar*, por sua vez, é referente ao ato de “tornar doméstico; adaptar; [...] domar”. A partir desse analogismo vemos que, ambos compõem então o sentido de manter algo ou alguém da maneira que se quer, em determinado espaço e com determinadas funções.

Acreditamos, portanto, que culturalmente as mulheres estão vinculadas a esse sentido. Por isso, como dito anteriormente por Suely Kofes (1994), é correto afirmar que, o termo doméstico é classificatório e coloca as mulheres em posição de sujeição. Porém, a mesma categoria que classifica os sujeitos e que os define como tal, pode também ser apropriada e resignificada pelos próprios sujeitos.

Antes de tudo, é importante levar em consideração que, a questão da domesticidade como categoria classificatória para as mulheres está inserida nas divisões sexistas de papéis em sociedade. Por isso, veremos primeiramente a maneira como ela é colocada dentro dos padrões sociais.

Muriel Dimen (1997, p. 37), por exemplo, relaciona essa questão a própria maneira como é dividido o trabalho econômico, que em sua concepção tem a seguinte premissa:

[...] qualquer que seja o trabalho assalariado que as mulheres façam, são inseridas em primeiro lugar no âmbito doméstico, porque na ideologia, são consideradas biopsicologicamente apropriadas para a criação de filhos, e na prática são treinadas para isso. Ali fazem o trabalho que (a) nunca termina, (b) é absolutamente essencial para a sociedade, (c) não é chamado trabalho porque não é remunerado e (d) é, por isso, denegrido, sentimentalizado e banalizado.

Sobre essa naturalização da domesticidade feminina, o autor ressalta ainda que, a primeira coisa que se anseia saber de uma mulher é se ela é casada e se tem filhos, fator que testemunha a concepção cultural de que em geral as mulheres deveriam realizar esse tipo de trabalho. Trazemos a seguir alguns vestígios em relação a essa atribuição no tempo e no espaço.

Historiograficamente, pelo menos no que diz respeito às mulheres de elite, as prendas domésticas estavam relacionadas, desde as primeiras famílias brasileiras, aos papéis de esposa e mãe, associadas então a questão do casamento. Durante o século XIX, a imagem da mulher na família burguesa ficou cada vez mais “[...] marcada pela valorização da intimidade e da maternidade” (D’INCAO, 2011, p. 223). Nesse contexto as tarefas como, limpar, lavar, cozinhar, entre outras, eram de responsabilidade de serviçais, enquanto as donas de casa eram responsáveis pelos cuidados para com marido e filhos.

Em contraponto, para as mulheres pobres, a atribuição de dona de casa sempre esteve permeada de complexidades, porque não assumiam apenas os papéis de esposa e mãe, mas todas as responsabilidades imateriais e materiais da casa.

Segundo Mary Del Priore (2013, p. 19), ainda durante o século XIX as fronteiras entre público e privado ficaram mais nítidas. “A Igreja e o Estado apostavam no papel feminino. Dentro da casa, a mulher poderia comandar alianças, poderes informais e estratégias. Mas apenas dentro da casa”. No início do século

XX, com os processos de urbanização e modernização, às mulheres era possibilitado maior acesso a informação e ao lazer, mas os padrões de “mulher ideal” eram mantidos como uma arma forte contra a emancipação e a saída da mulher do espaço privado.

Ademais, como bem analisa Joana Pedro (2000) a definição de esferas separadas para homens e mulheres tem uma historicidade profunda no que se refere ao ocidente. Ao citar Catherine Hall (1991, 34) ela destaca que, por exemplo, as transformações no comércio na Inglaterra do século XIX promoveram o isolamento gradativo das mulheres na esfera privada. Antes desse processo as mulheres tinham uma presença constante no atendimento à freguesia, tornando-se ao longo do século XIX cada vez mais rara.

No decorrer do século XX o papel da dona de casa continuou a ser idealizado e defendido não somente pela maioria das mulheres, como também pelas instituições de poder, como as citadas anteriormente por Mary Del Priore (2013). Um exemplo claro dessa idealização pode ser sublinhado em um pronunciamento do então presidente da República do Brasil em 1965, feito especialmente para as donas de casa do Brasil e publicado no Jornal tribuna do Ceará em 07 de janeiro do referido ano. Ele relata:

Sou um velho soldado e vos parecerá estranho que vos admire tanto. E é simples: minha mãe era Dona de casa e assisti à sua luta e ajudei. Pelo exemplo de Mãe e de minha própria Espôsa e de tantas donas de casa que conheço, sei avaliar a tarefa sublime que cumpris. É um trabalho silencioso e contínuo que raros sabem apreciar em toda a sua grandeza. Um trabalho que aparentemente não se vê, esmagado, humilde, diário, exaustivo, sempre o mesmo, mas, que se falta, todos logo sentem e se lastimam. Os homens chegam à noite e mal o percebem em todas as suas minúcias, em todas as suas renúncias. Tudo que eles fazem, logo aparece. O que as donas de casa fazem, é muito mais, encoberto sempre no véu discreto do cotidiano que, se nos falta, avulta logo em tôda a sua grandeza, transformando tudo numa balbúrdia onde os nervos mais sólidos, muitas vezes sucubem e se descontrolam. A vida nos é calma e feliz, à custa da calma e, às vezes, da própria felicidade das donas de casa. Em meu governo podem ter a certeza que farei de tudo para tornar a vossa tarefa mais fácil e agradável, porque tenho a preocupação do humano e sei que, governar, é realizar, com todos os meios ao nosso alcance, as aspirações da maioria maciça do povo, criando condições de riqueza e bem estar para todos, melhores ordenados, assistência social, escolas, vida mais barata, pois assim conseguirei tornar mais felizes milhões de criaturas. E esta é

uma tarefa que me alegra o coração e me dar forças para vencer todos os obstáculos, podeis ter a certeza⁴¹ (Nº131. p. 03.)

É década de 1965, um período de instabilidade política em que o Brasil acaba de sofrer um golpe militar, tendo sua democracia ferida e onde são construídas táticas de censura em combate a qualquer risco de comunismo. O Presidente nordestino, Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, tendo sido encarregado da presidência em 1º de abril de 1964, assume uma linha conservadora, própria de sua formação militar e de sua cultura. Mas, nesse contexto o que faz as donas de casa tão importantes ao ponto de o presidente fazer um pronunciamento especial para elas?

Quando fala sobre as renúncias feitas pelas esposas e mães ele não defende que elas abdicuem dessa tarefa, mas, faz entender que há uma recompensa para seu labor, destacando assim seu total apoio à permanência do papel de dona de casa. Ele diz: “A vida nos é calma e feliz, à custa da calma e, às vezes, da própria felicidade das donas de casa. Em meu governo podem ter a certeza que farei de tudo para tornar a vossa tarefa mais fácil e agradável”. Porém, havia um interesse por trás desse discurso. Vale destacar que, a instituição familiar era uma das principais bandeiras defendidas pela Ditadura Militar. Mulheres ultrapassando os muros do privado e ruindo as bases do modelo de família propagado eram vistas também como um risco ao Estado, que desde o século XIX aos dias atuais é um órgão controlador da família e, portanto, do destino dessas mulheres.

Ademais, o gênero teve uma presença importante para o regime militar. Como contempla Ana Rita Fonteles Duarte (2014, p. 77), para a grande maioria das mulheres de classe média esse foi um momento de defesa da tradição, da família, da religião e da propriedade, fomentada pela “[...] força simbólica como mães, guardiãs do lar e da família”. No discurso apresentado aqui, o presidente militar não está somente homenageando as donas de casa brasileiras, mas, convocando-as para resistirem às transformações em relação a seus próprios papéis, disso dependeria também a manutenção do regime.

Ao longo dos séculos, as três fases do movimento feminista, por sua vez, insistentemente aspiraram reverter o ideal de mulher propagado e a ordem que fazia das mulheres submissas, ou mesmo as fazia se sentir como tal. Por outro lado,

⁴¹ Padrões ortográficos da época.

tantas outras mulheres se enquadraram nesse modelo ideal sem qualquer reivindicação de suas condições ou posições (JAGGAR; BORDO, 1997).

Entrementes, já temos refletido que quando se trata de mulheres pobres essas questões são bem mais complexas do que as feministas podiam supor. Por muito tempo, a não tentativa de compreender esse universo, de certa forma acabou também por ocultar o privado, na medida em que não foi capaz de entender que ele não é somente um lugar de sujeição. Como reflete Mata Porto (2004 p 140):

A vida doméstica sempre foi socialmente desprestigiada, por seu lugar da atuação feminina por excelência. Ocultar a importância da vida privada e da complexa teia de relações e atos que pertencem a esse universo é ocultar a importância social e histórica das mulheres.

Adicionalmente, a partir de dados da FPA para 2001, Gustavo Venturi e Marisol Recamán (2004, p. 22) concluem que, no Brasil o trabalho de execução e orientação dos afazeres domésticos ainda está centrado nas mulheres, sendo este o caso de 96% dos domicílios pesquisados. Porém, quando os mesmos autores analisam as causas para tal fator, eles apresentam uma visão homogênea e dicotômica em relação ao poder e a submissão. E embora em algum momento mencionem uma (auto) valorização do trabalho doméstico, na íntegra, não levam em consideração que outras leituras são possíveis quando se trata de papéis femininos. Eles afirmam:

Como todo fenômeno de opressão, no entanto, sua reprodução social não ocorreria se não contasse com a internalização dos valores e práticas dominantes por parte dos(as) oprimido(as). Assim, mesmo tendo como maior reclamação a exploração vivida no mundo doméstico, as mulheres não deixam de expressar opiniões hegemônicas da sociedade da qual fazem parte. Se por um lado a maioria das brasileiras (87%) concorda que 'os homens e mulheres deveriam dividir igualmente o trabalho doméstico' [...], ao mesmo tempo esta maioria acha que a mulher deve ter a palavra final ao definir como ele deve ser feito (71% de concordância 47% total e 24% em parte) e acredita que, 'mesmo que quieram, os homens não sabem fazer o trabalho de casa'(p. 23).

A partir desses dados que contradizem o desejo de igualdade das mulheres, questionamos: porque, grande parcela das mulheres brasileiras ainda acredita que, 'mesmo que queiram, os homens não sabem fazer o trabalho de casa'? Será que realmente essa opinião coloca a mulher em uma posição de total submissão?

Anteriormente a qualquer suposição crítica, vale ainda ponderar que até hoje ainda prevalece a concepção de que o trabalho remunerado e o trabalho doméstico seriam regidos por princípios distintos. Nesse âmbito, acredita-se que o primeiro está essencialmente vinculado às regras do mercado e da produção, e que o segundo seria, de certo modo, um dote natural que as mulheres adquirem e aportam ao casamento em troca de seu sustento. Segundo Michelle Perrot (2007, p. 114):

[...] dona-de-casa perfeita é o modelo sonhado da boa educação, e torna-se um objeto de desejo para os homens e uma obsessão para as mulheres. O caráter doméstico marca todo o trabalho feminino: a mulher é sempre uma dona-de-casa. Isso se espera também da perfeita secretária: que ela coloque flores e que cuide de seu patrão. Era assim que trabalhava a secretária de direção no escritório à moda antiga [...] O trabalho resiste às revoluções igualitárias. Praticamente, nesse trabalho as tarefas não são compartilhadas entre homens e mulheres. Ele é invisível fluido e elástico. É um trabalho físico que depende do corpo, pouco qualificado e pouco mecanizado apesar das mudanças contemporâneas. O pano, a pá, a vassoura, [...] continuam a ser seus elementos mais constantes. É um trabalho que pode continuar o mesmo desde a origem dos tempos, da noite das cavernas à alvorada dos conjuntos habitacionais.

Para Bila Sorj (2004), é por causa dessa naturalização do “ser” dona de casa como um dote feminino para a família e para esfera privada que o trabalho doméstico permaneceu por muito tempo invisível, distinto daquilo que se entende por trabalho e ausente de um conceito que lhe atribuísse “existência social”. Mas é fato também que, nas últimas décadas do século XX ele vem sendo aos poucos integrados aos estudos em torno do trabalho.

De todo modo, é urgente perceber o trabalho doméstico como sendo fundamental na vida das sociedades. Entendendo, sobretudo, que embora ele seja um peso real sob os ombros femininos, “[...] muda em suas práticas e em seus agentes” (PERROT, 2007, p. 114).

A partir dessa análise questionamos: Em que medida o trabalho doméstico é reflexo de um sistema de exploração? É possível colocar dominador e dominadas como dois polos separados? O que realmente pensam as mulheres sobre o “ser” dona de casa? Ora, se não podemos responder a esses problemas de forma contundente, ao menos acreditamos ter tornado possível uma leitura nova no decorrer deste capítulo, no que diz respeito a uma pequena parcela de mulheres.

De maneira geral, podemos entender o espaço doméstico e todas as funções associadas a ele, como algo que pode estar profundamente ligado a um contexto social e cultural, de forma que as relações no interior das famílias e das unidades são uma parte fundamental da estrutura política da sociedade (MATWYCHUCK, 1997).

Nessa perspectiva, há uma crítica cabível a emanar dos estudos que trazemos ao balanço teórico aqui apresentado: a de que, apesar de o espaço doméstico e o papel de dona de casa ser totalmente influentes na organização e nas relações sociais de maneira geral, eles são desvalorizados em todos os âmbitos. Vejamos a discussão levantada por Muriel Dimen (1997, p. 49) em relação a isso:

[...] nesse lugar pretensamente natural, exige-se das mulheres que executem os mais desnaturais dos atos. Na esfera doméstica espera-se que alivie a alienação que todo mundo experimenta na esfera pública. Deve favorecer a autonomia, a autenticidade e proporcionar prazer e satisfação numa esfera de intimidade. Ao mesmo tempo, deve alimentar ambos, o jovem e o adulto, para que não possam tolerar o trabalho alienado, mas também, ironicamente, alimentar com ele seu amor-próprio. [...] Na mesma medida em que os afazeres domésticos conseguem atingir um objetivo, traem outro.

Em síntese o autor propõe que, os afazeres domésticos empregados sob a figura feminina têm a função de amenizar o fardo das obrigações públicas, associadas na maioria das vezes a figura masculina. O espaço doméstico seria, então, um refúgio para o cidadão que, fora do lar precisa cumprir seus deveres sociais. Nesse caso, ele (o espaço doméstico) é caracterizado essencialmente como privado, ou da ordem do privado, estando desligado da esfera social pública como um todo.

A ordem do privado abarcaria, assim, o sentido de um domínio da intimidade, do interno, do afetivo, do familiar, das relações pessoais. O mundo da casa, não da rua: do secreto e íntimo, não da publicização; da pessoa, não do cidadão (DAMATTA, 1997).

Mas, temos visto que não se trata somente disso. Toda a crítica de Dimen (1997) acontece porque na mesma medida em que o trabalho da dona de casa ameniza as obrigações sociais, contraditoriamente, ele “serve a dominação”, pois sustenta um meio de produção em que o “empregador” (a exemplo do marido/do homem da casa) tem custo zero, contribuindo ainda para que o Estado controle, pelos mesmos meios, essa mesma força de trabalho. “Algumas tensões geradas por

esse arranjo gratuito encontram expressão cruel, ridículo e sutil desrespeito às donas de casa, mesmo quando colocadas em pedestais” (p. 49). Podemos ver um caso indireto da preocupação para com esse arranjo no discurso do presidente Marechal Castelo Branco, outrora apresentado nesse tópico, ao colocar as mulheres donas de casa em “pedestais” na intenção de mantê-las dentro da configuração doméstica que sustenta outras forças sociais de dominação.

Diante de tais questões, é importante esclarecer que não entendemos o espaço doméstico como estando desligado do todo social e que, não concebemos o sentido privado da casa como algo exclusivo da mulher. Nem tampouco, temos a pretensão de afirmar que esse era o único lugar onde essas mulheres podiam se movimentar enquanto sujeitas ativas. Sobretudo, acreditamos que, conceber a realidade como estando dividida entre esferas separadas pode remeter a certo confinamento da mulher no que diz respeito à realização de determinadas funções, sempre entendidas como inferiores ou mesmo alheias àquilo que é socialmente valorizado.

Concordamos assim com Marina Maluf (1995) que, relegar as mulheres a essa posição de aprisionamento no espaço da domesticidade, pode acarretar a produção de um conhecimento equívoco que elimina a importância “[...] de seu trabalho (e do tempo socialmente gasto nele), de sua influência, seu poder não formalizado e suas pressões sobre o conjunto do grupo social” (p. 201). É urgente, portanto, a quebra de paradigmas em torno das esferas do público e do privado.

Quando as mulheres em foco significam seus papéis de donas casa, elas desfazem o mito do “confinamento” feminino citado acima, propondo que a casa é muito mais do que um espaço privado.

Na verdade, a separação das esferas do público e do privado é algo culturalmente construído no Brasil. Como já mencionado anteriormente, Roberto Damatta (1997) analisa que no imaginário brasileiro a casa está sempre vinculada ao pessoal e emocional, e a rua está associada, as normas, a burocracia das relações e ao plano político como um todo. Vemos que, a profunda ligação da mulher com a casa é ofuscada pela importância dada à rua como sendo um espaço de poder. O autor explica isso dizendo que: “O mundo diário pode marcar a mulher como centro de todas as rotinas familiares, mas os ritos políticos do poder ressaltam apenas os homens” (p. 39). Importa-nos, portanto, entender:

[...] o paradoxo desta 'outra vida interior', oculta, englobada pelos poderes dos homens que controlam o dinheiro e as leis e que, no entanto, é capaz de ter tanta força e prover esse mundo exterior, embora isso se faça de modo implícito e por meio de ações a-históricas ou até mesmo anti-históricas. (DAMATTA, 1997, p. 114)

Um dos fatores propícios para a desmistificação do confinamento e desvelamento do campo privado, já mencionado no capítulo anterior, é que dentro do espaço doméstico eram realizados os mais variados tipos de atividades, desde aquele considerado o trabalho da dona de casa até aquele realizado para suprir a subsistência da família, sendo, portanto, uma esfera intrinsecamente movimentada.

Nesse sentido é de extrema importância compreender que, tanto o trabalho remunerado (o do sustento da família), como o não remunerado (o trabalho doméstico), são duas dimensões do trabalho social que estão profundamente vinculadas, sem que precisem atravessar as fronteiras do privado. Segundo Bila Sorj (2004, p. 107), essa hipótese é uma das mais promissoras contribuições que os estudos de gênero podem dar para o entendimento multifacetado das relações de trabalho e família nas sociedades contemporâneas.

Adentrando especificamente em nosso campo de estudo, o leitor poderá perceber que, quando as narradoras pontuam o doméstico enquanto esfera em suas reminiscências, podemos pensar em três tipos de espaço: aquele em que elas foram educadas, a casa dos pais; as moradias onde habitaram após o casamento e durante a formação de suas próprias famílias; e o lugar em que se encontram hoje, como sendo o ponto de chegada da luta pela estabilidade e o ponto de partida para os atos de rememoração. Esse espaço, a casa, pode ser entendido como um universo de vivências que carrega um peso simbólico significativo nos exercícios das memórias femininas, deixando de ser somente esfera.

Por mais que esse debate possa parecer circular, insistentemente temos trazido tais questões para que fique claro ao leitor a nossa proposta de abrir a leitura e não trabalhar a categoria de doméstico ou de dona de casa como tendo um significado centralizado, uma vez que estão inseridas nas especificidades de cada grupo, de acordo com suas situações sociais e suas subjetividades.

Por isso, é urgente que compreendamos o sentido que as próprias mulheres, mães, esposas, trabalhadoras, concedem a casa e ao "ser" dona de casa, um aspecto que assim como a questão do trabalho também é pontuado nas memórias. Mas, anteriormente a isso, lançaremos olhar na escrita aos sentidos

simbólicos da casa, para logo depois expormos nossas inferências sobre o “fazer-se” donas, entendendo que esses sentidos dão partida as operações de memórias e as produções de discursos.

3.2 A CASA EVOCANDO MEMÓRIAS.

Em torno da casa, vista como lugar de mulheres, é possível agregar um valor imaterial, sendo ela um “[...] canto no mundo. [...] como se diz amiúde, o nosso primeiro universo” (BACHELARD, 1993, p. 24). Na atribuição de sentidos que o ser humano dá as palavras e as coisas, a casa (vista no tópico anterior enquanto esfera do termo doméstico) carrega um substrato, assim como todas as palavras nas quais atribuímos sentido e pelas quais explicamos nosso ser e estar no mundo. Segundo a filósofa Maite Larrauri Max (2009, p. 62):

Podemos empregar a palavra ‘casa’ para um grande número de objetos – para a choupana de uma tribo, para o palácio de um rei, a casa de campo de um homem urbano ou um apartamento na cidade – [...] A casa, em si mesma, e por si mesma, que nos faz usar esta palavra para todas essas construções em particular, embora muito diferentes umas das outras, [...] esta casa implica abrigar alguém e é habitada como nenhuma tenda, montada em um dia, e desmontada no outro [...] A palavra ‘casa’ é algo semelhante a um pensamento congelado que a atividade de pensar deve descongelar, derreter, por assim dizer, sempre que quiser averiguar seu sentido original.

Propondo-nos “descongelar” o sentido de *casa*, convidamos o leitor a fazer um passeio imaginário, de modo a compreender melhor o que esse espaço significa nas memórias e nos discursos construídos pelas narradoras de nossa escrita. Esse exercício irá permiti-lo oscilar entre espaços diversos e ultrapassar o invisível tecido do tempo e do real. Por isso, pedimos que pelo menos neste momento, o pó dos conceitos impregnados em seus sapatos fique da porta para fora.

A casa simples, de taipa⁴², pau a pique, chão pisado. A casa grande, alta, com vários compartimentos. Ou mesmo a casa apertada, compartilhada por pais e filhos. A casa de poucos vizinhos. Ou a casa na cidade pacata, de onde se ouve o

⁴² Casas feitas com o barro substituindo os tijolos.

sino da Igreja. Na frente o terreiro⁴³, onde as vassouras ganham movimentos pelos braços de mulheres suadas. Janelas e portas abertas ligam o que há fora e o que há dentro. O alpendre dá vida aos encontros e as conversas de fim de tarde. Na sala, os poucos móveis ficam quase ofuscados pela devoção aos santos, também retratada nas paredes. No canto, uma velha e funcional máquina de costura. O quarto do casal resguarda o silêncio de intimidades ocultas por muito pudor. Do estreito corredor, o cheiro do café no fogo leva a um cenário movimentado por mulheres e cheio de significados: a cozinha. Fogão a lenha de ontem, fogão a gás de hoje. Por dentro, da janela se vê ao longe uma vereda que vai dar na roça ou ao poço onde se busca água. Vê-se também a casa da comadre que encomenda costuras, produtos de crochê, comida, etc. A porta da cozinha dá acesso ao quintal, nele avista-se um pilão⁴⁴, um canteiro, galinhas, porcos e uma cerca. São casas de variados tempos, tipos e formas. Casas da infância, casas de famílias, casas que o tempo levou e que no uso das lembranças das mulheres em foco ousamos imaginar.

Casas hoje cheia de netos. Com alguns cômodos e mobílias a mais e instrumentos tecnológicos que facilitam as tarefas domésticas. Na estante, o jogo entre relicários e objetos novos lembra o próprio jogo da memória, aquele em que passado e presente se misturam ocupando o mesmo espaço.

Antes de tudo, são casas onde as entrevistas foram feitas, seja na sala de costura de Dona Fransquinha, no quarto de Dona Julita, na calçada de Dona Maria Augusta, na sala de jantar de Dona Celeste, na sala de estar de Dona Vilani, ou na cozinha de Dona Raimunda, na de Dona Rita e de Dona Antônia. Vale lembrar que, atualmente, todas as entrevistadas realizaram o sonho da casa própria e, tendem a narrar isso como um fruto de seu árduo labor.

Não há dúvidas de que existem ligações fortes entre as memórias e os espaços brevemente imaginados e sentidos. Em uma análise fenomenológica sobre a questão do *espaço*, o filósofo e poeta francês Gaston Bachelard (1993, p. 26) revela alguns traços desse vínculo entre casa e memória, dizendo que é uma das forças maiores de “[...] integração para os pensamentos, as lembranças, e os sonhos do homem. Nessa integração o princípio de ligação é o devaneio. O passado, o presente e o futuro dão a casa dinamismos diferentes [...]”. Essa

⁴³ Conhecido na cultura sertaneja cearense, como um grande espaço de terra, geralmente localizado de frente a casas não urbanizadas.

⁴⁴ Instrumento de madeira utilizado para espedaçar e esmagar o milho e outros tipo de alimentos.

importante reflexão nos permite perceber que o espaço, ou os espaços são evocadores de memórias. É importante destacar ainda:

Aqui o espaço é tudo, pois o tempo já não anima a memória. A memória coisa estranha! – não registra duração concreta [...] Não podemos reviver as durações abolidas. Só podemos pensá-las, pensá-las na linha de um tempo abstrato privado de qualquer espessura. É pelo espaço e no espaço que encontramos os belos fósseis de duração concretizados por longas permanências (*Id*, p. 29).

O espaço, embora memorizado e imaginado, convida então a ação e é (como reflete o autor acima citado) o elemento mais concreto e cronologicamente inteligível, por conta de suas “longas permanências”. Convém citar que, mesmo as casas de outrora permaneceram para as narradoras, porque foi nesses lugares onde elas forjaram a maioria de suas experiências: os primeiros passos, as primeiras palavras, o primeiro filho, o dia-a-dia de tarefas inúmeras, as festas, entre outros marcos.

Podemos utilizar como exemplo dessa forte ligação emocional para com o ambiente doméstico os partos realizados em casa, uma prática ainda comum para a época, a qual as narradoras tendem a rememorar (1940 a 1980). Havia a ideia de que somente a casa poderia transmitir conforto em um momento tão difícil.

Quando questionada sobre a experiência da maternidade Dona Raimunda, por exemplo, diz: *“A parteira ficava com a mulher. O meu primeiro parto foi em casa”* (**Raimunda dos Santos**, Senador Pompeu, 05 de novembro de 2011). Da mesma forma, falando também sobre seu primeiro parto, Dona Maria Augusta lembra com nostalgia a casa em que morava, lamentando sua deterioração. Ela conta: *“E o Marcelo eu tive aqui [...] naquela casa do alto, que tá sendo destruída né?!”* (**Maria Augusta Lima**, Senador Pompeu, 18 de abril de 2012).

Nesse momento, mais uma vez recorremos a Noélia de Sousa (2007), que cita um pouco sobre a importância do espaço doméstico para a cultura das mulheres a quem estudamos:

[...] mesmo pobre, escasseando mobiliado, sem o mínimo daquilo que consideraríamos como conforto, este era o ambiente para estas mulheres. Eram a sua casa, o seu quarto, os seus poucos móveis, os seus objetos, e ao redor dela as suas vizinhas, irmãs, mãe, cunhadas, marido e a sua comadre parteira (p. 147).

Podemos supor que para essas mulheres, a casa não é somente o lugar onde se come e onde se dorme, é o seu “canto no mundo”, como já citado. E, por

vezes, também é um mundo. Quando tratamos da presença de protagonismos nas práticas de memórias, acreditamos que a essência do espaço nos é de profunda significância porque, sobretudo, “[...] o cenário mantém os personagens em seu papel dominante” (BACHELARD, 1993, p. 28). Ou como diria Michel de Certeau a casa é “lugar praticado” (CERTEAU, 2009). No centro das práticas domésticas as narradoras se colocam, então, como donas.

3.2.1 O “ser” dona de casa nos processos mnemônicos.

Para muitas, ser dona de casa não se tratava somente de convenção, mas, de perspectiva. Dona Raimunda, por exemplo, quando questionada sobre qual era o maior sonho de sua juventude, afirma: “*Se casar, ter casa e uma família*” (**Raimunda Pereira** dos Santos, Senador Pompeu, 05 de novembro de 2011). Esse sonho podia estar ligado ao imaginário criado em torno do casamento e da maternidade, entendidos como o destino de toda mulher naquele contexto (LINHARES, 2012) ⁴⁵. Motivada a falar sobre o seu casamento Dona Julita diz: “*A gente tinha medo de não se casar e ficar coroa*” (**Julita Costa**, Senador Pompeu, 23 de março de 2013).

Em alguns casos, os anseios em se casar e ter a própria casa estavam também associados à perspectiva de uma vida melhor, ou mesmo podiam significar a fuga de maus tratos ou desentendimentos, como é o caso de Dona Celeste:

Deus sabe fazer as coisas bem direitim, porque era assim, eu sabia que num ia dar certo pra morar com a madrasta, eu casei no ano e a minha mãe faleceu no outro ano [...] Ai Deus sabe o que é que faz, por causa que eu num dava certo né?! E eu casei antes. Mas ai ficou os outro, e num foi bom, por causa que a mãe faltando ai falta muita coisa (**Celeste do Ó Costa**, Senador Pompeu, 23 de março de 2013).

O fato é que, desde sua infância, por necessidade e por convenção, Celeste fora educada para assumir os deveres de uma casa. Estimulada a tratar sobre sua educação, a narradora diz também:

⁴⁵ É dado um enfoque em relação a essa discussão retorna no terceiro capítulo deste trabalho dissertativo.

Fui criada trabalhando. Assim, até na roça, nós inventamos de ir. Só que eu trabalhava mais era em casa. [...] Era pilando, era moendo, era botando água, era varrendo terreiro. Eu bem pequenininha mamãe botava uma medida daquela de madeira, botava assim perto da mesa e eu ia engomar as roupas do meu pai, que a minha mãe era doente (idem.).

A lembrança de Dona Celeste remonta a década de 1964. De forma detalhada ela descreve alguns afazeres próprios da dona de casa. Sobre esse período cabe lembrar que a nível mundial havia uma valorização estratégica da mulher como dona do lar. Ademais, no cenário pós-guerra, houve um retorno à família como a mais importante instituição da sociedade, fator que comungou com a reestruturação econômica dos países afetados pela guerra, estando focada em uma demanda tecnológica voltada para a casa, para as tarefas exercidas pelas donas de casa, e para a família nuclear como um todo. No contexto brasileiro, por sua vez, a intensificação no processo de industrialização e de desenvolvimento tecnológico também culmina com a referida valorização da domesticidade. Segundo João Mello e Fernando Novais (1998, p. 560-564):

Entre 1945 e 1964, vivemos os momentos decisivos do processo de industrialização, com a instalação de setores tecnologicamente avançados. [...] Dispúnhamos, [...] de todas as maravilhas eletrodomésticas: o fogão elétrico que substituiu o ferro a carvão; o fogão a gás de botijão, que veio a tomar o lugar do fogão elétrico, na casa dos ricos, o do fogão a lenha, do fogareiro e da espiriteira, na dos remediados ou pobres.

Porém, é importante deixar claro que esse processo chegou de forma bastante atrasada no interior do Ceará e, quando chegou era de usufruto apenas das famílias mais abastadas das cidades. Dona Celeste, assim como as outras narradoras, utilizava-se ainda dos meios rústicos para a realização das tarefas da casa. Aliás, algumas delas permaneceram a utilizá-los até os dias de hoje, fator que tem sua razão de ser e que será explanado em outro momento do capítulo.

Voltando a dimensão individual da lembrança de Dona Celeste, aos 15 anos, em meados de 1960, ela assume então o cuidado dos irmãos por ser a filha mais velha e por conta da doença da mãe, que já se encontrava em estado terminal. Como essa narradora, outras entrevistadas perderam cedo suas mães sendo obrigadas a amadurecer antes do tempo. Citamos aqui o caso de Dona Raimunda que diz: *“Fiquei sem minha mãe com 02 anos. Fui criada por madrastra. Enfrentando tudo!”* (Raimunda Pereira dos Santos, Senador Pompeu, 05 de novembro de 2011). Como também dona Julita, que relata: *“Minha mãe morreu eu tinha 14 anos. Ai meu*

pai casou a segunda vez. Sofri!” (**Julita Costa**, Senador Pompeu, 23 de março de 2013).

Lembramos que na época tratada por Dona Celeste, as doenças eram mais difíceis de serem sanadas e a expectativa de vida era baixa. Esse fator ocorria em grande medida porque a moradia nos sítios era distante dos centros de saúde localizados nas cidades. Narrando sobre o contexto do campo na década de 1950, João Mello e Fernando Novais (1998, p. 577-578) descrevem: “Quando havia doença na família, a farmácia estava longe, o médico também, o remédio era caro”.

Dona Celeste conta ainda: “*Só depois que eu perdi minha mãe, [...] aí que num foi muito bom, por causa que faltou um dos cabeça da casa e fica diferente*” (**Celeste do Ó Costa**, Senador Pompeu, 23 de março de 2013). Nesse trecho a narradora nos permite fazer outra leitura do papel assumido pela mulher na família. Contrariando as visões de que a mulher estaria sempre relegada a uma posição inferior à do homem e de que o pai era o “chefe da casa” (MELLO; NOVAIS, 1998, 589), Celeste representa a mulher como sendo “cabeça” /líder e põe a mãe em pé de igualdade com o pai, inclusive no que diz respeito às decisões da casa. Quando se casou em 1966, talvez a narradora ainda não analisasse o posicionamento feminino dessa forma, mas, aos 23 de março de 2013, é assim que ela viu o papel da mulher e é assim que indiretamente se autodefine “cabeça” /líder/ dona da casa.

Embora cheia de pesares com a perda da mãe, Dona Celeste conta com altivez a forma como aprendeu com ela desde muito cedo os papéis exercidos por uma dona de casa. Não há dúvidas de que, para a parcela de mulheres que integram o bojo desse trabalho, o desenvolvimento desses papéis é visto não somente como obrigação, mas como uma virtude. Ademais, no sertão do Ceará, a coordenação, o controle, o cuidado e a coragem para o trabalho, foram por muito tempo características admiráveis a uma mulher (SOUSA, 2007).

Nos exercícios de rememoração essas são “virtudes”, sutilmente, postas nas falas, com a intenção de construir e passar no momento da entrevista uma imagem positiva de suas experiências, mesmo aquelas carregadas de sofrimento. Dialogando com o cientista social Eving Gofmam (2009, p. 13-14) em *A representação do eu na vida cotidiana*, concordamos que, no processo de interação social o indivíduo está sempre preocupado com a imagem que os outros podem fazer do mesmo. Segundo ele:

O indivíduo pode ter influência nesta definição expressando-se de tal modo que dê aos outros a espécie de impressão que os levará a agir voluntariamente de acordo com o plano que havia formulado: Assim quando uma pessoa chega a presença de outras existe, em geral, alguma razão que a leva a atuar de forma a transmitir a eles a impressão que lhes interessa transmitir.

Entendendo as entrevistas como formas de interação, acreditamos que existe sim uma impressão que se quer transmitir. Com isso, não queremos afirmar que as narradoras ludibriam aquilo que foram e o que são. O que pretendemos demonstrar é que a impressão passada por elas é a forma como adaptam as exigências de seu grupo social às suas particularidades próprias.

Tal análise nos permite perceber que, quando se trata de gênero na história, cristalizar uma única representação para as mulheres é um tanto equívoco, porque independente do conhecimento que construímos e de nossas convicções, essas sujeitas fazem uma imagem de si próprias que merece ser compreendida (RAGO, 2011). E, na relação entrevistada/entrevistadora é isso mesmo que elas pretendem: ser compreendidas.

Isso contribui para a compreensão do jogo de produção de si, ou seja, a subjetivação. Assim, temos também a fala de Dona Antônia. De uma forma que lhe é peculiar, ela entremeia o seu nascimento com experiências pós-casamento e narra com detalhes seus momentos laboriosos como dona de casa, quando ainda morava no sítio.

Eu nasci em Quixeramobim num lugar chamado Lages. Nas Lages em Quixeramobim, eu tive uma vida muito sofrida, porque nesse tempo era o tempo da roça e a gente só vivia de roça né?!⁴⁶. Aí a gente tinha que levantar de madrugada pra moer aquelas bacias de milho! Aliás, nem bacia era, eram uns negócios que as pessoas chamavam cuia⁴⁷. A gente se levantava de madrugada pra moer esse milho. [...] O menino chorando no fundo da rede né e a gente levando o resto pra frente. Ai amanhecia o dia, a gente ia cuidar do almoço, terminar de moer o milho. Levantava com o escuro né?! Ia pro fogão a lenha, aquele fogão queimando a gente! Que era fogão a lenha. Aí quando era onze horas tinha que o almoço tá pronto (Antônia de Oliveira, Senador Pompeu, 12 de março de 2014).

Assim, como já tem sido feito ao longo da escrita, antes de uma inferência detalhada sobre os sentidos da fala da narradora, nos cabe primeiramente

⁴⁶ Trecho fraguementado e exposto no capítulo anterior.

⁴⁷ Cuia ou cabaça tem origem tupi guarani e pode ter variados significados nas diferentes regiões brasileiras. De modo geral provém do fruto da cueira, feita com porongo. Principalmente na região Nordeste ela é um utensílio usado para guardar grãos, água, entre outras utilidades.

contextualizarmos sua lembrança no que diz respeito à dimensão do passado onde ela está inserida (1960-1970).

É sabido que durante as décadas de 1960 a 1970, em nível de Europa e Estados Unidos, ocorria um processo de profundas transformações nas relações entre os sexos e as gerações, mudanças também na forma de lidar com assuntos relacionados à sexualidade, ao casamento, a ocupação das mulheres em espaços urbanos. Segundo Eric Hobsbawn (1995, p. 316-317),

Oficialmente essa foi uma era de extraordinária libertação tanto para os heterossexuais (isto é, sobretudo para as mulheres, que gozavam de muito menos liberdade que os homens) quanto para os homossexuais, além de outras formas de dissência cultural-sexual. [...] Essas tendências, claro, não afetaram igualmente todas as partes do mundo.

Como bem esclarece Hobsbawn, essas transformações não afetaram da mesma forma todas as partes do globo. Na verdade, só chegam com intensidade ao Brasil a partir de 1970 nas grandes metrópoles. Podemos dizer então que a lembrança de Dona Antônia não culmina com esse marco, pois, enquanto o feminismo estava em processo de efervescência no mundo, muitas mulheres sertanejas tinham a sua casa como seu próprio mundo.

A lembrança pós-casamento de Dona Antônia está inserida, assim, dentro daquilo que se esperava de uma mulher no contexto sertanejo: total dedicação a casa e a família. Mas, para, além disso, a fala da narradora não diz respeito somente à remontagem da memória. Dá espaço também a estratégias narrativas e discursivas significativas, que nos possibilita fazer uma leitura descortinada sobre seu posicionamento.

Vejamos que Dona Antônia dispõe em sua fala de todo um aparelho discursivo: as repetições e redundâncias; os mínimos detalhes; o uso de expressões particulares de sua cultura, como “cuia”; as hipérboles; e a eloquência. Para tal percepção, abrimos nesse momento um parêntese conceitual importante, no que diz respeito à questão do discurso: seu caráter enunciador e o aparato linguístico do falante.

Segundo Francine Mazière (2007, p. 20), aquele “[...] que fala utiliza formas de língua que organizam o tempo e o espaço a partir de um *eu, aqui, agora*”. Dispõe assim de formas de demonstração como, “*aquelas bacias*”, “*aquele fogão*”; de delimitação como, “*num lugar*”, “*nesse tempo*”; de relações pessoais consigo e

com o outro: “*Eu*”, “*a gente*”; e de modalidades verbais: “*tinha que*”. Nesse aparato também levamos em conta “as formas das frases (interrogativa, imperativa, condicional), que manifestam o compromisso consciente e a intenção de significar do locutor”. A autora conclui que esse processo existe em todas as línguas segundo modos diversos, acrescentando-se que em nosso caso há uma “[...] capacidade natural de falar a própria língua, sem referência erudita” (MAZIÉRE, 2007 p. 21).

Além disso, a própria cultura oral assume um papel definidor na medida em que a narrativa falada apresenta características bastante diferenciadas da narrativa escrita. Essa é uma questão interessante levantada por Walter Ong (1981, *apud* PATAI, 2010, p. 55), quando ele trata, por exemplo, sobre a redundância, como sendo uma característica do falante, a qual podemos detectar na fala de Dona Antônia: “*Eu nasci em Quixeramobim num lugar chamado Lages. Nas Lages em Quixeramobim, eu tive uma vida muito sofrida*”... Segundo Ong, a redundância serve para manter “[...] o narrador e o ouvinte na linha, avançando lentamente, ao contrário dos nossos atos de leitura, muito mais lineares graças à possibilidade de nos remetermos a passagens precedentes se quisermos seguir outros caminhos”.

Poderá ser visto ainda que, dentro desses mecanismos do discurso está embutido um juízo de valor do enunciador sobre o que ele diz. Retornando então a Dona Antônia, vemos que ela vai minuciosamente citando cada afazer, e cada lugar percorrido em uma rotina resguardada em seu passado:

A gente fazia aquela comida numas vasilhas que num tinha tamanho. Pegando fogo! Botava na cabeça aí ia deixar num lugar, a roça. Era num lugar chamado Serrote do Prego. Serrote do Prego. Muito longe, longe mesmo da casa da gente! A gente chegava lá e de longe via os trabalhador tudo parado na enxada esperando que a gente chegasse. A gente chegava. Cada um se servia né?! Nada separado. Tudo era junto, arroz, carne, tudo numa vasilha só que era grandona. Aí eles se serviam lá né?! Levava mais água fria, porque o que eles tinham levado já tava quente. Aí já vinha voltando correndo pra fazer a janta. Antes da gente sair, a gente tirava também um pilão de milho que num tinha tamanho. Deixava no fogo. Quando chegava ia fazer um fogo que num tinha tamanho. [...] (idem.)

Num exercício semântico supomos os exageros como uma intenção de valorizar a sua função de dona de casa, provando a importância de sua atuação. Em alto tom ela narra: “*aquelas bacias de milho*”; “*aquele fogão queimando a gente!*”; “*Pegando fogo!*”; “*numas vasilhas que num tinha tamanho*”; “*um pilão de milho que num tinha tamanho*”. Elementos como esses demonstram estratégias discursivas para convencer que essa longa rotina de tarefas exigia força, certamente uma

virtude para Dona Antônia, ou mesmo um elemento de poder, o poder de fazer, de suportar, e de seguir: “[...] *O menino chorando no fundo da rede né e a gente levando o resto pra frente*”. Dona Antônia então continua:

A gente botava no fogo e quando era quatro e meia pra cinco horas eles começavam. A gente fazia o prato deles. Aí já num era eles que iam se servir porque ninguém ia mexer nas panelas, porque era naquele tempo. Hoje todo mundo mexe né?! Mas antes num era. E a gente botava a janta deles, e todo mundo contando estórias, Meu Deus do céu! Conversavam tanto, riam tanto e eu fazendo o café pra eles tomar depois da janta (idem.).

Na construção de sua fala, quando a narradora substitui o “*Eu*” pelo “*agente*”, ela deixa claro que essas experiências e esses sentidos são parte da vida de outras mulheres, supostamente suas irmãs, vizinhas, assim como a maioria das narradoras dessa pesquisa. Vejamos: “*a gente levantando*”; “*a gente ia*”; “*a gente fazia*”; “*a gente se levantava*”; “*a gente levando*”; “*a gente ia cuidar*”; “*a gente chegava*”; “*a gente tirava*”; “*a gente botava*”. Todos os “*a gente*” precedem verbos que indicam a ação, logo o protagonismo.

Concluimos que, todos os pormenores do discurso de Dona Antônia estão centrados nela própria enquanto parte de uma cultura feminina, já que ressalta sua atuação sempre num sentido coletivo, compartilhando seu papel com outras mulheres.

Prosseguindo nessa fala, sublinhamos também quando Dona Antônia narra sobre a administração da cozinha. Em tom depreciativo ela diz: “*Hoje todo mundo mexe né?!*”. Nesse trecho a narradora critica o fato de que a cozinha deixou de ser um espaço exclusivo da mulher e passou a ser um espaço de todos, onde qualquer um pode “mexer nas panelas”. Mas porque ela faria isso, se a democratização do “fazer” doméstico é considerada uma conquista no processo de emancipação das mulheres? Ora, quando Dona Antônia lembra que naquela época “*ninguém ia mexer nas panelas*” ela expressa, sobretudo, que as panelas simbolizam um saber/poder que é seu e que é necessário para a movimentação do espaço doméstico. Democratizar a cozinha seria, pois, ultrajar esse saber/poder, destituindo-a de uma função que sempre lhe atribuiu valor.

Ademais, o poder das panelas pode estar associado a outros tipos de poderes, pois quem tem domínio das panelas tem domínio da cozinha, e quem tem domínio da cozinha exerce um papel que é refletido socialmente. Sem o alimento, por exemplo, nenhuma ação seria possível. Acreditamos que esse papel quase

invisível e carente de reconhecimento, está ligado a muitos outros setores. Nesse âmbito a narradora atribui valor ao seu trabalho enfatizando que nem mesmo o trabalho dos homens movimentava-se sem a presença feminina: *“A gente chegava lá e de longe via os trabalhador tudo parado na enxada esperando que a gente chegasse!”*.

Assim como Dona Antônia, Dona Fransquinha também se protagoniza enquanto peça central da vida doméstica, tanto no que diz respeito ao zelo maternal como na manutenção material da casa. Ela diz:

Casei, quando acabar trabalhava de dia e de noite [aumenta o tom de voz]. Ia pra roça de dia [aumenta o tom de voz]. Cuidava de menino. Trabalhava até num sei que horas da noite, até doze horas. Fazia tudo de noite pra no outro dia ir pra roça bem cedim. Fazia o mingau das meninas e ia pra roça. Chegava e ainda ia moer o milho do almoço. Aí pisava o arroz pra lavar... Tudo era no pilão. (Francisca Pinheiro, Senador Pompeu, 25 de maio de 2011).

A dimensão passada da lembrança de Dona Fransquinha é referente ao período entre 1960 e 1970. Assim como no caso de Dona Antônia, ela também conta detalhadamente sobre a centralização de suas tarefas como dona de casa. Ela deixa evidente uma prática comum para as mulheres pobres sertanejas daquele período: a dupla jornada de trabalho, o da casa e o da roça (fator já mencionado no capítulo anterior).

Ao aumentar o tom de voz no momento da entrevista, acreditamos que, Dona Fransquinha pretendeu ser ouvida por todos da casa. A alteração no ato de comunicação oral da narradora é entendida aqui como uma reivindicação, como que para dizer a um poder simbólico masculino que a sua atuação como dona de casa é também digna de valorização. Aliás, vemos que todas as narradoras citadas anteriormente utilizam as dificuldades como estratégias discursivas.

Algo que não pode deixar de ser destacado sobre a fala de Dona Fransquinha é o fato de que o estímulo durante a entrevista estava relacionado a outro marco de sua vida: a eventualidade do casamento, partindo das seguintes perguntas: *A senhora casou em que ano mesmo? A senhora ainda lembra desse dia?*⁴⁸ Sem se estender na descrição desse acontecimento de sua vida, a narradora logo volta sua memória para os estigmas enfrentados após o casamento.

⁴⁸ Interferência da entrevistadora.

Sobretudo, a tomada de outros rumos é uma das características mais marcantes da história oral, estando sempre presente nas falas das narradoras que trazemos nesse trabalho. Muito embora o entrevistador/mediador seja uma peça fundamental para a evocação das lembranças, o narrador vai pontuar somente o que ele acha importante. Sobre isso Daphne Patai (2010, p. 110) menciona uma importante consideração feita pelo historiador Michael Frisch durante um simpósio em que participava:

[...] apesar de todas as barreiras que inadvertidamente havia criado, os narradores costumavam retornar aos seus próprios temas. Eles pareciam determinados a contar o que era importante para eles, e pacientemente contornavam os obstáculos pelo caminho. Respondiam educadamente quando o entrevistador os desorientava, e em seguida voltavam àquilo que estava de fato em suas mentes.

Concordando com essa reflexão, sublinhamos que todo esse trabalho dissertativo só é possível exatamente porque houve desvios, e porque as narradoras insistiram em colocar os temas que naquele presente das entrevistas eram definidores para elas. Fransquinha, como tantas outras, ao tornar visível o labor sacrificante pretendeu tornar conhecido seu trabalho de dona de casa e a sua importância dentro do núcleo familiar e conseqüentemente na sociedade, construindo uma imagem de si dotada de tensões.

É importante esclarecer, contudo, que ao fazermos nossas interpretações das falas, supondo a produção de uma imagem, não há nenhuma tentativa de eliminar a realidade de sofrimento das situações narradas. Afinal, Dona Antônia e Dona Fransquinha não são as únicas a falarem das dificuldades de uma época em que, viver no interior do Ceará era estar em condições de pobreza e longe de algumas regalias que facilitam no hoje a vida da dona de casa. Dona Julita relata:

Tudo era mais difícil naquele tempo. Para lavar roupa não existia máquina como hoje. Ia era para um açude⁴⁹. Andava muitas e muitas léguas, e quando chegava cavava um buraco pra não deixar sabão na água do açude. E depois quando terminava de lavar todas aquelas roupas, tinha que esgotar a água do buraco. A comida também num era fácil. O arroz se pisava no pilão e tudo era no fogão a lenha. (Julita Costa, Senador Pompeu, 23 de março de 2013).

As dificuldades são reais, mas podem ser vistas a partir de vários horizontes, uma vez que ao traçar essas experiências as narradoras abrem espaço

⁴⁹ Construção para represar águas da chuva, ou transpostas de outros reservatórios.

para outras interpretações. Na verdade, ao mesmo tempo em que relatam os obstáculos enfrentados atribuem valor significativo às técnicas aprendidas na infância: plantar, colher, moer, pisar, costurar, lavar roupa no rio, cozinhar no fogão a lenha, entre outras.

A importância dada a algumas dessas técnicas extrapolam os limites das memórias e das palavras faladas, porque são visíveis em seu cotidiano atual. Ademais, embora as mulheres tenham passado por vários processos de mudanças em suas vidas, tendo inclusive pessoas que as ajudem nas tarefas domésticas, elas trazem hábitos de outrora para as suas rotinas de hoje: acordar cedo, fazer a comida, colocar a comida do marido, organizar o espaço da casa a seu modo, entre outros. Dona Julita, por exemplo, diz: *“Hoje é tudo mais fácil, mas não consigo ficar parada, gosto de fazer minhas coisas, ainda trabalho muito!”* (idem.).

Podemos pensar os hábitos trazidos do passado como sendo resultantes da posição dessas mulheres dentro de um grupo social, onde são categorizadas como donas de casa. Comungamos aqui com a concepção que Pierre Bourdieu (apud PEREIRA; CATANI, 2002, p. 110) tem de hábitos: um princípio criador, um sistema socialmente integrado por esquemas de pensamento, de percepção, sensação e apreciação. São resultantes, pois, da posição social ocupada pelo sujeito ou sujeita em sua vivência cotidiana. Dentro das experiências do dia a dia em determinada sociedade e cultura, os agentes assimilam códigos mentais e corporais às suas práticas. A vocação, a linguagem, os estilos, as preferências, os gostos e inclinações políticas são exemplos disso.

Nesse âmbito, alguns instrumentos permanecem presentes na rotina das narradoras. Acreditamos que, a continuidade de seus “usos” apresenta um sentido simbólico e são pontuados nos discursos com uma razão de ser. Citamos como exemplo disso, o uso do fogão a lenha. Ousamos aqui tomar de empréstimo dos colegas antropólogos a análise empírica sobre o cotidiano vivenciado, propondo como estudo de caso o “fazer” rotineiro de Dona Antônia. Enquanto concedia a entrevista para essa pesquisa ela oferecia a comida feita no fogão a lenha. Na tentativa de convencimento, dizia ela que a comida era muito mais gostosa do que qualquer outra. Em outro vestígio (em forma de registro fotográfico) é possível ler mais uma vez a importância dada a esse objeto:

Figura – 1: Foto de Antônio Rodrigues de Oliveira em sua rotina de manutenção da casa no distrito de Bonfim, Senador Pompeu/CE.



Fonte: Acervo pessoal da entrevistada.

A foto de Dona Antônio é uma representação de seu papel de dona de casa, um fragmento de seu cotidiano. Inconscientemente ou não, ela escolhe a cozinha como cenário da foto. Ao fundo da foto lá está ele, o fogão a lenha, parecendo competir com o moderno e, aparentemente, novo fogão a gás. Embora ofuscado pela presença de tantos outros objetos, pode ser notado o seu uso recorrente pelas marcas de óleo queimado desgastando a parede. Porque Dona Antônio não teria ainda abandonado seu uso? Acreditamos que a não substituição do fogão a lenha e o seu destaque na fala acontece porque esse instrumento agrega poder. Ora, ele exige uma técnica específica, desde o buscar a lenha, cortá-la e fazer o fogo, um “modo de fazer” a muito não adotado pelas donas de casa, e que ela obtém.

Assim como o fogão a lenha, muitos outros instrumentos adquirem um sentido simbólico discursivo para as mulheres em estudo: a enxada, o pilão, a agulha, entre tantos. Percebemos que, as razões para essas mulheres não abolirem

por completo alguns hábitos trazidos do passado está na ideia de que estes são um saber e de que elas são totais donas deste saber apreendido desde a infância e que não poderia ser substituído. Além do mais, a cozinha é para essas mulheres o espaço onde este suposto saber é colocado em prática, por meio de tarefas laboriosas, sendo, portanto, não só mais um lugar da casa, mas o seu lugar. A manutenção dessas práticas é também compreendida como uma arte de fazer viver o passado, de torná-lo permanente no presente.

Todavia, embora a cozinha seja no presente da entrevista espaço de protagonismo e manutenção de hábitos antigos, no passado das experiências ela foi espaço de sobrecarregamento de atividades. Ademais, pensar o papel de trabalhadoras e donas de casa que essas mulheres assumem é considerar as junções e disjunções das experiências, memórias e discursos.

A seguir trazemos uma fala que apresenta variantes pertinentes sobre o “ser” dona de casa. Variantes estas que estão dissolvidas ao longo desse capítulo em entrevistas diferentes, mas que apareceram de uma só vez na entrevista com Dona Celeste. Por isso, essa fala será apresentada de uma maneira mais extensa e detalhada de modo que essas variantes possam ser sublinhadas e compreendidas pelo leitor. O trecho da entrevista está relacionado ao exercício de dona de casa que a narradora já vinha discorrendo:

Entrevistadora: *A senhora ainda cozinha?*

Narradora: *Cozinhar? Cozinho, agora só que eu fico... Quando eu vou fazer uma coisa, mais uma coisinha, iii minhas pernas fica tudo doendo e as coxas, mas eu faço todo dia o almoço.*

Entrevistadora: *A senhora cozinha porque gosta?*

Narradora: *Cozinho porque é o jeito. [risos]
[...] De primeiro eu gostava demais, mas agora eu num sei tá na cozinha sendo impressada. Se eu vou fazer um almoço pra uma pessoa eu num sei fazer só uma coisa. Cé num viu? Olha, eu fiz carne cozinhada com jerimum... Assei um pedacim de carne de criação de carne de gado, fiz a macarronada, fiz arroz e eu faço uma coisa e faço outra. As meninas dizem: Pois lá em São Paulo é assim, quando vai fazer macarronada é só macarronada. Eu num sei fazer não assim. Logo eu num gosto só de macarronada eu gosto misturada com arroz. [...]*

Entrevistadora: *Então, a senhora sempre fez muita comida?*

Narradora: *lii eu num sei fazer pouquinho não. Só sei fazer mêi muito. Se chegar dois, três, pode ter a certeza que almoça [risos] Que dá. Eu nunca me acostumei a fazer desse tantim, que desse só ali aperreado pra nós.*

(Celeste do Ó Costa, Senador Pompeu, 23 de março de 2013, interferências nossas).

No trecho citado, Dona Celeste demonstra um sobrecarregamento de suas tarefas na cozinha ou mesmo do tempo em que se dedicou a essas tarefas, o que explicaria o fato de estar cansada e de não mais nutrir o gosto por cozinhar. Não obstante, a justificativa que ela atribui para o seu cansaço é a sua ânsia em sempre fazer uma grande variedade de comida. Variavelmente, em um primeiro momento a narradora confessa sobre o desgaste dessa prática, mas logo depois ela demonstra certa satisfação “*Se chegar dois, três, pode ter a certeza que almoça (risos) Que dá. Eu nunca me acostumei a fazer desse tantim, que desse só ali aperreado pra nós*”. A recompensa que a narradora encontra para todo o trabalho gasto está em um sentimento de orgulho pela fartura e pelo altruísmo, na medida em que ela teria sido a responsável pela boa alimentação da família. É importante enfatizar que a questão do altruísmo (a renúncia de si pelo bem dos outros) foi algo que esteve presente na maioria dos discursos sobre o papel de dona de casa. Continuemos então com as outras leituras possíveis sobre a fala de Dona Celeste:

Entrevistadora: *Desde quando a senhora era mais nova, a senhora se dava melhor na cozinha ou fazendo outras coisas?*

Narradora: *Não, toda vida eu fui só pra, pra... Pra cozinha assim: quando a minha mãe era viva, ela fazia a comida, mas era ela que fazia. Eu ajudava assim, na luta da cozinha, nas coisas, na casa. Mas aí, se fosse pra moer mí eu ia moer mí muito cedo e moía três pão grande, numas panelas de barro desse tamanho! As mulheres de primeiro trabalhavam no pesado! Olhe: moer milho pra um horror de trabalhador jantar com leite coalhado até num querer mais! (idem.)*

A intenção da pergunta supracitada era a de perceber em que medida os variados tipos de trabalho da narradora estavam interligados e de que forma ela os analisava. Dona Celeste responde, então, dizendo que a maior parte do seu tempo era gasto na cozinha e com os demais afazeres da casa, destacando que embora ainda não cozinhasse quando criança, as atividades complementares da cozinha, e da casa em geral, requeria muito esforço físico. Ela diz: *As mulheres de primeiro trabalhavam no pesado!* Podemos analisar que ao mesmo passo em que houve mais uma vez o fomento do sobrecarregamento de atividades, houve também um tom de valorização das mulheres do passado em relação às mulheres do presente. É certo que as donas de casa da atualidade dispõem de variados subsídios que facilitam seu trabalho. Por isso, na concepção de Dona Celeste, como muitas outras

narradoras aqui apresentadas, as antigas donas de casa são muito mais fortes e resistentes, por terem obtido sucesso em seus afazeres com os poucos meios que tinham.

A narradora dá então continuidade trazendo para a fala uma lembrança de uma rotina de outrora, sobre como se desenrolava o afazer de dona de casa da sua mãe. Aliás, uma das características particulares dessa narradora, é de que sua seleção de lembranças sempre tem como referência a sua mãe, falecida ainda na década de 1960. Ela relata:

Agora minha mãe trabalhou muito viu, na cozinha! Ela, quando matava um porco, não tinha geladeira, ela torrava esse porco todim, pra deixar tudo torrado nas panelonas⁵⁰ destamanho⁵¹ de barro. Aí, ela enrolava um pano ...De primeiro o açúcar vinha num saco de pano. Aí, ela lavava e deixava aquele saco aberto já pra isso... [Gesticula] Ela deixava a gordura com a carne, com tudo. Torrado. Tudo pinicadinho e torrado. Aí, quando ela coisava que ia o pano debaixo da panela, enrolava a panela e botava ainda uma vasilha em cima, que num era pra entrar bicho de jeito nenhum, que era pra passar a semana todinha. Quando tinha trabalhador, ela tinha uma caçarola assim, aí o tanto de trabalhador que fosse ela botava o tanto que fosse pra... Esquentava aquele negócio antes de botar na mesa, outra hora fazia farofa e assim, era assim. Minha mãe trabalhou demais! Torrava cada poição⁵² grande só pra comer! [exclama] Papai matava uns poição bem grande, gordo só pra comer. Mas era tão gostosa! Parecia carne de conserva (idem, interferência nossa).

De forma minuciosa, a narradora vai descrevendo uma técnica de preparo, aproveitamento e conservação de alimento, que provavelmente sua mãe aprendera de antepassados. Tentando fazer com que o leitor visualize a experiência empírica com Dona Celeste no momento de sua fala, podemos destacar que ela relatava de uma maneira eloquente, fazendo reviver cada passo daquele “fazer” a partir de sua gesticulação. A narradora utiliza como mote a pergunta feita durante a entrevista para tornar presente não somente o quão sacrificante era a rotina de sua mãe, mas também toda a arte que o seu trabalho remetia. Fator que inclusive ela relata com muita admiração. Além disso, a dimensão individual da lembrança de Celeste resguarda uma saudade em relação aquele sabor do passado, propiciado por aquela arte de cozinhar: *Mas era tão gostosa!*

Sobre isso, é interessante trazermos a análise proposta em a *Invenção do Cotidiano Vol. 2: Morar Cozinhar*, onde, dentre outras análises sobre “artes de fazer”

⁵⁰ Superlativo informal de “panela”

⁵¹ Contração informal da expressão “desse tamanho”.

⁵² Superlativo informal de “porco” (Particularidade linguística-cultural da narradora).

na cidade, é feita uma importante interpretação sobre o papel das mulheres na casa, mais especificamente na cozinha. Embora trate de contextos franceses, assemelham-se ao nosso caso por perceber que afazeres femininos (como cozinhar), constituem um campo em que passado e presente se encontram. E que, as práticas da cozinha podem até mesmo ser vistas como ritualizações. Isso nos foi sutilmente demonstrado em gestos por Dona Antônia e Dona Celeste. Desse modo, o ato de cozinhar é semelhante a qualquer outra arte, como a própria escrita.

Não o prazer de comer bons pratos, mas aquele fruto da preparação (manipular a matéria-prima, organizar, combinar ingredientes, modificar ou inventar uma receita) parece próximo ao prazer da escrita, pois haveria parentesco íntimo entre a escrita dos gestos – do corpo e do espírito – (CERTEAU; GIARD; MAYOL, 2005, p. 273).

A narradora guarda essa lembrança como arte e como receita, descrita em detalhes não somente para dizer o “como fazer”, mas, para perpetuá-lo em sua cultura, repassando o saber para a própria entrevistadora.

Dona Celeste dá então prosseguimento a sua fala. Ela sai, no entanto, da cozinha e de suas especificidades e retoma a questão proposta durante a entrevista – *Desde quando a senhora era mais nova, a senhora se dava melhor na cozinha ou fazendo outras coisas?* – A narradora traz assim uma lembrança específica para explicar quais eram as atividades que ela mais se identificava, fazendo mais uma vez menção a sua mãe:

E minha mãe era doente, porque ela trabalhou muito, desde pequena, na roça... Em 59 a roça era na frente da casa grande... Aí mamãe... Amanheceu o dia, fez um pão bem grandão pra nós, quando acabar botou no fogo, aí nós tudim comendo pão com leite até num querer mais; Aí ela disse: bom, agora eu vou deixar o feijão no fogo e vou pra roça, pra roça limpar. Era uma roça bem pertim. Ela disse: Ow, eu tenho saudade de ir pra roça! Ela foi criada trabalhando, coitada! Que o pai dela era doente, e num tinha irmão mais velho, aí era ela... Aí ela disse: eu acho tão bom, vambora, aí eu fui. Quando cheguei lá, peguei a enxada, a enxadinha né?! Aí nas primeiras paietadas laiguei⁵³ a enxada no dedo. [risos] Rebolei a enxada [risos]... Esse diabo é lá coisa boa. Laiguei pra lá. [risos] Aí fui simhora pra casa. Fui arrumar a casa. E aquela casa, daquele tamanho, atijolada... Muié, mas dava trabalho pra gente fazer! Os braços ficava doído!

Podem ser sublinhados quatro pontos principais nessa lembrança de Dona celeste. O primeiro é referente à questão da dupla jornada de trabalho

⁵³ “Larguei”.

(casa/roça), já mencionada outras vezes nessa escrita, jornada essa que a narradora atribui como o motivo para a doença da mãe.

Paradoxalmente, o segundo ponto da lembrança é a possível saudade da roça. E nos perguntamos: como, mesmo com uma jornada exaustiva de trabalho a mãe de Celeste ainda sentia satisfação em trabalhar no roçado? É quando então a narradora diz: *“Ela foi criada trabalhando, coitada!”* Essa ressalva de Dona Celeste nos faz interpretar que sua mãe havia se acostumado ao trabalho, nutrindo bons sentimentos em relação ao mesmo: *“eu acho tão bom, vambora, aí eu fui”*. Mas, somente o costume ainda não é o bastante para justificar essa questão. Indo um pouco mais além, podemos fazer um analogismo entre o trabalho de casa e o trabalho da roça. O trabalho da casa é repetitivo. Embora apresente resultados importantes, a cada dia precisa ser feito de novo e de novo. Adicionamos a essas características a sua não rentabilidade financeira. O trabalho da roça, por sua vez, é processual. Há etapas diferentes onde os resultados podem ser mais visíveis e rentáveis, além de ter o contato direto com a natureza em estado bruto, já analisado no capítulo anterior. De forma relativa, apesar de realizar os dois tipos de trabalho às mulheres tem suas preferências. Talvez a mãe de Celeste, preferisse a roça porque se sentia feliz em realizar cada etapa daquele processo e ver seus resultados concretos, mas, sobretudo, porque dinamizar aquele espaço simbolicamente masculino significava uma quebra de fronteiras e uma forma de empoderamento.

O terceiro ponto que pôde ser sublinhado na lembrança da narradora diz respeito à sua aversão a roça, a qual fala de um modo bastante descontraído e bem humorado: *Quando cheguei lá, peguei a enxada, a enxadinha né?! Aí nas primeiras paietadas laiguei a enxada no dedo. [risos] Rebolei a enxada [risos]... Esse diabo é lá coisa boa!* Celeste justifica assim que, diferentemente de sua mãe ela se dava melhor com o trabalho da casa, não somente por uma questão de preferência, mas por aptidão: *“Aí fui simhora pra casa. Fui arrumar a casa”*.

No quarto e último ponto analisado, mesmo afirmando que a casa era onde desenvolvia melhor suas aptidões, Dona Celeste fomenta o quão cansativo era o seu trabalho. Abrimos espaço aqui para a leitura de que, no campo das experiências vivenciadas a casa é sim um lugar de exploração, na medida em que as mulheres estavam relegadas a desenvolvê-lo sem nenhum reconhecimento e/ou remuneração. Por que então afirmarmos que o “ser” dona de casa é um meio de contrapoder, se o que há é uma aceitação de papéis e uma renúncia de si? Ora, é

muito importante que diferenciemos aqui a dimensão das experiências e o horizonte dos discursos. Quando as narradoras contam sobre o que viveram, há a visibilidade de que a exploração de seu trabalho é algo real, até mesmo porque o tempo da dona de casa é regulado pelo tempo de sua família, pelos compromissos que esses membros assumem, na obrigação de uma disponibilidade constante, incluindo as horas de sono (MELLO, 2011). Mas, no discurso⁵⁴ o que elas intencionam é exatamente o reconhecimento desse trabalho. Por isso, se outrora elas renunciaram a si para a aceitação de seus papéis, no presente elas retornam a si para dizerem o quanto são importantes. Vale lembrar que nesse trabalho a subjetivação é tecida através de contrapoderes, uma vez que os sujeitos se apropriam daquilo que os tornam sujeitos para construírem suas próprias identidades (FOUCAULT, 1984).

De todo modo, como pôde ser apresentado em outras passagens desse trabalho, sendo a casa um espaço vital, sugerimos que sem o labor dessas mulheres, a vida social de seus maridos, filhos e conseqüentemente do todo social, estaria comprometida. Em relação a essa reflexão Maite Larauri Max (2009, p. 78) analisa o que pode significar esse tipo de trabalho:

Laborar é executar uma atividade improdutiva por meio da qual as necessidades vitais são satisfeitas. Não deixam marcas entre si. É algo que as mulheres conhecem bem; são tarefas domésticas: tirar o pó hoje, para tornar a começar tudo de novo amanhã. Essa atividade é uma luta [...] contra a degradação. Sem este empenho por manter as casas limpas, por nutrir, por ocupar-se em cuidar das doenças e debilidades, nenhuma outra empresa seria possível.

Em outras palavras, o trabalho da dona de casa não é rentável, muitas vezes não é digno de ser chamado de trabalho, mas, em contrapartida é fundamental a vida humana e para a vida social. É uma tarefa feita incansavelmente todos os dias. E se ele é visto como pouco heroico, os discursos produzidos pelas narradoras dessa escrita tentam provar o contrário quando pontuam suas “artes de fazer”, que se pretendem heroicas.

Sobre a invisibilidade do trabalho da dona de casa podemos acrescentar ainda que, nas décadas que permearam 1970 e 1980, foram feitas muitas críticas em relação às estatísticas oficiais, afirmando que elas eram desapropriadas para mostrar a real contribuição das mulheres à sociedade. As autoras Cristina Bruschini,

⁵⁴ Remete ao presente para firmar ideias, expor posturas e convencer, justificando-se pela memória e utilizando eloquentemente os aparatos narrativos.

Rosa Lombardi e Sandra Unbehaum (2006, p.66-67) analisam que nos levantamentos feitos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) nesse período, o trabalho realizado pelas donas de casa nem ao menos é contabilizado como sendo uma atividade econômica, de modo que os dados sobre essa categoria não eram devidamente divulgados. É somente a partir dos anos 90 que o trabalho doméstico vai sutilmente ser mencionado. Exemplo disso é a Pesquisa sobre Padrões de Vida realizada em 1999 com o apoio do Banco Mundial. Por meio de entrevistas em todo o Brasil, essa pesquisa estimou que, o trabalho doméstico estava incluso entre as atividades que mais despendiam tempo, expresso em uma média de 30 horas por semana, sendo que 36 horas estavam relacionadas às mulheres e 14 horas aos homens. Além do gênero, a idade, a cor, a localização, a instrução e a renda *per capita* domiciliar, também eram variáveis para esses dados. Expressando os números em porcentagem, foi estimado que 79% das mulheres dedicavam-se as atividades domésticas, enquanto apenas 29% dos homens dedicavam-se a tais atividades. Comparando os espaços rurais e urbanos considerou-se que as mulheres do campo dedicavam seis horas a mais nos afazeres domésticos, dispondo de bem menos equipamentos para a facilitação dessas tarefas, como os eletrodomésticos (IBGE, 1999, p. 134). Mais um dado comparativo é que, as nordestinas gastavam mais horas do que as do Sudeste e as das áreas urbanas. Outra variante importante é que, as mulheres pretas ou pardas também tinham um dispêndio superior em relação às brancas para com as tarefas domésticas.

O emprego doméstico remunerado é o nicho ocupacional feminino por excelência, no qual mais de 90% dos trabalhadores são mulheres. Ele se manteve como importante fonte de ocupação, praticamente estável na década, absorvendo 17% da força de trabalho. Esse percentual vem diminuindo no tempo: em 1970, o emprego doméstico absorvia mais de um quarto da mão de obra feminina. A ocupação de trabalhadora doméstica, porém, ainda representa oportunidade de colocação para mais de 5 milhões de mulheres e é considerada precária em decorrência das longas jornadas de trabalho, do baixo índice de posse de carteira de trabalho (apenas 25% delas) e dos baixos rendimentos auferidos (94% ganham até dois salários mínimos)(BRUSCHINI; LOMBARDI; UNBEHAUM, 2006, p.77-78)

Diante desse quadro, as donas de casa desse trabalho procuram visibilidade. O que está em jogo então não é a vitimização das narradoras em relação à centralização das atividades domésticas, mas uma estimação e

valorização pessoal que se desenha e se expressa através da afirmação de competências que lhes são próprias, adquiridas no labor de suas experiências domésticas. Por isso, em nosso trabalho a subjetivação do papel de dona de casa vai muito além da simples ideia da aceitação dos papéis sexuais.

A partir das falas das narradoras apresentadas e decifradas, podemos concluir que as “artes de fazer” das mulheres trabalhadoras, donas de casa são em si artes que se pretendem imortais. É dessa pretensão que parte todo o exercício de rememoração, de narração e de articulação discursiva. Portanto, sendo a fala o meio de registro mais promissor para as mulheres dessa pesquisa, podemos ir mais além para dizer que, não somente o “fazer” pode ser entendido como uma arte, como também o “fazer-se”. As mãos que trabalham pertencem ao mesmo corpo das vozes que protagonizam, e na narração esses elementos se misturam. Como reflete Walter Benjamin (1987, p. 221),

Na verdadeira narração [...] A antiga coordenação da alma, do olhar, e da mão [...] é típica do artesão, e é ela que encontramos sempre, onde quer que a arte de narrar seja praticada. Podemos ir mais longe e perguntar se a relação entre o narrador e sua matéria – a vida humana – não seria ela própria uma relação artesanal. Não seria sua tarefa trabalhar a matéria-prima da experiência – a sua e a dos outros – transformando-a num produto sólido, útil e único?

Em nosso caso, as “artesãs” trabalham sua matéria-prima (o passado) por meio das memórias, transformando essa matéria “num produto sólido, útil e único”: o discurso, utilizado para que elas deem a si próprias uma legitimidade no presente, e para que assumam o papel de protagonistas em nosso conhecimento historiográfico.

3.3 O PROBLEMA DA IDENTIDADE.

No início desse capítulo, trazíamos um exemplo bastante complexo para discutir como a questão da identidade feminina ainda é conflitante para quem opta pela mulher ou pelas relações de gênero como centro de seus estudos, e ainda, para aquelas mulheres que, no campo das experiências, optam por não satisfazerem os padrões e valores sociais pré-estabelecidos.

Citávamos o exemplo da escritora Virgínia Woolf (2013, p. 14) e de suas inquietações, para falar que o problema da identidade se coloca entre os padrões culturais e a vontade individual. No exemplo supracitado de Virgínia Woolf a ilusão

era a de que a eliminação de uma dessas faces resolveria o problema da identidade. Ela dizia eliminar então os padrões representados pela figura do “anjo do lar”, e predominantemente deixar em seu lugar a sua vontade individual, aquela responsável por seus desejos e devaneios. Mas, como pudemos demonstrar isso não viria a sanar por completo a inquietação que se colocava para ela. Ela se perguntava: “O anjo morreu, e o que ficou? [...] a moça só tinha de ser ela mesma. Ah, mas o que é ela mesma? Quer dizer, o que é ser mulher? Juro que não sei”.

Tomando essa discussão como ponto de partida, ao longo do primeiro tópico tentamos explicar sobre como o papel da dona de casa está inserido nos padrões culturais, onde fizemos um balanço teórico sobre o assunto, trazendo também alguns vestígios históricos e dados informativos. Dialogamos ainda com críticas pertinentes sobre a marginalização do trabalho doméstico enquanto parte das engrenagens sociais, e como algo que está para além daquilo que é entendido como privado.

Feito isso, passamos a apresentar o sentido que as próprias mulheres, narradoras desse trabalho, atribuem tanto ao espaço doméstico como ao “ser” dona de casa. Trouxemos trechos de falas compostas de lembranças e discursos. Mostramos nossa inferência a tais vestígios. E, no decorrer dessa análise foi possível demonstrar através das suas construções narrativas e discursivas que elas constroem sim uma imagem de si próprias, construção sintetizada naquilo que chamamos de subjetivação.

Lembramos que, em algum momento da escrita, quando falávamos sobre a sujeição das mulheres à divisão sexista de papéis em sociedade, perguntávamos: Realmente elas não teriam vontade própria? O ato de aceitar aos padrões não seria uma forma de vontade própria?

O exercício da subjetivação, que por si só é um ato de vontade própria, pôde responder a primeira pergunta e dar consistência ao nosso argumento. Respondemos então: Sim. Elas têm vontade própria. A segunda questão, por sua vez, não pode ser respondida de imediato, pois abre espaço ao problema de identidade análogo ao de Virgínia Woolf (2013).

Como temos dito nos prenúncios desse capítulo, é bem sabido que a questão da identidade é algo resolvido para as mulheres pesquisadas, sem que haja para elas necessidade de discutir o que são. Na verdade, essa é uma forma de lidar com a identidade bastante distinta das que temos em nosso meio acadêmico.

Tampouco essas mulheres têm dimensão das inquietações que atribuímos a esse assunto.

Ao discutir sobre a questão de Gênero e poder, Mary Garcia Castro (2001, p. 61) supõe o que é identidade para a maioria das mulheres que não estão inseridas nos meios acadêmicos, como as trabalhadoras rurais, por exemplo. A autora associa a identidade, sobretudo, ao nível material e aos direitos de cidadania. Ela analisa:

Ao nível das restrições materiais específicos, poder significaria ter acesso a direitos para o exercício da cidadania. O processo de formação de identidade começa de formas muito concretas e, muitas vezes, nada tem a ver com debates sofisticados dos intelectuais pós-modernos sobre identidade. Ter uma identidade é ser poderosa. Para mulheres trabalhadoras rurais, aqui, ter uma identidade é começar com ter acesso a coisas como: certidão de nascimento, título de eleitor, carteira de trabalho e carteira sindical. Quando seus maridos morrem, comumente, as mulheres tem negada a titularidade do acesso à terra, porque elas não têm uma identidade – carteira de identidade, documentos provando que ela era casada, que ela era também co-proprietária da terra. E sem esses documentos, ela também não pode ter acesso aos benefícios de seguro social e aposentadoria do governo.

Nesse caso o sentido abstrato de identidade não seria uma preocupação para essas mulheres. Mas para o nosso estudo continua a ser. E por isso tentaremos responder a nossas inquietações ou pelo menos saná-las por hora. Afinal, a identidade feminina é a construção de padrões e códigos culturais que definem o que é ser uma mulher ou é aquilo que, individualmente, elas se dizem ser, por meio da subjetivação? Percebemos que as mulheres entrevistadas notoriamente oscilaram entre as duas coisas, porque aceitaram sua condição, mas, resignificaram a mesma no presente das entrevistas. Como então podemos chegar a um consenso?

Ora, acreditamos que a dimensão coletiva não elimina a dimensão individual, no processo de identidade dos sujeitos. Pelo contrário, a identidade se movimenta entre essas duas faces, pois é justamente a apropriação do coletivo ao individual e vice-versa, na medida em que ela é uma construção. Como bem ressalta Gilles Deleuze (2001),

O sujeito se define por e como um movimento, movimento de desenvolver-se a si mesmo. [...] Porém, cabe observar que é duplo o movimento de desenvolver-se a si mesmo ou de devir outro: o sujeito se ultrapassa, o sujeito se reflete. [...] Nesse sentido o sujeito reflete e se reflete: daquilo que o afeta em geral, ele extrai um poder independente do exercício atual, isto

é, uma função pura, e ele ultrapassa sua parcialidade própria. Por isso tornam-se possíveis o artifício e a invenção. O sujeito é artificioso. É esta dupla potência da subjetividade: crer e inventar; presumir poderes secretos, supor poderes abstratos, [...] (p. 94).

Conclui-se então que, os sujeitos não já nascem com uma identidade pronta e acabada, eles a constroem em sua relação consigo e com os outros, extraindo um poder parcial daquilo que “[...] o afeta em geral”. Esse é o consenso no qual chegamos por hora: as narradoras creem nos papéis que as definem dentro das relações de gênero e se apropriam de tais papéis para presumir poderes invisíveis.

Sandra Jatahy Pesavento (2008, p. 60), por sua vez, acredita que a identidade se faz exatamente na diferença, na medida em que, os homens e as mulheres, em suas relações sociais e de poder apresentam distinções e reproduzem assimetrias. Ela diz: “A produção de identidades [...] é sempre dada com relação a uma alteridade com a qual se estabelece a relação. Proximidade e distância coexistem”. É sob essa ramificação do problema da identidade que passamos a adentrar noutro vasto campo em relação ao gênero, a partir do qual contornamos no terceiro capítulo.

Em suma, numa escrita a contrapelo, supomos ter desvelado além do problema da identidade, um exercício de poder que estava subjacente nas memórias sobre o trabalho e sobre o “fazer” doméstico de mulheres antes não conhecidas em nosso meio acadêmico.

Não menos complexo, entretanto, é o sentido que elas atribuem aos seus papéis de esposas e mães, assunto que será trabalhado no terceiro capítulo. Por isso, adiantamos ao leitor que o poder subjetivo é feito de concordâncias e paradoxos e que as mulheres são tantas, da mesma forma que uma só pode ser tantas outras.

4 ESPOSAS E MÃES.

Até aqui falamos de construções de si (subjettivações) e meios encontrados pelas mulheres de manifestar contrapoderes, fator possível através do processo mnemônico. Quando utilizamos o termo “contrapoder” deixamos subentendido que há espécies de poderes que elas teimam em resistir ou reinventar a partir das memórias. Talvez o leitor tenha ficado perdido até aqui por ainda não termos esclarecido que poderes são esses.

A organização dos capítulos segue a ordem do que foi sendo pontuado pelas narradoras ao longo das entrevistas, material decifrado e apropriado na escrita. Em todo caso, se temos defendido que o poder aqui é via de mão dupla, este é, portanto, o momento onde paramos, olhamos para trás e tentamos tornar mais claro o outro lado desta via.

Neste capítulo, nos debruçamos, assim, em elementos que permeiam todo processo de memória das narradoras, mas que não foi tornado visível nos capítulos anteriores, exatamente por terem provocado nelas estigmas, silêncios, sofrimento e por somente aparecerem nas falas em momentos inoportunos das entrevistas. Dentre esses elementos destacamos: a questão da sexualidade e da dominação simbólica masculina. Nas memórias que serão apresentadas sublinhamos certos paradoxos, ora quando deixam clara a opressão, ora quando centralizam os papéis.

4.1 AS FACES OPACAS DA OPRESSÃO.

De onde vem à opressão? Será que as mulheres desse trabalho realmente têm dimensão de que a opressão existe? A opressão realmente existe? De que forma se manifesta? Essas insígnias fazem da opressão um campo obscuro em nosso trabalho, e não somente isso, ela é opaca, sobretudo porque sabemos que as mulheres estiveram submersas em regimes de opressão, mas sem nenhuma luz que nos prove o quanto elas tiveram/têm consciência disso. Mesmo assim tentamos aqui lançar luz sobre essas questões.

Sabemos que ao longo da história humana houve um processo de divisão dos sexos (Homem e Mulher). Porém, essa divisão remete a construção social do

masculino e do feminino, e sua oposição. Pierre Bourdieu (1998, p.17), em conferência do primeiro Prêmio Goffman faz uma revisão de sua conhecida abordagem – *A dominação Masculina* – e considera que a referida oposição se dá por uma necessidade de objetividade e subjetividade, que se assemelham a um sistema de fórmulas antagônicas: alto e baixo; frente e atrás; esquerda e direita; duro e mole; salgado e doce; dentro e fora; etc. Segundo ele, a oposição que se constrói é hierárquica e “[...] parece fundamentada na própria natureza das coisas”. Para ilustrar isso Bourdieu utiliza um exemplo simples: “peçam a um garçom [...] para trazer queijo e sobremesa. Verão que em quase todos os casos que ele vai passar os pratos salgados para os homens e os pratos doces para as mulheres”.

Existiria assim uma conformidade espontânea entre as estruturas cognitivas e as estruturas sociais. Referindo-se sempre a experiência do mundo cabila, Bourdieu (2002) utiliza como um dos campos mais ricos para a explicação da socialização arbitrária por gêneros as próprias diferenças anatômicas do corpo biológico, dentro do processo de percepção dos órgãos e atividades sexuais. O exemplo mais claro disso é o caso das diferenças dos órgãos reprodutivos. Enquanto o órgão reprodutor do homem representa a entrada, ou mesmo a conquista de um espaço, o órgão reprodutor da mulher representa a recepção, aquilo que é passível a conquista. Essa configuração explica bastante a simbologia que o “falo” assumiu nas diversas culturas.

Dentro das estruturas de organização da sociedade, fundamentada nas divisões hierárquicas entre homens e mulheres, surge então à figura do patriarca. O patriarca é tido como o homem, que por seu poder simbólico, é o único capaz de sustentar, proteger e disciplinar as mulheres. Aprofundando-se nisso, Muriel Dimen (1999, p. 46) explica o que entende por patriarcado.

O patriarcado é, em seu conjunto, um sistema de dominação. Mas difere de outros sistemas de dominação, como racismo, a estrutura de classes ou o colonialismo, porque vai direto na jugular das relações sociais e da integração psicológica – o desejo.

O desejo, nesse sentido, diz respeito à própria liberdade. Estabelecer um sistema em que a mulher é colocada como passiva em relação ao homem é, para Dimen, a opressão de sua liberdade natural. Para o autor a ordem patriarcal reduz todos os anseios que animam a ação humana ao sexo.

Trazendo essa abordagem para a constituição da família no mundo,

podemos destacar que, a instituição do casamento é uma instituição homossexual. Nesse sentido, sua função primária é a regulação da sexualidade. Depois disso ele é o arranjo da procriação e da integração social, mas, principalmente, tem a função de enquadrar as mulheres em um padrão (THERBORN, 2006). De todo modo:

A dominação masculina é amiúde uma experiência na qual a mente e o corpo, a mente e a matéria, são associados e, juntos, são explorados. Às vezes somos coniventes com essa avisceração de nossa subjetividade, mesmo quando resistimos. O processo pelo qual a vida pessoal escapa ao nosso controle, quando a dominação arranca de nós, está enredado na experiência das mulheres. A dominação torna possível a alienação (DIMEN, 1999, p. 45).

A concepção de que o corpo da mulher era algo a ser moldado teve a presença fundamental de instituições e veículos de saber/poder, como a Igreja, a medicina, a psiquiatria, principalmente a partir do século XVIII. Maia Madalena Magnabosco (2003, p. 426) traz um apanhado sobre a literatura dessa época discorrendo que, difundiu-se nos textos a visão de que as mulheres, por sua fragilidade e inferioridade necessitavam de alguém que as representasse. As mulheres foram então determinadas nas letras e no corpo, “projetadas no imaginário social pelas identificações de [...] dóceis, respeitadas, virgens, anjos do lar”, aspectos propagados tanto para as leitoras como através da higienização do corpo pela medicina. Restava então à mulher acatar esse tipo de domesticação do comportamento feminino, sendo que “qualquer desvio na recepção das tradições seria interpretada como ‘literatura de mulheres que desejam subverter a ordem’ (pelos classicistas literários) e como ‘desvario sexual’ (pelos clássicos da medicina)”. A própria construção das teorias edípicas e pré-edípicas no limiar da psicanálise com Sigmund Freud⁵⁵ ressalta certa predominância do masculino sob o feminino.

Adentrando mais especificamente no contexto de nosso trabalho, podemos destacar que a Cultura Popular das narradoras tem traços profundos da dominação masculina e da ordem patriarcal. Como bem analisa Durval Muniz (2013), em *Nordestino: a invenção do “falo” – Uma história do Gênero masculino*

⁵⁵ (1856-1939), criador da psicanálise. “A teoria freudiana teve grande impacto não só na psiquiatria e na psicologia, mas na filosofia e nas ciências humanas e sociais em geral. Especialmente para a filosofia, sua revelação do inconsciente como lugar de nossos desejos reprimidos, origem de nossos sonhos e fonte do nosso imaginário, provocou um profundo questionamento da tradição filosófica racionalista que definia o homem precisamente por sua consciência e racionalidade. [...] Também para a análise da cultura e da sociedade, a contribuição de Freud foi considerável, especialmente em seus estudos sobre a relação entre ordem social e culpa, que segundo ele, se encontraria na própria gênese na morte do pai primitivo por seus filhos que o devoram e assumem seu papel.

(1920-1940), a cultura Nordestina é envolta pela figura do “macho”, marcada pela ideia de força e virilidade. Na construção histórica da identidade masculina, a mulher assumiu então um papel de dominada pelo “macho”. Fazendo uma associação entre paternalismo⁵⁶ e patriarcalismo, como ordens que se figuravam não somente na família, mas nos outros setores da sociedade ele explica:

[...] remetem ao pater como figura central na sociedade, à idéia de que as relações sociais devem obedecer uma hierarquia como a existente no interior da família, em que cada agente social tem um papel distinto a desempenhar, sabem e reconhecem seu lugar, havendo inclusive um responsável pelo poder, pelo domínio, pelo governo, o pater mas isto não impede que entre eles sentimentos de afeto, proteção, distinção, obediência, respeito prevaleçam em relação ao conflito, à dissensão, à violência (p. 131).

Na ordem patriarcal hierárquica que se estabeleceu entre os sujeitos emergiu a violência, a opressão e as desigualdades. Por isso podemos dizer que a primeira grande face da opressão em relação às mulheres de nosso trabalho provém da dominação masculina em sua cultura. Mas, cabe também mencionar que, na cultura nordestina a valorização do “macho” influenciou em um processo de masculinização da mulher (conhecida como “mulher macho”) como uma forma de adaptação nessa cultura e dominação. É disso que trata Muniz (2013).

Foi em torno da crítica à ordem hierárquica patriarcal que o feminismo adentrou ao longo da história, sendo que a fase de maior produção e movimentação foi a partir dos anos 60. Focando na produção de conhecimento feminista, podemos dizer que, ele foi forjado no seio do engajamento político, para denunciar a opressão e as desigualdades entre homens e mulheres. Daphne Patai (2010, p.140) faz uma reflexão sobre a história oral feminista, que teoricamente tinha o fim democratizante de “dar voz” as mulheres. No entanto, ela ressalta que até os anos 80 essa história deixou de ser feita “por” mulheres ou “sobre” mulheres, passando a ser feita “para” as mulheres, tendo objetivos de promover identidades, ou mesmo de, a partir da categoria de gênero unificar as mulheres. A autora fez então uma crítica:

Feministas na academia têm lutado com essa realidade, inventando estratégias como a chamada análise ‘integrada’ de raça, classe, gênero, sexualidade, etnia e outros marcadores. O que elas conseguiram está

⁵⁶ “Termo de sentido quase sempre pejorativo, designando atitude paternal, ou seja condescendente, de um superior em relação a um inferior ou subordinado, no exercício da autoridade, de forma a mantê-lo submisso, porém negando-lhe maior responsabilidade” (JAPIASSÚ; MARCONDES, 1996, p. 208).

apenas no plano da retórica acadêmica: ensinam seus alunos a discursar de maneira feminista, atual, aprovada. A desordem subterrânea dos conflitos entre indivíduos e grupos continua. Compromissos feministas não têm a capacidade de alterar esta situação, embora possam em alguns casos inibir (e até impedir) pesquisas que não se adequam totalmente a certos objetivos defendidos por um grupo específico de feministas.

Muito embora a crítica de Patai seja ferrenha, e não considere todas as contribuições importantes da produção feminista, podemos concordar que, a cristalização do que era politicamente correto e de uma constante necessidade de posicionamento político acabou por deixar de fora à ampla gama de especificidades no que se refere aos vários universos femininos, assim como excluiu outras formas de interpretar as relações de gênero.

Academicamente, se por um lado a luta das estudiosas tenha objetivado reverter o privilégio dos homens, que construíram cânones e currículos, monopolizando as representações sobre o que é ser mulher, por outro, a partir do momento em que as mulheres adentraram com maior força nos meios de produção de conhecimento elas também passaram a definir o que é ser mulher. Por isso, supomos aqui haver outra face da opressão: a do poder/saber constituído na academia. Essa não seria diretamente sentida pelas mulheres a quem estudamos, mas é indiretamente uma face opressora na medida em que negligencia o fato de que as mulheres são muitas e atuam de formas diferentes, de que existem práticas micropolíticas da vida diária. “O terreno fértil para um movimento feito por mulheres brasileiras logicamente está aí: na opressão sofrida até mesmo por aquelas que não a nomeiam” (PATAI, 2010, p. 33). Mas acreditamos que desde os anos 90 esse quadro já vem sendo revertido nos meios acadêmicos.

Outra questão importante sobre essa face da opressão está na visão que construímos de “subalterno”. Quando, por exemplo, defendemos que damos voz aos oprimidos, acabamos por afirmar que sem a academia, sem o conhecimento, os sujeitos que não dispõem de uma cultura letrada jamais teriam suas vidas conhecidas. E essa também não é uma forma de sujeição? Recorremos mais uma vez a Daphne Patai (2010) quando ela retoricamente questiona: “Quem chama quem de ‘subalterno’?” Se assim concebermos, o próprio trabalho que aqui se descortina corre o risco de também ser um mecanismo de opressão. Ora, mas esse é um aspecto inevitável das relações de poder que se estabelecem em sociedade, seja na cultura dos sujeitos socialmente constituídos, seja pelo conhecimento que se produz sobre eles.

As faces opacas da opressão estão assim no processo de formação do sujeito. Esse sujeito resulta de um constante processo histórico, sendo fruto de uma fabricação social. Diante disso podemos conceber que, a identidade do sujeito é definida nas suas relações de poder. Chegamos aqui para dizer então que na fabricação dos sujeitos a opressão existe sim, porém eles nunca serão um produto acabado, porque são dotados de subjetividade e podem retornar a si e reverter à opressão sem que as malhas das relações de poder sejam quebradas. Passamos então a explicar sobre uma questão que se coloca no meio das relações de poder das mulheres desse trabalho: a sexualidade.

4.1.1 Um apanhado sobre sexualidade, casamento e maternidade.

A questão da sexualidade requer um debate imprescindível no que diz respeito às narradoras dessa pesquisa porque ela está totalmente vinculada a dois pontos cruciais de suas narrativas: o casamento e a maternidade, bem como a uma rede maior de normas ligadas ao seu corpo e aos seus papéis sociais. Muito embora a sexualidade tenha sido por muito tempo entendida como estando ligada somente a fatores biológicos, vem sendo construída a compreensão de que ela está permeada de fatores forjados culturalmente.

Trabalhando com autobiografias, Muriel Dimen (1997, p. 43) destaca que “[...] a sexualidade é uma das vozes mais pessoais, engajadas e carregadas de valores. É também uma das mais exigentes teoricamente, porque o sexo está na encruzilhada de natureza, psique e cultura”. Michel Foucault (1985) compreende a sexualidade, sobretudo, como um dispositivo de poder em relação ao controle dos indivíduos. Ela é, pois, a parte mais atuante no que se refere à sujeição das mulheres ao longo da história.

Sabemos que para todos os tempos e espaços foi criado um saber sobre a sexualidade, principalmente quando se trata da mulher e seu corpo. Mary Del Priore (1999) observa que o corpo está submetido intrinsecamente às medidas e a matéria verbal destinada a representá-lo, estando profundamente associado ao pecado original de Eva e a visão de que a mulher é, por natureza, pecadora, de modo que esse corpo deve ser objeto de controle e policiamento. A Igreja católica é um grande exemplo de instituição disciplinadora com todos os seus discursos

essenciais para a construção do sentimento de culpa, da estigmatização de todos os desejos, e da renúncia de si.

As narradoras que compõe esse trabalho trazem resquícios claros sobre esses fatores. Aliás, o prelúdio da pesquisa que desembocou nessa escrita, está na questão da sexualidade para mulheres senadorenses casadas entre 1960/1970, como sendo “o espaço do não dito”, postulado como título do trabalho monográfico que defendi em 2012. Seis das entrevistadas que estiveram inseridas na pesquisa para essa dissertação, estiveram também incluídas nos propósitos monográficos e nos problemas gerados pela sexualidade. O motivo do retorno a esse assunto vem do fato de que não há como tratar de seus papéis de esposas e mães sem mencionar o quão influente é esse dispositivo de poder e/ou essa construção psíquica e cultural. Portanto, a seguir traremos traços do que foi discutido no referido trabalho de monografia de modo a introduzir as memórias paradoxais que serão apresentadas ao longo do capítulo.

Uma das características mais fortes em relação à sexualidade para as mulheres nas quais pesquisamos é que desde sua infância elas eram relegadas a um profundo silêncio em relação a seus corpos e a todas as suas manifestações. Sobre esse silêncio e desconhecimento Dona Maria Augusta relata:

Nem na escola que eu estudei num tinha assim uma aula. Porque hoje em dia tudo é muito aberto né?! Mas nessa época num era não. Eu lembro da primeira vez que eu menstruei, Ave Maria! Foi terrível. [...] Mas conseguia, porque a menstruação é uma coisa da natureza e ela se encarrega. Quer dizer, a pessoa casava, num sabia nem como era, porque agente casava virgem. Aí é uma coisa da natureza. Que hoje em dia num tem mais isso né?! (Maria Augusta Lima, Senador Pompeu, 18 de abril de 2012)

A narradora justifica que o desconhecimento era algo com que se aprendia a lidar, já que segundo ela o que é ligado ao corpo feminino faz parte da natureza, não lhe importando conhecer. Na verdade desconhecer o corpo era visto como algo positivo, algo que Dona Maria Augusta lamenta não mais existir hoje. Para ela o corpo é criação divina, portanto, seu destino cabe a Deus somente. Assim como Dona Maria Augusta, Dona Vilani também trata da sexualidade como sendo uma “[...] tradição de coisa muito fechada [...]”, acrescentando que no final das contas tudo se resolvia: “[...] ia porque Deus levava. Deus cria todas as coisas” (Vilani Araújo, Senador Pompeu, 24 de março de 2013). Dona Fransquinha, trata sobre isso ressaltando a questão do silêncio: “[...] era tudo escondido [...] mãe dizia,

vá lá pra fora que eu vou conversar aqui mais fulana” (Francisca Pinheiro, Senador Pompeu, 25 de maio de 2011). Dona Julita, por sua vez, diz: “Quando ela tava grávida aí escondia as coisas do bebê. [...] Nós pensava que o bebê vinha de avião” (Julita Costa, Senador Pompeu, 23 de março de 2013).

Na mesma perspectiva, sempre houve uma forma de estimular nas mulheres a culpa e a obediência. Para tanto, família e igreja tiveram um papel fundamental. Relembrando como foi sua educação durante sua juventude Vilani relata então:

Eu fui educada de uma maneira tão, tão linda que ainda hoje tô mantendo essa tradição [...] Fui educada na fé. Tive uma educação muito boa dos meus pais. Me criaram assim, né?! Dando uma educação de cristão, tá entendendo? E continuei também dando a minhas filhas, acompanhando essa tradição, né: Educando na fé, educando no lar (Vilani Araújo, Senador Pompeu, 24 de março de 2013)

“Educar na fé, significava educar no medo, o medo do pecado, da perdição. Em sua essência, o medo incita a não curiosidade, ao não descobrimento, logo através da culpa constrói-se laços de obediência (LINHARES, 2012, p. 25)”.

Em geral a sexualidade remetia a um padrão ideal de mulher. Dialogando com Norbert Elias (1994, p. 23) podemos dizer que essa idealização é parte de um sistema maior de normas destinadas às mulheres. As normas nesse sentido são entendidas como elos e cadeias invisíveis e intangíveis, porém reais e atuantes. São espécies de leis “autônomas” e/ou regularidades sociais criadas no seio das relações entre as pessoas individualmente consideradas. Os modelos a serem seguidos eram os seguintes: da jovem solteira, esperava-se obediência, pureza, pudor, recato, e o casamento; da mulher casada, esperava-se a posição de dona de casa dedicada, esposa fiel e mãe zelosa; da viúva, esperava-se respeito a sua condição de casada. Dona Rita, por exemplo, relata o que era necessário para ser uma boa moça durante a década de 1960:

[...] ela tinha que ter um comportamento bom, porque todo tempo minha filha a pessoa tinha que saber se comportar quando fazia parte de festa de, de sociedade. Toda vida teve regra. [...] Era bem vestida, bem alinhada... Bem instruída. [...] Minha filha quando a pessoa passa a ser moça, vem à menstruação pela primeira vez ela muda né?! Ela passa a ter muita responsabilidade, ter cuidado. Cuidado como? Com suas roupas, com suas coisas, tudo tem que ser muito, era bem, era muito diferente. Hoje o comportamento é bem diferente (Rita de Souza, Senador Pompeu, 27 de dezembro de 2011).

Havia ainda uma clara divisão de categorias para as mulheres: as honradas e as mal afamadas. “Separar os ‘tipos’ era resguardar as mulheres do convívio daquelas que por saber demais sobre os prazeres do corpo tornavam-se potencialmente perniciosas (LINHARES, 2012, p. 26)”. Ao ser questionada sobre quais as exigências de uma jovem solteira durante a década de 1960, Dona Julita diz:

Tinha que ser assim [...] tinha que ser virgem até o casamento. Andar nas companhias certas. Se fosse a uma festa num podia ser misturada com as prostitutas, nem com a mulher separada. A moça não podia se misturar porque ficava falada. Todo mundo reparava (Julita Costa, Senador Pompeu, 23 de março de 2013).

As mulheres do interior do Ceará, educadas segundo os valores da família tradicional e sob os códigos mencionados anteriormente, tinham então o casamento como um horizonte de perspectiva, ou mesmo como destino único. Podemos acrescentar que havia todo um imaginário em torno dele. Existia um medo constante de se tornar “coroa” ou “moça velha”, adjetivos atribuídos às mulheres que não chegavam a se casar. Dona Julita diz também: “Tinha medo de não casar e ficar coroa”. Em alguns casos o casamento também era visto como um refúgio para aquelas que sofriam maus tratos de madrastas.

De todo modo, uma mulher não casada era excluída socialmente. O anseio para com o casamento e toda a pressão social em torno dele, eram fatores concomitantes ao início da puberdade. Segundo Marina Maluf e Maria Lúcia Mott (1998) a pressa para com o casamento estava intrinsecamente ligada à jovialidade, pois embora virgens, a decrepitude uma hora chegaria sem que pudessem realizar seus deveres de esposas e mães. Havia ainda o medo de uma gravidez indesejada.

Ainda sobre o casamento cabe mencionar que todas as mulheres aqui trabalhadas passaram pelo rito matrimonial da Igreja Católica Apostólica Romana. Aliás, todas as passagens da sua vida foram entrecruzadas com os ritos da Igreja católica (Batizado – Primeira Eucaristia – Crisma – Matrimônio)⁵⁷ e era a partir dos valores religiosos que suas famílias estavam estruturadas.

⁵⁷ Dados do recenseamento de 1950 demonstram que entre os 25. 209 habitantes, 24. 895 eram católicos (12. 178 homens e 12. 717 mulheres), ou seja 98,7% da população. O quadro de comunhões na missa de Inauguração da diocese de Iguatu no ano de 1965 (ALVES, 2002), ano em que a Paróquia de Nossa Senhora das Dores recebeu a visita pastoral do recém Bispo Dom Mauro, expressa um número de 552 homens e 1.152 mulheres. A maioria absoluta de mulheres em celebrações litúrgicas, demonstra que a Igreja assume um papel central na educação feminina. Ir

O cronista Saraiva Junior, (2004, p. 52) ao narrar sobre certa família de Senador Pompeu/CE, traz traços desses valores no período em que as mulheres desse trabalho viviam sua juventude:

A família Teixeira foi a mais legítima representante da religião católica, apostólica e romana na cidade de Senador Pompeu, nos anos cinquenta e sessenta. [...] As mulheres eram filhas de Maria, estavam à frente das novenas no mês de maio [...] Os tempos eram outros. Era uma época em que a sociedade se estruturava nos exemplos das famílias dignas, honradas e religiosas. [...] Era costume, o almoço e o jantar, somente serem servidos, com a presença paterna na cabeceira da mesa e, antes de tudo, tinha que se rezar o Pai-Nosso, acompanhado de três Ave-Marias e três Santas-Marias. Hoje são poucos os lares em que se espera pelo pai para se fazer as refeições e, muito menos, para se rezar.

Saraiva Júnior dá detalhes de costumes compartilhados no interior do Ceará a algum tempo atrás, costumes esses que as narradoras desse trabalho conhecem bem. O saudosismo do autor é referente a uma espécie de ruptura na hierarquia patriarcal e na influência da religião.

Historicamente, sabemos que o mundo moderno assistiu a uma perda do espaço da Igreja como instituição disciplinadora para o Estado, fator consumado pela contratualidade do casamento civil. A partir do século XIX, as práticas do matrimônio vão se tornando cada vez mais privatizadas, passando a estar em uma esfera mais isolada das relações sociais. Para Foucault (1985, p. 84), os laços que ligam o homem e a mulher, passam a envolver cada vez mais a questão dos sentimentos e das individualidades. Ele analisa:

Múltiplos serão portanto, os paradoxos na evolução dessa prática matrimonial. Ela busca suas cauções do lado da autoridade pública; e torna-se cada vez mais importante na vida privada. Libera-se dos objetivos econômicos e sociais que a valorizavam; e ao mesmo tempo se generaliza. Passa a ser para os esposos cada vez mais coercitiva e, ao mesmo tempo, suscita atitudes cada vez mais favoráveis, como se, quanto mais ela exigia mais ela atraísse. O casamento passaria a ser mais geral enquanto prática, mais público enquanto instituição, mais privado enquanto modo de existência, mais forte para ligar os cônjuges e, portanto, mais eficaz para isolar o casal no campo das outras relações sociais.

Podemos sublinhar assim que, a prática do casamento enquanto natureza/instituição/simbologia é uma peça fundamental no que se refere à maneira como o ser humano dá significado a sua vida na sociedade, concretizada na

sempre a missa, mostrar para toda a sociedade senadorenses obediência aos princípios cristãos católicos eram requisitos fundamentais a imagem da mulher ideal.

construção da família. Esse aspecto do casamento é analisado pelo autor enquanto um elemento definidor para a formação dos núcleos familiares em sociedade.

Revestida de significação social a sexualidade foi então fundamental para a diferenciação de papéis de homens e mulheres. Marina Maluf e Maria Lúcia Mott (1998, p. 386) refletem sobre isso num analogismo importante para esse trabalho:

Diferentes biologicamente, diversas psicologicamente, desiguais socialmente, as psiques do homem e da mulher eram vistas 'como meros reflexos de suas posições físicas no amor: um procura, domina, penetra, possui; a outra atrai, abre-se, capitula, recebe. [...] Os mais variados discursos sobre a família e o casal – literários, religiosos, médicos e jurídicos – decretavam, a partir de meados do século passado, que era no lar, no seio da família, que se estabeleciam as relações sexuais desejadas e legítimas.

Sem dúvidas, essa divisão simbólica é refletida nos mais variados campos das relações entre homens e mulheres, principalmente na constituição familiar. As posições onde ambos são postos são associadas à questão do dominador x dominado.

Podemos ainda pontuar nesse momento do trabalho que, o casamento é um campo fecundo de conflitos ligados à sexualidade, no que diz respeito aos padrões, aos discursos e ao conhecimento de si. Para Raquel Souza e Augusta Tereza de Avarenga (2000, p. 16), a sexualidade no casamento envolve padrões reproduzidos “sexual e biologicamente”, mas, é também um campo onde se ramificam modos de autoconhecimento e identificação. As autoras discutem:

A sexualidade, construída no espaço do casamento, tem no casal heterossexual o padrão a ser reproduzido, sexual e biologicamente. Mas esta, no seu amplo espectro de significados, se multiplica em sexualidades "periféricas" a este casal heterossexual. Ao se multiplicar, constrói um domínio a ser conhecido, algo que se quer conhecer, tornando-se, [...] a busca da verdade sobre si.

Ademais, Foucault (1984) também reflete sobre essa busca em *A história da Sexualidade III: o cuidado de si*. Acreditamos que “a busca pela verdade de si” vai muito além dos padrões e da hierarquia simbólica que se coloca na diferenciação dos sexos, ela os atravessa, refaz as posições, e faz com que os sujeitos (homens e mulheres) reconheçam suas diferenças e construam identidades.

Retornando ao debate sobre sexualidade em relação às mulheres inseridas nesse trabalho, acrescentamos que, a pressão social que as destinava ao casamento não cessava quando elas consumavam tal rito. Ao se casarem elas

precisavam também consolidar outro papel naturalizado social e culturalmente: a maternidade. Embora houvesse um profundo silêncio em relação ao corpo, a maioria dessas mulheres mal tinha entrado na fase da puberdade e já precisavam lidar com a gravidez. O corpo outrora desconhecido ia se transformando sem que houvesse tempo para a reflexão de tais transformações (LINHARES, 2012, p. 49). Dona Fransquinha confessa: *“Eu num tinha uma ideia mais ou menos como era que nascia, eu num sabia de nada”* (**Francisca Pinheiro**, Senador Pompeu, 25 de maio de 2011). A naturalização da maternidade é, pois, algo que pode ser historicamente pontuado. Segundo Mary Del Priore (2009, p. 40), durante o período colonial brasileiro, a mulher era enquadrada dentro da seguinte configuração:

[...] Confinada a casa, delimitada pela privacidade doméstica, a mulher no papel de santa-mãezinha poderia fazer todo o trabalho de base para o estabelecimento do edifício familiar, para a reprodução dos ideais tridentinos e para a procriação dos brasileirinhos [...] Além disso, vigiada pelos olhos atentos de tantas nossas senhoras e virgens queridas, a mulher teria na piedade marial uma fonte permanente de inspiração e de modelos de comportamento.

A associação da figura de Maria às mulheres, destacada pela autora, é algo que está bastante presente na forma como as esposas e mães desse trabalho tecem suas falas, dentro daquilo que se espera delas: pureza; cuidado; doação; paciência. Para mais, a reflexão sobre o adjetivo de santas vai se repetir outras vezes durante esse trabalho. Essa característica é consolidada, principalmente, através da experiência da maternidade. Dona Rita, por exemplo, diz: *“A mulher grávida é imaculada”* (**Rita de Souza**, Senador Pompeu, 27 de dezembro de 2011).

É importante lembrar que, as normas relacionadas à sexualidade e as percepções sobre casamento e maternidade são referentes principalmente ao contexto de 1960 e 1970, quando as narradoras se casaram. Supomos que essas mulheres, as quais passaram a morar em Senador Pompeu entre as décadas de 1970 a 1990, são pertencentes à última geração dessa cidade que vivenciou intensamente o padrão “ideal” de mulher. Isso porque a partir da década de 1980, como em muitas cidades brasileiras, a cidade de Senador Pompeu vivenciou sutis transformações no que diz respeito à presença feminina em sociedade e a revisão de seus papéis. Cabe então fazermos aqui um parêntese para adentrarmos nesse contexto de transformação, inclusive para cruzá-lo e contrastá-lo às memórias das narradoras sobre suas experiências de esposas e mães.

4.2 NOVA CONFIGURAÇÃO DAS RELAÇÕES DE GÊNERO A PARTIR DE 1980.

É década de 1980. No cenário político o Brasil vive seus últimos anos de Regime Militar. Economicamente, passa-se por uma crise nacional desenvolvimentista. A sociedade, por sua vez, desde 1970 passava por um processo de formação de movimentos com suas bandeiras específicas (etnia, gênero, reforma agrária, etc.), tendo em comum a luta pelo retorno da democracia e por políticas públicas de qualidade. Nos centros urbanos a presença das mulheres no campo da militância já era expressiva desde os anos 70. Segundo Marta Ferreira S. Farah (2004, p. 50):

A constituição das mulheres como sujeito político deu-se inicialmente por meio de sua mobilização em torno da democratização do regime e de questões que atingiam os trabalhadores urbanos pobres em seu conjunto, tais como baixos salários [...].

Operando então pelo retorno formal da cidadania e das instituições que representam a democracia, os variados movimentos sociais, inclusive aqueles relacionados às lutas por igualdade de gênero, foram disseminados entre os anos 70 e 80 sendo os principais impulsionadores da nova Constituição Federal de 1988 (PITANGUY; BARSTED; MIRANDA, 2006).

A Constituição de 1988 foi o marco principal do resgate da democracia brasileira e em seu escopo trouxe Leis calcadas nos anseios da sociedade. Cabe destacarmos: o princípio da igualdade entre homens e mulheres; o combate às formas de discriminação contra a mulher; entre outras conquistas. Para Jacqueline Pitanguy e Deyse Miranda (2006, p.23), o texto constitucional rompeu com alguns princípios tradicionais. As autoras citam um exemplo plausível desse rompimento comparando o Código Civil de 1988 com o de 1916 que, segundo elas, estão permeados de “parâmetros discriminatórios” em relação à mulher.

[...] O texto de 1916 privilegiava o ramo paterno em detrimento do materno; exigia a monogamia; aceitava a anulação do casamento face à não-
virgindade da mulher; afastava da herança a filha de comportamento “desonesto” e não reconhecia os filhos nascidos fora do casamento. Por esse Código, com o casamento, a mulher perdia sua capacidade civil plena, ou seja, não poderia mais praticar, sem o consentimento do marido, inúmeros atos que praticaria sendo maior de idade e solteira. Enfim, o

Código de 1916 regulava e legitimava a hierarquia de gênero e o lugar subalterno da mulher dentro do casamento civil.

Além desse rompimento, pelo menos, conceitual da hierarquia de gênero, podemos citar também o estabelecimento de direitos significativos para as mulheres. Na área da saúde sexual e reprodutiva, pela Lei 7.853, de 24/10/89, garantiu-se a assistência à concepção e à contracepção, o atendimento pré-natal, no parto e no pós-parto, assim como o controle das doenças sexualmente transmissíveis e a prevenção do câncer cérvico-uterino e de mama. No campo judicial a lei revogou o artigo 219, que previa como crime somente o rapto de mulher “honesta”, sendo também que, o adultério, culturalmente utilizado como instrumento de marginalização, deixou de ser tratado como crime⁵⁸.

Indo além do campo teórico da Constituição de 1988, podemos ainda sublinhar que nesse contexto as mulheres passaram a ocupar cada vez mais cargos públicos. Segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (2000), sobre a evolução da participação das mulheres na câmara dos deputados, por exemplo, houve um aumento significativo: enquanto de 1932 a 1974 se candidatavam uma média de aproximadamente oito mulheres ao ano, em 1982 se candidataram 58 mulheres, número que só cresceu da década de 1990 em diante (PIOVESAN, 2006, p. 41).

Em relação à ocupação das mulheres em outros setores, ocorreu um aumento de sua representatividade em áreas de serviços sociais. Embora as décadas entre os anos 80 e 90 tenham sido de intensa crise econômica no Brasil, as mulheres foram paulatinamente conquistando seu espaço no mercado de trabalho. Nos anos seguintes esse quadro cresceu. Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) expressam que, entre 1992 e 2002 a população economicamente ativa feminina subiu de 28 milhões para 36,5 milhões. Cresceu também nesse mesmo período o número de domicílios chefiados por mulheres, sendo que em 1993, 22% delas assumiam o posto de chefes de família. Cabe

⁵⁸ É imprescindível acrescentar que o movimento feminista foi um ator crucial para a transformação legislativa e social, “[...] denunciando desigualdades, propondo políticas públicas, atuando junto ao Poder Legislativo e, também, na interpretação da lei. Desde meados da década de 70, o movimento feminista brasileiro tem lutado em defesa da igualdade de direitos entre homens e mulheres, dos ideais de Direitos Humanos, defendendo a eliminação de todas as formas de discriminação, tanto nas leis como nas práticas sociais. De fato, a ação organizada do movimento de mulheres, no processo de elaboração da Constituição Federal de 1988, ensejou a conquista de inúmeros novos direitos e obrigações correlatas do Estado, tais como o reconhecimento da igualdade na família, o repúdio à violência doméstica, a igualdade entre filhos, o reconhecimento de direitos reprodutivos, etc”. (BARSTED; HERMANN, 2001, p. 35).

destacar também o progresso escolar da população feminina no contexto citado, como sendo um fator fundamental para o ingresso das mulheres no mercado de trabalho, assim como para suas novas formas de atuação e visão de mundo (BRUSCHINI; LOMBARDI; UNBEHAUM, 2006, p.63).

Tratar disso não significa dizer, entretanto, que as mulheres tenham conquistado todos os direitos necessários. Na verdade fatores como a “feminização da pobreza” e a discriminação de gênero, continuaram presentes. No mundo do trabalho, por exemplo, é possível notar certa segmentação no que diz respeito à remuneração dos trabalhadores e trabalhadoras. Flavia Piovesan (2006, p. 41) traz vestígios desse quadro.

Os homens recebem em média salários 42% superiores aos das mulheres. Há uma forte segmentação ocupacional no mercado, na medida em que eles estão nos postos dos setores mais bem remunerados, enquanto elas desempenham as atividades relacionadas aos menores salários. A realidade das mulheres não-brancas, em especial as afrodescendentes, é ainda mais dramática. De acordo com dados mencionados no Relatório Nacional Brasileiro relativo aos anos de 1985, 1989, 1993, 1997 e 2001, apresentado ao Comitê Cedaw, os rendimentos das mulheres não-brancas chegam a ser 70% inferiores aos dos homens brancos e 53% inferiores aos das mulheres brancas. São também 40% inferiores aos salários dos homens não-brancos.

No campo conceitual, assim como no cultural, muitos fatores ainda permaneceram como, por exemplo, a menção sobre a honra feminina na legislação civil, permeada de “conotações pejorativas” em relação à sexualidade das mulheres (PIOVESAN, 2006). Mas, não há dúvidas de que esse momento remete a uma transição importante na história brasileira no que se refere às questões de gênero, exatamente pela visibilidade que essas questões passaram a ter⁵⁹.

⁵⁹ Podemos citar de forma sintética as conquistas constitucionais: “a) a igualdade entre homens e mulheres em geral (art. 5º, I) e especificamente no âmbito da família (art. 226, § 5º); b) o reconhecimento da união estável como entidade familiar (art. 226, § 3º, regulamentado pelas Leis nº 8.971, de 29 de dezembro de 1994 e nº 9.278, de 10 de maio de 1996); c) a proibição da discriminação no mercado de trabalho, por motivo de sexo ou estado civil (art. 7º, XXX, regulamentado pela Lei nº 9.029, de 13 de abril de 1995, que proíbe a exigência de atestados de gravidez e esterilização e outras práticas discriminatórias para efeitos admissionais ou de permanência da relação jurídica de trabalho); d) a proteção especial da mulher no mercado de trabalho, mediante incentivos específicos (art. 7º, XX, regulamentado pela Lei nº 9.799, de 26 de maio de 1999, que insere na Consolidação das Leis do Trabalho regras sobre o acesso da mulher ao mercado de trabalho); e) o planejamento familiar como uma livre decisão do casal, devendo o Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito (art. 226, § 7º, regulamentado pela Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996, que trata do planejamento familiar, no âmbito do atendimento global e integral à saúde); e f) o dever do Estado de coibir a violência no âmbito das relações familiares (art. 226, § 8º, tendo sido prevista a notificação compulsória, em território nacional, de casos de violência contra a mulher que for atendida em serviços de saúde públicos ou privados, nos termos da Lei nº 10.778, de 24 de novembro de 2003, bem como adotada a

Acrescentamos que, a efervescência do campo social na luta por direitos não se deu somente nos espaços urbanos do país. Em áreas rurais também é possível notar reflexos dessa movimentação, intensificada a partir de 1980, desde as formas de organizações políticas até as relações cotidianas que se estabeleciam nos espaços públicos e privados. Segundo Beatriz Heredia e Rosângela Cintrão (2006, p. 110-111):

Os movimentos sociais rurais, por sua vez, influenciaram na redução das desigualdades entre a zona rural e a urbana. Também tiveram efeitos positivos sobre a vida do conjunto dos trabalhadores do campo e favoreceram o acesso das mulheres a direitos e a políticas públicas. [...] Os processos regionais se consolidam com a fundação do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul (MMTR-RS), em 1989, e do Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR-NE), em 1986, movimentos que se mantêm até hoje independentes, embora próximos, do movimento sindical.

A principal demanda desses movimentos de mulheres trabalhadoras rurais é o reconhecimento de sua profissão como agricultora, frente às políticas públicas do Estado. O direito da aposentadoria está expresso muito fortemente nesses movimentos, assim como o salário-maternidade e a possibilidade de sindicalização das mesmas.

Vale citar que essas demandas começaram a ser atendidas na década de 1990, através do Programa de Ações Afirmativas para Promoção de Igualdade e Oportunidade de Tratamento entre Homens e Mulheres, promovido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), transformado durante o governo Lula (2003-2010), em Programa de Promoção da Igualdade em Gênero, Raça e Etnia. A aposentadoria para as agricultoras, obrigatoriedade do título de propriedade de terra para a trabalhadora rural e o acesso ao crédito agrário foram medidas importantes desse período (PITANGUY; MIRANDA, 2006).

A preocupação para com as relações de gênero e os anseios pela igualdade de direitos foi também uma realidade para o Ceará. Podemos citar

Lei “Maria da Penha” – Lei nº 11.340, de 7 agosto de 2006, para a prevenção e o combate da violência contra a mulher). Além desses avanços, merece ainda destaque a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, dispondo que cada partido ou coligação deverá reservar o mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo. Adicione-se, também, a Lei nº 10.224, de 15 de maio de 2001, que ineditamente dispõe sobre o crime de assédio sexual”. Disponível em: <<http://www12.senado.gov.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/outras-publicacoes/volume-i-constituicao-de-1988/principios-e-direitos-fundamentais-igualdade-de-genero-na-constituicao-federal-os-direitos-civis-e-politicos-das-mulheres-do-brasil>> Acesso em: 17 de dezembro de 2014.

algumas eventualidades que expressam o debate em torno desse assunto: a criação de um Conselho Cearense dos Direitos da Mulher em 1980; a concretização do 1º Encontro da Mulher Cearense no mesmo ano; a realização do 1º Congresso da Mulher Cearense em 1982; a criação da 1ª Delegacia da Mulher no Ceará em 1985 com sede Fortaleza, dentre outras (SENA, 2004) ⁶⁰.

Os índices já citados sobre a ocupação das mulheres nos mais diversos setores da sociedade também partem do contexto cearense. Nesse âmbito, algo que merece destaque é também a atuação das trabalhadoras rurais do Ceará, que segundo Celecina de Maria Veras Sales (2007, p. 439) “[...] se expressa em dois grandes movimentos, o MST⁶¹ e o movimento sindical (FETRAECE)”. A autora acrescenta que, essa movimentação estimulou as mulheres “[...] a romper com a rígida divisão de papéis, com o lugar já predeterminado na família, no trabalho, e a ocupar espaço no campo político” (p. 442).

Embora não haja muitas fontes sobre esse quadro de mudanças no que se refere ao gênero no interior do Ceará, é possível cogitar que elas foram chegando a partir das conquistas previstas na Constituição de 1988 e pelo desenvolvimento de políticas públicas como demanda das mulheres.

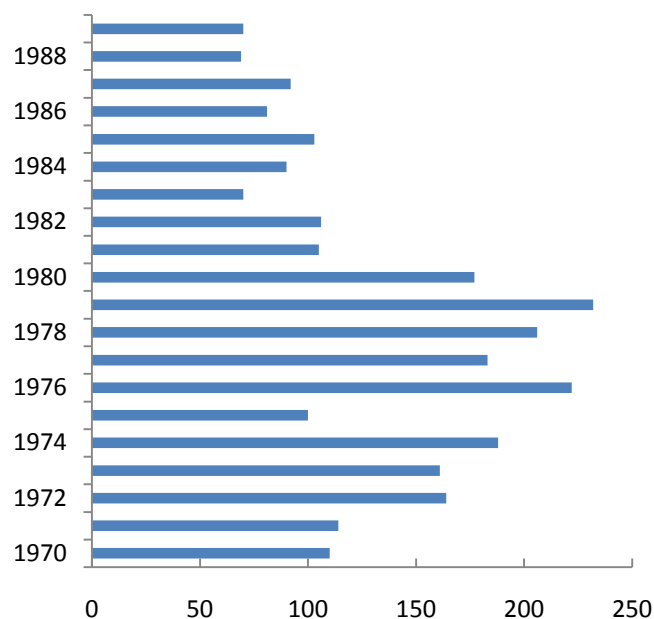
Em Senador Pompeu, cidade onde moram atualmente as narradoras desse trabalho, podemos pontuar alguns traços dessas mudanças. Aqui, fazemos um retorno ao que vínhamos debatendo no tópico anterior, principalmente no que diz respeito ao casamento, anteriormente analisado como sendo o destino único para as mulheres ditas ideais.

Durante a pesquisa, o trato com os livros de tombo da Paróquia de Nossa Senhora das Dores, permitiu visualizarmos e compararmos o número de casamentos católicos entre 1970 e 1989. Abaixo, apresentamos um gráfico (fig.3) no intuito de figurar nossa análise:

⁶⁰ Sobre a militância das mulheres no Ceará, Francisca Maria R. Sena (2004,p. 172), ao analisar como fonte as entrevistas com essas mulheres considera que há um engrandecimento de sua atuação política em relação a outras mulheres. Ela diz: Em relação a diferença entre as mulheres militantes e as não militantes, todas as entrevistadas, com exceção de uma, afirmaram veementemente a diferença entre umas e outras. Na descrição desta diferenças pudemos identificar a construção de um quadro valorativo, onde às mulheres militantes foram atribuídas de qualificações positivas, e em alguns momentos ideais, enquanto que às não-militantes foram atribuídas de caracterizações negativas. Percebemos haver uma mistificação em torno das mulheres consideradas militantes. Atribuímos a razão desta mistificação ao fato das mulheres entrevistadas terem experimentado um rico aprendizado após o seu engajamento na AMM e acaba associando a situação das mulheres não engajadas a sua experiência de vida antes da sua militância.

⁶¹ Movimento dos Trabalhadores Sem Terra.

Figura – 3: Gráfico de número de casamentos católicos x ano.



Fonte: Livros-tombo de casamentos (1959 a 1989) da Paróquia de Nossa Senhora das Dores de Senador Pompeu/CE.

Na análise do gráfico, o leitor pode observar um afunilamento dos números de casamento, o que leva a crer que houve uma diminuição considerável dos mesmos. Embora o número de casamentos registrados em 1970 seja aproximado ao número representado em 1985, este último ainda é menor, sendo que, em 1970 foram registrados 110 casamentos para 105 em 1985. Contudo, a análise mais significativa que pode ser feita a partir desses números é que houve certa ruptura na transição de uma década para outra. Porque os números de casamentos registrados na Igreja católica de Senador Pompeu teriam caído dessa forma? Os motivos podem ser vários, mas, provavelmente um deles diz respeito às transformações nas relações de gênero intensificadas nesse período. Certamente, aquilo que vinha sendo conquistado em nível nacional tinha também reflexos na mentalidade das novas gerações nas pequenas cidades do interior do Ceará.

Lembrando que a Igreja Católica assumia um papel importante nessas relações, é provável que essa instituição foi aos poucos perdendo sua centralidade enquanto disciplinadora, principalmente do comportamento feminino.

Cabe então trazermos outro vestígio dessas mudanças na cidade de Senador Pompeu. Diz-se sobre os processos de separação, desquite e divórcio⁶² do antigamente denominado Cartório Prudente. Os anos a que se referem esses processos são 1977, 1978, 1980, 1981, 1982, 1983, 1984, 1985, 1986, 1987, 1988, 1989. A tabela abaixo demonstra esses dados, seguindo a numeração dos livros e códigos de tombo do citado cartório, especificando qualitativamente quem deu entrada em tais processos.

Figura – 4: Processos de separação, desquite e divórcio.
Itens: Livro, ação, tombo/ano e entrada.

Nº do Livro	Tipo de ação	Tombo	Deu entrada
214	Desquite	0892-77	Marido
137	Desquite	0929-78	Marido
190	Desquite	1016-80	Marido
183	Desquite	1045-80	Esposa
806	Separação	1047-81	Marido
203	Desquite	1074-81	Marido
140	Divórcio	1081-81	Marido
123	Divórcio	1110-82	Marido
382	Desquite	1114-82	Marido
222	Divórcio	1124-82	Esposa
808	Separação	1130-82	Marido
471	Divórcio	1131-82	Marido
362	Divórcio	1132-82	Esposa
286	Divórcio	1156-83	Marido
305	Separação	1159-83	Marido
221	Divórcio	1171-83	Marido
330	Separação	1187-83	Marido
344	Separação	1189-83	Marido
118	Divórcio	1204-84	Esposa
821	Separação	1212-84	Marido
814	Separação	1230-84	Marido
847	Divórcio	1236-84	Esposa
845	Divórcio	1239-84	Marido
818	Divórcio	1251-84	Esposa
880	Separação	1264-85	Marido
877	Divórcio	1268-85	Marido
862	Separação	1289-85	Esposa
916	Separação	1302-86	Marido
888	Divórcio	1303-86	Marido
807	Divórcio	1321-86	Marido
892	Separação	1323-86	Esposa
883	Separação	1333-86	Marido
956	Separação	1362-87	Marido
959	Divórcio	1368-87	Marido
994	Separação	1429-88	Esposa
997	Separação	1437-88	Esposa
1000	Separação	1449-88	Esposa
1010	Separação	1453-88	Marido
1026	Separação	1474-88	Esposa
1031	Separação	1507-89	Esposa
1032	Separação	1508-89	Esposa
1089	Divórcio	1529-89	Marido
1037	Separação	1530-89	Marido
1033	Separação	1533-89	Esposa
1035	Separação	1535-89	Marido
1034	Separação	1536-89	Esposa

Fonte: arquivos de terceira entrância do Cartório Prudente da comarca de Senador Pompeu/CE.

⁶² Essas são categorias judiciais diferentes, porém por terem em comum a desintegração do casamento civil, optamos por colocá-las em uma mesma tabela, para os mesmos fins comparativos.

Comparando os anos que antecedem 1988 com o ano de 1989 é possível perceber um aumento sutil nas entradas de separação e divórcio. Se de 1977 a 1988 havia uma média de quatro ações ao ano, só em 1989 ocorreram sete entradas, sendo que quatro delas foram feitas por esposas. É importante sublinhar também que 1988 e 1989 foram as décadas em que houve mais entradas de ações por parte das esposas. Até então elas pouco ou nunca apareciam. Muito embora esse traço seja bastante tênue podemos supor mais uma vez que as relações entre homens e mulheres, calcadas em uma ordem vertical que relegava as mulheres ao silêncio estava começando a mudar.

Entretanto, o quadro de mudanças apresentado esteve associado ao crescimento vertiginoso de casos de violência contra a mulher. É o que mostra o historiador Lucas Pereira (2012, p. 20-21) ao analisar processos criminais de violência de gênero entre 1988 e 2000. Cabe ressaltar um exemplo emblemático trabalhado por esse historiador ao citar a justificativa de um dos réus estudados:

[...] No depoimento do acusado prestado na Delegacia de Polícia Civil de Senador Pompeu o mesmo relata que: '[...] algumas vezes deferia algumas mãozadas não propriamente na pessoa dela, mas no seu atrevimento [...]'. Esse discurso comum no interior do Ceará reflete como a agressão à mulher é algo naturalizado e tido até como necessário, posto que é educador e disciplinador, afinal, o agressor não bate na mulher, o que seria covardia, bate em seu atrevimento, inaceitável ao gênero.

Interpretamos que o “atrevimento” supracitado remete a uma mudança significativa no comportamento das mulheres. No trabalho do autor, é possível notar também que, a maioria dos casos de crimes analisados ocorre pelo término da relação, o que leva a crer que a ideia da união matrimonial e de formação da família nos moldes tradicionais estava aos poucos deixando de ser um padrão consolidado.

De 1980 até o presente das entrevistas não há dúvidas de que a situação das mulheres em Senador Pompeu progrediu. Cabe fomentarmos alguns dados importantes, que já foram expressos no primeiro capítulo dessa dissertação: segundo informações do Ministério do Trabalho e Emprego de 2011, para uma população de 13.450 habitantes mulheres, 53,5% estavam no mercado de trabalho, com um rendimento de 88,5% em relação aos homens. Dados do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) sobre o ano de 2012⁶³, revelam

⁶³ Disponível em <http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/perfil_basico/pbm-2013/Senador_Pompeu.pdf> Acesso em 17 de dezembro de 2014.

que nos ramos da indústria de transformação, do comércio, dos serviços e da administração pública, soma-se a presença de 1.179 mulheres para 1.061 homens. Outro dado relevante é que, no ano de 2011 pelo menos 64,5% das mulheres senadorenses tinham Ensino Superior⁶⁴.

Sobre as narradoras, podemos destacar que no período das entrevistas (2011-2013) elas já haviam adquirido as suas aposentadorias ou auxílio do INSS, tendo hoje suas casas próprias, algumas cabeças de gado, e estando acima da linha da pobreza.

Tudo o que foi apresentado remete a um processo de mudança nas relações familiares em todos os recantos do Brasil. Mas, é importante esclarecer que elas estiveram à sombra de muitas permanências. No campo sociológico a autora Maria Lúcia R. Coutinho (1994) trata desse processo, em um estudo comparativo sobre duas gerações de mulheres brasileiras, uma entre 60 e 75 anos e a outra entre 35 e 45 anos. Sobre as mulheres da primeira geração ela analisa que apesar de todos os avanços, elas não abrem mão das suas atividades e do padrão social, mas certamente passam a manifestar poderes invisíveis.

Fazendo uma retrospectiva do que aqui debatemos, acreditamos que a maior transformação no que cerne as questões de gênero não foi essencialmente no campo político e na economia, mas na mentalidade das próprias mulheres. Ousamos ainda dizer que isso não foi possível somente para as novas gerações, posto que, muitas mulheres continuaram onde sempre estiveram, porém não mais da mesma forma. O grupo de mulheres a quem pesquisamos, demonstra isso nas suas formas sutis de reivindicação pelo ato da memória e da fala.

4.3 ENTRE ESTIGMAS E SUBJETIVIDADES.

Entre 1960 e 1970, as mulheres que compõem o bojo desse trabalho caminhavam para o destino a que foram delegadas desde o seu nascimento: o casamento. Enquanto no sertão o “ideal” de mulher se mantinha sólido, nas grandes metrópoles e em outros lugares do mundo os movimentos feministas efervesciam. Segundo Céli Regina J. Pinto (2003), esse período foi marcado pela segunda onda do movimento feminista, que passou a integrar outros debates além do direito à

⁶⁴ Disponível em <www.portalodm.com.br/relatorios/PDF/gera_PDF.php?cidade=8830> Acesso em 04 de outubro de 2013.

participação política. Entre eles podemos citar: o direito a educação, a quebra de paradigmas em relação à dominação masculina, a livre sexualidade, o divórcio, entre outras questões. Nesse contexto, o movimento passou também a reunir mulheres vindas dos mais diversos setores, anarquistas, operárias, intelectuais, etc. Sobre esse processo podemos sintetizar que,

A experiência do movimento feminista na década de 60 revelou uma forte rejeição às interpretações da realidade, fundadas no determinismo biológico, a partir da noção de sexo ou de diferença sexual. Sendo assim, deu-se início a utilização da categoria gênero para a interpretação e a explicação das relações socialmente construídas entre homens e mulheres (SENA, 2004, p. 77).

As lembranças que sublinharemos aqui evocam assim um contexto bastante diferente do que fora citado. Elas estão alocadas em uma dimensão em que o micro se contrasta com o macro; o presente se contrasta com o passado; a fala se contrasta com o silêncio e o poder se contrasta com o sofrimento.

Adentramos assim na fala das mulheres sobre suas experiências de esposas e mães. No prosseguimento da narrativa oral de Dona Antônio, uma interferência é feita na intenção de compreender o que representava para ela aquele momento de passagem, onde ela deixara a casa dos pais para construir uma nova família.

Entrevistadora: *De que forma a senhora via o casamento.*

Narradora: *Minha filha eu me casei muito nova, com 18 anos. Eu num tinha, eu num fui assim uma menina assim que tivesse experiência quase nada, porque eu era novinha e num saía pra canto nenhum e hoje tem as aulas, as pessoas tem muita experiência por causa de aula, de escola né?! Mas, nesse tempo, quando a gente, a mãe da gente ia conversar com outra amiga, botava a gente pra ir brincar com as crianças d'outro lugar, a gente num sabia de nada. Então eu achava que a pessoa, por exemplo, quando era mãe, pra ela cuidar do filho bem cuidado, tinha que trazer o filho limpo, bem limpinho, dar alimentação na hora certa e cuidar dos filhos direitinho e ela dar conta da casa como uma dona de casa, cuidar da casa direitinho e do marido... Só posso dizer isso (Antônia de Oliveira, Senador Pompeu, 12 de março de 2014).*

Quando estimulada a narrar sobre o seu casamento à primeira lembrança de Dona Antônio está relacionada à sexualidade. Embora o casamento fosse algo esperado, ela discorre que ele ainda remetia a um mundo desconhecido: o corpo, o sexo, a gravidez. A “experiência” tratada pela narradora está então relacionada a esse mundo desconhecido, sobre o qual ela afirma ser muito mais acessível

atualmente. Sua fala permite fomentar sobre a “cultura do silêncio” mencionada inicialmente nesse trabalho: *“a gente num sabia de nada”*. Supomos que a omissão das informações por parte das mães ocorria, sobretudo, para evitar a curiosidade e o despertar da sexualidade, uma vez que isso poderia romper com a pureza e o pudor, que deveriam ser mantidos até o casamento.

Às mulheres de sua época era negada a vontade de prazer e o casamento somente para a satisfação dos sentimentos amorosos entre o casal. O casamento significava assim uma espécie de doação da mulher para com a questão do cuidado. Dona Antônia deixa isso claro ao responder quais eram as suas impressões do casamento: *“[...] cuidar dos filhos direitinho e ela dar conta da casa como uma dona de casa, cuidar da casa direitinho e do marido”*.

Estimulada a falar da sua trajetória de vida e narrando seu processo de migração, Dona Rita entra em uma questão essencial para esse trabalho, introduzida anteriormente. Pontuamos o seguinte trecho:

“[...] meu marido era agente de estação, trabalhava na REFESA e nós moramos em várias cidades. Aqui vai fazer 40 anos que nós moramos aqui. [...] ele dizia: olhe eu sou empregado... Eu não posso cair em falta, chegar atrasado no emprego [...] vai ter trem hora tal e hora tal eu vou dormir. Não deixa eu cair em falta. [...] Se era de noite eu dormia o que? Pensava: olha vai dar 3:00 horas. Ai já se levantava [...] Isso fazia parte muito de mim (Rita de Souza, Senador Pompeu, 27 de dezembro de 2011).

A lembrança de Dona Rita é referente à década de 1973 em Senador Pompeu. O emprego do seu marido de operador de máquinas da Rede Ferroviária Federal (REFESA) era crucial para a família, que migrou por diferentes cidades do Ceará. Na sua fala pode ser percebido que, através desse emprego o marido de Dona Rita tinha a responsabilidade do sustento da casa, mas a responsabilidade pelo sucesso ou perda do mesmo cabia a ela. *“[...] Não deixa eu cair em falta”*, era o que o esposo de Rita lhe requisitava, lembrando-a do seu papel de cuidado.

Como pôde ser visto o papel do cuidado é citado tanto por Dona Antônia como por Dona Rita. Sobre ele cabe então trazermos uma análise importante feita por Joan C. Tronto (1997). Ele analisa que o cuidado remete a dois sentidos: o “cuidado de” e o “cuidado com”.

O “cuidado de” está relacionado ao cumprimento das necessidades particulares: físicas, funcionais, psíquicas, emocionais, etc. Sendo, pois o papel da mulher. Esse tipo de cuidado adquire também um significado moral, por exemplo:

“Uma criança suja não é uma preocupação moral para muita gente; mas poderíamos desaprovar moralmente a mãe de tal criança que, em nossa opinião, pode ter falhado em sua obrigação de cuidar dela” (TRONTO, 1997, p. 188-189). Do mesmo modo, o não “cuidado” de Dona Antônia para com seus filhos ou o não “cuidado” de Dona Rita para com o horário do marido, poderia afetar moralmente em sua imagem.

O “cuidado com”, por sua vez, está relacionado à figura masculina. Cuidado como as finanças da casa, com o estabelecimento e manutenção da ordem, com a honra da família, etc. Entre os dois tipos de cuidado o “cuidado com” é sempre mais visível em termos de valorização social. Entretanto, embora o “cuidado de” não seja valorizado a sua falha é facilmente julgada como uma falha moral.

É importante lembrar, entretanto, que ambas as narradoras também participavam da renda da casa, trabalhando no setor informal, fator discutido no primeiro capítulo dessa dissertação. Elas agregavam a esse trabalho o seu papel de dona da casa, com todas as atividades não rentáveis e necessárias ao bom funcionamento do lar e de suas adjacências, algo também tratado no segundo capítulo dessa dissertação. Portanto, podemos notar aqui que para Dona Antônia e Dona Rita, como para muitas outras mulheres, sua atuação na família ia muito além da jornada dupla, pois além da responsabilidade pelo sustento e administração da casa, elas deveriam zelar pelas próprias responsabilidades do marido, pelo seu bem-estar social e pelo bem-estar dos filhos, preocupando-se com sua imagem moral. Em nossa concepção, esses papéis dispensam ser tipificados como jornadas, na medida em que ultrapassam qualquer outro trabalho humanamente aceitável.

Não obstante, embora a nossa leitura sobre o papel de esposa narrado por Dona Rita esteja relacionado a um tipo de opressão, em contrapartida a narradora finaliza sua fala dizendo: *“Isso fazia parte muito de mim”*. Por que ela o teria feito? Ao dizer isso Dona Rita parecia antecipar a impressão da entrevistadora naquele momento: a de que ela era claramente obrigada a cumprir tal função. Ela explica então que o cuidado para com o marido era parte dela, talvez para fazer entender que isso não é uma questão de opressão mais de identidade. Mas, porque Dona Rita ofuscaria a ideia de opressão? Será que realmente a opressão existe para ela? Essas são questões que ficarão em aberto.

Durante a entrevista com Dona Maria Augusta surge uma pergunta sobre como ela vê o comportamento das mulheres atualmente. Ela responde então: *“Hoje*

em dia uma mulher pra sustentar o casamento com um homem é muito difícil. Começa por essas novas né?!". A narradora faz uma crítica evidente à contemporaneidade, na medida em que atualmente os casamentos não são mais duradouros, algo que se difere bastante do modo como a sua geração lidava com matrimônio e com papel da família na sociedade. A crítica da narradora remete às transformações nas relações de gênero em Senador Pompeu/CE, aonde desde 1980 vem havendo um aumento considerável de processos de separação, desquite e divórcio. Fazendo uma análise comparativa sobre o período da entrevista com o período em que ela constituiu sua família, podemos notar que há uma alteridade significativa no que se refere aos casamentos. Como demonstrado no tópico anterior, antes de 1980 esses os processos de separação, desquite e divórcio tinham uma média de quatro entradas ao ano⁶⁵. Em 2012, por sua vez, foram registrados pelo IBGE 19 divórcios em Senador Pompeu⁶⁶.

A narradora vê então esse quadro como um fator negativo, principalmente, porque em sua educação o casamento deveria ser para toda a vida. Quando indagada sobre o porquê da durabilidade de seu casamento Dona Maria Augusta responde:

Sei lá, é muito equilíbrio dentro de casa [...] Muita paciência. Muita renúncia. [...] Quem sustenta é Deus, mais aí, ele tem que fazer a parte dele e a gente tem que fazer a da gente. [...] O casal é assim quando o homem é desbundado e a mulher equilibrada tudo vai no seu nível, mas, quando desequilibra os dois, pronto, num tem jeito não (Maria Augusta Lima, Senador Pompeu, 18 de abril de 2012).

A resposta da narradora é a de que a durabilidade do casamento foi algo que dependia única e exclusivamente da mulher. Era dela a função de manter o equilíbrio familiar. Era dela a função da paciência, da renúncia, porque quando *"[...] a mulher é equilibrada tudo vai no seu nível [...]"*. Levada pela fé em Deus e pela crença de que somente ela própria é capaz de estabelecer um bom nível familiar, Dona Maria Augusta não somente aceita sua posição, mas a defende.

Entretanto, é importante esclarecer também que nem todas as mulheres analisam seus papéis na família com tom de aceitação. Respeitando a particularidade de cada uma, trazemos a seguir um trecho onde a narradora Dona

⁶⁵ Fonte: arquivos de terceira entrância do Cartório Prudente da comarca de Senador Pompeu/CE.

⁶⁶ Disponível em <<http://www.ibge.com.br/cidadesat/>> Acesso em 17 de dezembro de 2014.

Celeste fala claramente sobre o lado obscuro das relações entre homens e mulheres em sua cultura:

A minha mãe mesmo, ela era assim, se ela tivesse falando com a gente uma coisa, quando ele chegava ela se calava. Ela tinha muito respeito pelo meu pai, tinha medo do meu pai. Eu até não gostava, porque eu achava que não era pra ser assim. Eu acho que era... O direito que ele tinha de falar àquelas coisas que ele falava com ela, ela também tinha o direito de retribuir também, mas não, ela não dizia nem que ele era feio. Num é eu querendo dizer que ela era santa. Num sei o que era não, sei que era muito medo, ou uma paciência, [...]. Porque eu sou assim, eu, sei viver bem direitim... Mas tem muitas vez que, as pessoas às vezes num aguenta uma palavra, responde e a minha mãe não. [...] Tinha muito medo, muito respeito, muito medo do marido. Não falava (Celeste do Ó Costa, Senador Pompeu, 23 de março de 2013).

Diferentemente das outras narradoras, Celeste torna a questão da submissão algo muito claro, trazendo novamente o exemplo de sua mãe a partir de uma situação específica. Importa citar que, nas relações familiares, enquanto a mulher assumia a responsabilidade do cuidado e do equilíbrio, a figura simbólica do homem demandava respeito e temor. Na opinião de Dona Celeste, totalmente influenciada pelo seu presente, a mulher deveria ter “[...] o direito de retribuir também”. Além do mais, podemos notar que o “direito” mencionado pela narradora, é algo que está se tornando mais possível nas atuais relações de gênero. No entanto, a narradora deixa uma lacuna ao tratar disso quando diz: “*Porque eu sou assim, eu, sei viver bem direitim...*”. Ela não conclui sua afirmação, e deixa a dúvida sobre o que seria viver direito. Calar-se ou retribuir? Manter-se em uma posição de submissão ou reivindicar o direito de falar?

Aprofundando-nos na lembrança de Dona Celeste, podemos sublinhar ainda que, além de utilizar o respeito e o temor como motivos pelos quais sua mãe se calava, ela menciona um adjetivo deveras importante no que cerne ao padrão de “mulher ideal” das sertanejas cearenses até a década de 1980, já mencionado em outras passagens: “santa”.

O memorialista saraiva Júnior (2004, p. 151-155), embevecido por um saudoso sentimento em relação aos personagens de sua terra natal (Senador Pompeu), narra sobre uma mulher comum, esposa e mãe, bem semelhante as que são tratadas aqui.

O dia-a-dia de Altamir foi dedicado inteiramente aos seus filhos. Ficou viúva com 27 anos, estava no esplendor de sua beleza. Poderia ter casado, mas

isso não fazia parte de seus planos. Seu sentimento de amor foi único devotado ao seu marido. Sua beleza impunha respeito, os homens a temiam. [...] Sem marido, sem pai, tendo perdido dois de seus filhos, aquela bela mulher sustentava-se somente na fé em Deus para viver. Foi em uma novena de Nossa Senhora de Fátima, onde todos cantavam 'segura na mão de Deus', que Altamir, de olhos fixos na imagem, sentiu uma energia diferente no ar. Com cores em tons fortes nunca percebidos, os olhos da imagem brilhavam, e ela sentiu-se salva de toda vaidade. Foi quando desfilaram todos os seus momentos de glória e de dor, reservados ao passado. Aquela vertigem a levaria ao balão de oxigênio, sem reanimação de seu estado inconsciente, somente lhe restando a fluidez da morte, serena e irradiante, como devem ser as santas.

Notamos que a narrativa do autor traz muitos aspectos do que se esperava de uma mulher no contexto senadoreense. Podemos pontuar, primeiramente, o reflexo de uma cultura patriarcal na seguinte passagem: “[...] Sem marido, sem pai [...] aquela mulher sustentava-se somente na fé em Deus para viver”. Nessa concepção a mulher deveria estar sempre acompanhada de uma figura protetora masculina. Logo depois, a narrativa segue totalmente influenciada pela ideia de que a doação e o sofrimento aproximam a mulher da figura de Maria. O próprio desfalecimento de Altamir tem como ponto de referência a devoção a Nossa Senhora. Ao final o narrador conclui que ela realmente teria morrido como uma santa. Altamir faleceu no início da década de 1990.

Sobre a relação entre as mulheres e a representação de santas é importante ponderar que, como dito em outro momento, o corpo da mulher foi por muito tempo associado ao pecado original de Eva. Dessa forma, a Igreja Católica também propagou a visão de que, somente através da renúncia e do sofrimento as mulheres se redimiriam dessa culpa. Metaforicamente, era, pois necessário renunciar o pecado original de Eva e aproximar-se da conduta de Maria.

O analogismo simbólico da santa que temos tratado, também é sintetizado em uma fala anterior da entrevista com Dona Maria Augusta, onde a mesma é estimulada a tratar da eventualidade do seu casamento, discorrendo sobre o que representava o véu da noiva. Ela relata:

Você comungava com véu. Era uma tradição mesmo. Hoje num tem mais isso né?! [...] Eu acho que o significado do véu... Significa Maria né!? Porque Nossa Senhora aparece assim de manto né!?. Eu acho que a mulher, num é santa, mas, a mãe de família quando é honesta, ela representa Maria né!? (Maria Augusta Lima, Senador Pompeu, 18 de abril de 2012)

A fala da narradora abre espaço à experiência mais importante para as mulheres que “representam” Maria: a maternidade, que em sua opinião demandava acima de tudo a “honestidade” da mulher. Mas, muito embora Dona Maria Augusta trate de suas experiências como esposa e mãe denotando uma espécie de consagração, não há como negar que a desigualdade nas relações de gênero, foi algo que gerou também muitos ressentimentos. Ela diz: *“Eu queria ter uma menina né?! Quando nasceu... Vixe Maria! O pessoal dele, Ave Maria, porque não era um menino”*. Acrescenta: *“No início foi difícil, mais depois ficou diferente quando os filhos cresceram, embora que deixa muitas marcas”*.

É certo que, esses ressentimentos e essas marcas do passado da narradora ainda estão presentes e são totalmente influentes no exercício da memória. Questionamos assim até que ponto a submissão das mulheres era uma escolha para elas? Não há como responder a essa questão, no entanto o que podemos notar é que, pelo menos, no presente Dona Maria Augusta pôde escolher entre calar ou reclamar: *“Eu num sou uma pessoa de reclamar das coisas não, hoje eu reclamo mais, porque antes eu era muito calada, num sabe”?! Compreendemos assim o que a narradora, indiretamente, quis dizer: o contexto mudou, e embora ainda tenha muitos traços de uma cultura de dominação masculina, as mulheres conquistaram seu direito de voz.*

Em um trecho da entrevista com Dona Antônio, por sua vez, ela também explica sobre o “ser honesta”, mas diferentemente de Dona Maria Augusta ela descortina claramente tensões significativas das relações de gênero:

E a mulher de verdade ela sempre foi honesta, mas o homem sempre foi sem vergonha viu! Enquanto a gente zelava tudo dentro de casa, ele metia um chifre na traseira da gente. E a gente ia viver só de limpar menino cagado, no outro ano o sem vergonha tinha outro filho, porque ninguém num quer né?! Mas por que tinha? Porque não tinha as facilidades que tem hoje né? Se falasse sobre isso aí eu num sabia nem o que era que tava falando. A gente tinha o tanto que Deus quisesse. [...] (Antônia de Oliveira, Senador Pompeu, 12 de março de 2014).

Dona Antônio não mede as palavras para expressar o quão desigual era a sua situação em comparação a do marido, deixando transparente que recaía sob suas costas o peso das obrigações sociais e simbólicas. Ser mãe para mulheres como Antônio era uma questão naturalizada, não somente em seu contexto, mas em toda a história do ocidente. Essa lembrança é, sobretudo, a expressão de um mal-estar indubitável da narradora em relação à pressão social, a desigualdade de

gênero e aos silêncios em torno da sua sexualidade. Nesse pequeno trecho, localizado em um presente que lhe permite falar, ela evidencia toda a sua indignação, rompendo uma visão romantizada da maternidade: “*no outro ano o sem vergonha tinha outro filho, porque ninguém num quer né?! Mas por que tinha? Porque não tinha as facilidades que tem hoje né?!*”.

De maneira diferente Dona Fransquinha relata que a maternidade sempre foi um sonho para ela:

Meu sonho mesmo era ter filho. Se eu tivesse casado com um homem com bem muitas condições eu tinha tido uma ruma de filho. Eu num tinha medo não. Quando começava a sentir uma dor veia aqui e outra acolá. Hoje em dia o povo tem medo de ter filho (Francisca Pinheiro, Senador Pompeu, 25 de maio de 2011).

Sem dúvidas há nessa fala uma supervalorização da maternidade, na medida em que a narradora ressalta que a dor pouco lhe importava, afirmando ainda que atualmente as mulheres teriam “medo” de ter filho. É certo que quando faz essa reflexão Dona Fransquinha retrata um contexto atual onde a maternidade deixou de ser o centro da vida das mulheres, na medida em que cada vez mais elas dão prioridade a outros projetos pessoais como os estudos e/ou a carreira profissional. Entrementes, nas suas entrelinhas podemos extrair alguns fatores que desfazem a mitificação positiva da gravidez. Primeiramente ela diz que se tivesse tido um marido com condições teria tido muitos filhos, mas, paradoxalmente, o número de filhos que ela teve já foi o suficiente para extrapolar as suas condições financeiras, exigindo-lhe a luta pela sobrevivência e pela sustentação da prole.

O desabafo de Dona Antônia e as entrelinhas de Dona Fransquinha remetem assim a interpretação de que naquela época uma mulher pobre lidava com muitos infortúnios relacionados à sua fertilidade: 1º) Ela não dispunha de informações que lhe propusesse um conhecimento vasto sobre as transformações de seu corpo, nem tampouco de métodos contraceptivos, *outrossim*, supomos que Dona Antônia tratava disso quando disse: “*Se falasse sobre isso aí eu num sabia nem o que era que tava falando. A gente tinha o tanto que Deus quisesse*”; 2º) Quando a narradora cita que não tinha medo é porque, realmente, no contexto em que vivia o parto era algo complicado, seja pela falta de equipamentos apropriados, seja pelo imaginário negativo criado em torno do hospital, sendo que o medo poderia provir não somente das dores, mas também desses outros percalços; 3º) Outro

aspecto crucial em relação ao “medo” de ter filhos era o fato de que além do processo complicado do parto os filhos poderiam não sobreviver, mesmo tendo vivido alguns meses ou anos de vida, fator acarretado pela desnutrição. Cabe então explicar um pouco sobre cada um desses pontos.

Contextualizemos o primeiro ponto. Quando Fransquinha engravidou de sua primeira filha era década de 1972. Em nível internacional esse período remetia a um potencial debate em torno dos métodos contraceptivos. Segundo Joana Maria Pedro (2003, p. 241), a entrada desses métodos no Brasil, como a pílula anticoncepcional, por exemplo, esteve ligada as políticas internacionais para a diminuição da população nos países de terceiro mundo. “Assim, enquanto em lugares como a França a pílula somente foi liberada para consumo em 1967, no Brasil a pílula anticoncepcional e o DIU foram comercializados sem entraves desde o início da década de 60”. Essa medida causou algumas ambiguidades para o regime militar, pois se, de um lado uma parte defendia a anti-natalidade para diminuir os dispêndios econômicos do país, a outra parte nacionalista unida a grande parte da Igreja Católica, defendia a multiplicação dos brasileiros em todas as regiões. O fato é que, a partir do ano de 1962 essas pílulas passaram a ser distribuídas gratuitamente entre as mulheres pobres, sendo também aderidas por outros meios entre as mulheres da classe média.

Mas por que então nesse mesmo período os métodos contraceptivos ainda eram um elemento estranho para grande parte das narradoras desse trabalho? Ora, além de haver uma maior dificuldade de disseminação de tais métodos nos espaços rurais longínquos das grandes cidades, no imaginário dessas mulheres eles ainda eram vistos como um atentado a sua “feminilidade”⁶⁷ e a vida. Lembramos que a educação católica sob o lema “crescei e multiplicai-vos”⁶⁸ era algo muito forte em suas mentalidades. Além disso, muitas mulheres que experimentavam a maternidade ainda não estavam preparadas fisicamente para tantas transformações⁶⁹. Dona Julita, por exemplo, sobre seu primeiro parto relata: *“Eu era bem magrinha! Num sei como dei de conta”* (**Julita Costa**, Senador Pompeu, 23 de março de 2013).

⁶⁷ Sempre que esse termo surgir no trabalho ele estará relacionado as visões naturalizadas sobre a mulher.

⁶⁸ (Gn 1, 28).

⁶⁹ Cabe aqui fazer uma ressalva: quando consideramos que as mulheres desse trabalho tinham acesso restrito aos métodos contraceptivos, não eliminamos o fato de que mesmo na cultura delas sempre existiram técnicas para o aborto, através da manipulação caseira de plantas.

No que se refere ao segundo ponto, sobre o medo dos partos, podemos citar que no contexto de Dona Fransquinha os partos ainda eram realizados em casa, pelo menos em sua grande maioria. Muito raramente havia o acompanhamento em todas as fases da gestação. Como uma fala adjacente e dissonante em relação a que foi citada anteriormente, Dona Fransquinha diz:

Eu tinha o maior medo era de hospital. O povo fazia medo [...] Quando falava em hospital eu pulava bem acolá. [...] Porque o povo fazia medo. Dizia que era ruim demais ter filho no hospital. [...] Ai quando foi pra mim ter [...] aí disseram: você vai para o hospital. Ai eu disse: vou nada, num quero nem saber. Depois eu fui operada e fiquei grávida operada. Eu quebrei um ponto da operação. Com cinco mês e 14 dias eu tive ela. Normal. Ai quebrou o ponto da operação. Ai eu fui operada de novo (Fransquinha Pinheiro, Senador Pompeu, 25 de maio de 2011).

Alguns motivos essenciais criavam este sentimento de medo em relação ao parto no hospital. Havia um grande pudor em relação ao corpo alimentado desde a infância, dessa forma as mulheres se sentiam invadidas pelos médicos. Na verdade, elas se sentiam mais seguras e a vontade com a parteira, que em geral era conhecida, amiga e/ou vizinha, de modo que o ambiente familiar também transmitia segurança. O outro motivo era o imaginário que as pessoas alimentavam sobre os hospitais. Elementos como, os instrumentos cirúrgicos, o parto feito através de fórceps, as mortes, o cheiro, entre outros eram cruciais para a construção de uma visão aterrorizada da clínica hospitalar. Acrescentamos a isso o intrínseco conflito que se colocava desde o século XIX entre a sabedoria popular e saber/poder médico, havendo para a cultura popular certa resistência (SOUSA, 2007).

Aqui cabe uma articulação com o primeiro ponto discutido, pois quando Dona Fransquinha relata sobre o imaginário do medo em torno do hospital ela traz a lembrança de quando mal havia passado por um processo de cirurgia e foi surpreendida por outra gravidez sem que houvesse tempo para preparação: “*Eu quebrei um ponto da operação. Com cinco mês e 14 dias eu tive ela*”. Certamente, os métodos contraceptivos não estiveram ao seu alcance, fator que estava somado à falta de informação, ou mesmo de diálogo entre marido e mulher.

No terceiro ponto, levantamos a questão da mortalidade infantil. Segundo dados do IBGE, entre as décadas de 1960 e 1970 as taxas de expectativa de vida para as crianças aumentou bem pouco. Nesse momento, o Brasil vivia uma profunda crise econômica interna. No Nordeste, os fatores agravantes da seca e da fome eram somados a falta de políticas públicas mais inclusivas para o campo. Vele

lembrar que, nessa época houve um aumento acentuado do êxodo rural para os centros urbanos. Os casos de pobreza extrema são assim destacados como a principal causa da mortalidade infantil. Em 1970 o Nordeste expressou um número de 146% mortes de crianças, muito superior ao das outras regiões como a sudeste, por exemplo, que no mesmo ano tinha uma taxa de 96,2%⁷⁰. Portanto, entre as mulheres do interior do Ceará esse fato era algo recorrente. Dona Antônia denota sobre esse panorama social:

A vida era sofrida, num era essa vida de hoje que a gente diz: ei menino traga aí um garrafão d'água pra mim! Hoje tá muito fácil. Adoeceu uma criança, como eu mesmo, eu passava o dia todim no Pau D'arco, que era longe pra lavar roupa, e quando chegava o menino tava doente (Antônia de Oliveira, Senador Pompeu, 12 de março de 2014).

Dentre as oito mulheres entrevistadas para esse trabalho, seis delas perderam de um a dois filhos, seja no processo de gravidez, seja após o nascimento dos mesmos. Além de lidar com a situação de pobreza, com a desinformação, com a falta de assistência, com as dores físicas e com todo o peso social e simbólico que as colocavam em um lugar de inferioridade, essas mulheres ainda tinham que conviver com a perda. As “marcas” outrora citadas por Dona Maria Augusta, dizem respeito a traumas psíquicos e memórias dolorosas que o tempo deixou impregnado nessas mulheres.

A partir desse quadro, é possível concluir que aqui a maternidade está muito além da visão romanceada que se tem dela, muito embora percebamos que as mulheres deixam transparecer os estigmas mais fomentem a questão da “feminilidade natural”.

É essencial destacar que todos os valores e estereótipos destinados às mulheres em sociedade sempre tiveram efeitos significativos nas mentalidades das mesmas, na aceitação ou não dos estigmas sociais. Sobre a não aceitação do que era socialmente padronizado, podemos citar o exemplo dos casos definidos como loucura e histeria a partir do século XIX. A histeria nada mais foi do que uma atribuição de gênero elaborada pelo saber médico. Cabe lembrar que, desde o século XVIII o corpo feminino vinha se tornando um campo de especulação para a medicina e a psiquiatria, sob um olhar inteiramente masculinizado, sempre associando a sexualidade das mulheres à passividade. Além disso, para o saber

⁷⁰ Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/evolucao_pdf> Acesso em: 17 de dezembro de 2014.

médico a mulher era frágil e, potencialmente, tinha uma moral degenerativa a partir de sua sexualidade perigosa, por isso era preciso discipliná-la, enquadrando-a como boa esposa e mãe. As mulheres que não se enquadravam nesse padrão eram tidas como loucas, prostitutas, desvairadas, histéricas. A histeria era, pois, tida como uma patologia, para definir as mulheres que não se submetiam a ordem social, e que optavam pela vontade de si. Sobretudo, essa era uma luta contra os prazeres da mulher, contra seu gozo e contra sua liberdade. Por não suportar a pressão que lhes era destinada muitas mulheres foram internadas em manicômios e submetidas a técnicas violentas de “tratamento”. A concepção de histeria perdurou ainda no século XX, fomentada entre os anos de 1950 a 1970, nos contextos onde houve regime militar, no que cerne às mulheres que participaram do processo de modernização dos comportamentos (MAGNABOSCO, 2003).

De fato, a pressão que recaía sob as mulheres acarretava desde as mais simples reações às mais danosas. É disso que trata Yonissa Marmitt Wide (2009) em sua tese de doutoramento intitulada *A história de Pierina: subjetividade, crime e loucura*. Ela trabalha com a trajetória de Pierina Cechini, nascida em 1880 e provinda de uma família de imigrantes italianos. Assim como as suas conterrâneas, Pierina vivia em condições de pobreza, trabalhava no ambiente doméstico e na lavoura ao mesmo tempo. A tese descortina o acontecimento de 26 de abril de 1909, quando Pierina assassina sua filha de dezessete meses. Ela foi indiciada e logo depois internada no Hospício de São Pedro em Porto Alegre. Através das fontes, a autora destaca que, antes do ocorrido Pierina tinha várias queixas em relação a sua situação social, afirmando que ela sentia um profundo desgosto. A autora trabalha na perspectiva de que, a ideia do amor materno como característica de uma naturalização da feminilidade, levou muitas mulheres à demência e a condenação. Todavia, a maternidade enquanto característica natural da mulher é uma ideia que ainda persiste nos dias atuais, sendo que os casos de infanticídio são pouco compreendidos e as mulheres que não optam por serem mães são condenadas moralmente.

Toda essa exemplificação é para fazer compreender que, diferentemente das mulheres consideradas histéricas, as narradoras desse trabalho se adequaram aos padrões e suportaram os estigmas. Chegamos assim ao mesmo impasse refletido ao final do capítulo anterior: Se houve uma aceitação dos papéis e se a

aceitação é uma renúncia de si, como afirmar a existência de práticas subjetivas, tendo em vista que a subjetividade é entendida como o cuidado de si?

No âmago dessa discussão, esclarecemos que as práticas subjetivas estão contextualizadas no presente das entrevistas. Embora tragamos tantos traços referentes ao passado das narradoras, interpretamos que é no momento das entrevistas que elas praticam a subjetividade, pois se apropriam dos veículos de opressão para construírem suas próprias identidades, é por isso que definimos esse processo como “contrapoder”. Sobretudo, porque a situação atual lhes permite o direito da fala.

Pelo poder que a palavra enunciada, anunciada e impressa possui, as mulheres têm podido dar nomes a seus mal-estares através de metonímias, metáforas ou mesmo corporalmente. Para tanto, elas têm buscado tanto as palavras como o silêncio para poder dizê-los, exercendo assim seu direito à voz (MAGNABOSCO, 2003, p. 429).

A reflexão citada contempla nossa concepção sobre o que significa o ato da oralidade para as mulheres que resguardam em suas lembranças questões tão complexas e tão pouco compreendidas.

Partindo dessa premissa, passamos a demonstrar de que forma a experiência da maternidade é reconstruída no presente, como um veículo de subjetividade. Começamos pelo relato de Dona Rita ao responder a seguinte pergunta:

Entrevistadora: *Como a senhora conciliava o trabalho com a educação dos filhos?*

Narradora: *Eu fui trabalhar assim pra sair quando meus filho já tava grande né?! porque pequeninim, Ave Maria! Dei a maior assistência, pelo contrário eu num não confiava os meus filhos a ninguém. Ainda hoje eu quero saber como tá. Eu me preocupo a altura com meus filho. Meus filho e meus neto. Eu pergunto de onde eles vêm? Onde tava? É pra vim hora tal! (Rita de Souza, Senador Pompeu, 27 de dezembro de 2012).*

Passada toda a fase dolorosa da gravidez, é possível notar que os filhos faziam com que as mulheres atribuíssem outros sentidos aos seus papéis, não mais estando centrados no cuidado para com marido. Principalmente, porque a educação da prole era de inteira responsabilidade das mães. Dona Rita relata que só retomou o seu trabalho fora de casa quando os filhos já haviam crescido, ou “se criado”, expressão comum da cultura sertaneja cearense em relação às crianças que sobreviviam. Interpretamos na fala da narradora que os filhos são uma espécie de

bem precioso. Primeiro, porque eles demandavam uma preocupação constante das mães, dada a fragilidade de suas vidas naquela época: *“Dei a maior assistência”*. Segundo, porque havia uma sacralização da relação mães/filhos, sendo que a educação dos mesmos deveria ser predominante a qualquer outro papel. E terceiro, porque na maioria das vezes os filhos atribuíam às mulheres a recompensa por uma vida de sofrimento.

Em relação à assistência que as mães deveriam dar aos seus filhos, Dona Maria Augusta faz uma crítica direcionada às novas gerações. Quando indagada sobre como analisa o comportamento das mulheres na atualidade, ela enfatiza o fato de que as mulheres de hoje não tem vocação para a maternidade. Na entrevista é perguntado então: *Por quê?* E ela responde: *“[...] é porque não tem planejamento. Elas têm sem ter planejamento, por aí, de qualquer jeito. Uma gravidez que elas nem tão preparada. Aí quer dizer: aquele filho nasce tipo rejeitado”* (**Maria Augusta Lima**, Senador Pompeu, 18 de abril de 2012). O não planejamento que a narradora menciona está relacionado à gravidez indesejada. Interpretamos que, nessa concepção para ser uma mãe exemplar a mulher deveria primeiramente aceitar que a maternidade é algo da natureza feminina. A não aceitação dessa natureza faria com que o filho nascesse “rejeitado”. Nessa mesma perspectiva Dona Raimunda destaca: *“Os filhos são a coisa mais importante da vida da gente”!* (**Raimunda dos Santos**, Senador Pompeu, 30 de março de 2012).

As narradoras discorrem então que estiveram no centro da educação e sustentação dos filhos. Dona Celeste, por exemplo, diz: *“Sempre a mãe sofre mais que o pai. Ela tá ali direto, ali em casa com os filhos. Aí, tudo que os filhos fizer às vezes o esposo mesmo diz: ah, foi você que deixou fazer isso e aquilo outro”*. (**Celeste do Ó Costa**, Senador Pompeu, 23 de março de 2013). Nesse trecho a narradora não fala somente de sua experiência pessoal, aliás, ela cita “a mãe” de um modo geral, criticando as cobranças feitas pelos homens que não participam do disciplinamento dos filhos e depositam nas mulheres toda a responsabilidade pelo fracasso da educação por elas oferecida. Dona Celeste não mencionou, mas provavelmente o sucesso dessa educação não é reconhecido como mérito das mães. Do mesmo modo Dona Antônia Relata:

“[...] Esse sofrimento sempre é da mãe mesmo né?! Por isso que eu digo pai é bom, é ótimo pai, mas igual mãe num existe não. Não tem quem vá substituir uma mãe. [...] Eu tiro por mim... E eu sei minha filha que a vida era

muito sofrida. A gente botava o filho na escola. As chinelas dos bichim se quebrava. Ainda bem que eu toda vida gostei de criar, criava galinha, aí num faltava quem comprasse. Nessas horas assim o povo comprava na garapa⁷¹. Os bodegueiros mesmo diziam: Pois traga pra cá. Ali dava uma chinelinha das mais ruim que tinha, e um quilo de farinha, rapadura [...] e o resto, só isso mesmo. E a gente ainda ficava feliz... Porque pior se a gente não tivesse pra fazer. E num criei nenhum filho analfabeto! [exalta-se] [...] isso tudo é incentivado por mim, não é pelo pai! [...] Minha filha eu tenho muito orgulho! (Antônia de Oliveira, Senador Pompeu, 12 de março de 2014).

Também generalizando o sentido de mãe, Dona Antônia dá ênfase a sua posição insubstituível, talvez para dizer que somente as mulheres resguardam naturalmente a competência do cuidado para com os filhos. Para evidenciar isso a narradora traz a lembrança de quando trabalhava em atividades complementares para garantir a ida dos filhos à escola. Através dos rumos que Dona Antônia toma em sua fala chegamos a um ponto muito importante no que diz respeito à maternidade: os filhos representam uma recompensa para as mães, sobretudo, porque elas depositam neles uma projeção/idealização do futuro. Quando a narradora enfatiza – “*E num criei nenhum filho analfabeto*”! – ela lida com um campo de expectativas que não lhes foi permitido em sua própria trajetória. Ela deposita nos filhos um sonho que nem mesmo teve tempo de nutrir para si mesma: o de concluir os estudos. De modo semelhante, Dona Raimunda ressalta: “*A maior felicidade da mãe é quando vê uma filha formada. [...] Porque tá vendo que aquele filho tá indo pra frente*”! (Raimunda dos Santos, Senador Pompeu, 30 de março de 2012).

Sobre a educação dos filhos acrescentamos que toda a projeção e todo o campo de expectativas em relação ao futuro dos mesmos eram somados aos valores que as mães traziam de seus antepassados. Dona Rita Relata:

A mãe dizia: criem seus filhos com verdade, com trabalho. [...] Porque uma coisa que seus filhos têm que ter é ordem, você tem que ter ordem pra seus filhos. Isso era tudo e quando ela falava agente temia. Então agente cria os filho da gente assim (Rita de Souza, Senador Pompeu, 27 de dezembro de 2012).

Dessa forma, podemos concluir que, a disciplina, a valorização da formação escolar e a coragem para o trabalho, são elementos essenciais na concepção de educação que as narradoras têm. Esses elementos são, pois, somados a projeção que as narradoras atribuem aos filhos.

⁷¹ Expressão do contexto cultural da narradora como sinônimo de pechincha.

Adicionalmente, a satisfação pela contribuição para com o futuro dos filhos é compartilhada também por outras mães sertanejas. Visualizamos um exemplo disso na obra do cronista Saraiva Júnior (2004, p. 160), quando ele discorre sobre Donana (Ana Mota Teixeira), uma mulher casada de Senador Pompeu/CE:

Se o matriarcado não tivesse existido em outros períodos históricos, mormente no primitivismo, Donana (29/01/29 a 25/11/98) o teria instituído em Senador Pompeu por obra, loucura e muita dedicação à sua família. Essa fórmula encontrada por ela para administrar sua prole, tanto a incentivando, como a defendendo, aparentava uma dimensão absurda, porém lógica, de fazê-la vencer na vida. [...] Para cada filho seu que nascia, ela dava um projeto de vida como presente.

Analogamente, a reflexão de que “Para cada filho seu que nascia ela dava um projeto de vida como presente” denota muito bem os sentidos que as mulheres desse trabalho atribuíam à maternidade. Se suas experiências como esposas e mães acarretaram uma série de estigmas, a educação dos filhos é o veículo mais promissor para ofuscá-los, na medida em que: através da educação de sua descendência elas fazem de suas trajetórias um ato de glória. Pudemos mostrar isso nas falas que foram citadas.

Ademais, retomando o relato de Dona Antônia sobre o seu lugar insubstituível na família, podemos decifrar ainda que, no exercício da subjetividade, ela supervaloriza o seu papel de mãe em relação ao marido: “*isso tudo é incentivado por mim, não é pelo pai*”! (**Antônia de Oliveira**, Senador Pompeu, 12 de março de 2014). E mais uma vez, percebemos uma reivindicação pelo reconhecimento de seu esforço. Para todas as narradoras que abriram as portas de suas casas para nos receber, disponibilizando suas trajetórias de vida, a entrevista não é uma forma de registro qualquer, é um meio emergente de tornar seus poderes visíveis.

Tendo sublinhado os exercícios de subjetivação pela memória, chegamos ao final desse capítulo refletindo algo que parece paradoxal, porém importante, uma vez que há sempre uma nova leitura a ser feita sobre as mulheres e sobre as relações de gênero. Essa reflexão é a de que, as subjetividades são sim um retorno a si, mas não por isso eliminam as marcas da opressão. Nesse sentido, a subjetivação só existe porque antes dela há uma sujeição, há mecanismos de dominação, controle e opressão, de modo que, os sujeitos são capazes de enquadrar-se naquilo que os oprime sem deixar de ser donos de si mesmos. A

subjetivação é, pois, a marca tenaz da construção dinâmica dos sujeitos, em uma relação constante de poderes e contrapoderes.

Ao final das entrevistas acreditamos ainda que o grande objetivo das narradoras, além de ter seus poderes reconhecidos, era mostrar que nada foi em vão: *“É eu consegui! Eu consegui, mas sofri um bocado de coisa, mas no fim Deus ajudou né?! que eu atravessasse as coisas e eu consegui. Eu sei que Deus é bom. É pra gente passar as coisas e suportar e quando der fé melhora”* (**Celeste do Ó Costa**, Senador Pompeu, 23 de março de 2013). *“Eu considero realizada minha vida”!* (**Maria Augusta Lima**, Senador Pompeu, 18 de abril de 2012).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão da dominação masculina e da subordinação das mulheres tem várias facetas, e, dentro dessa complexidade não podemos entender dominação x subordinação como sendo uma condição polar. O fato de que muitas mulheres, como as narradoras desse trabalho, consentiram para com essa dominação simbólica não ausenta a manifestação de contrapoderes. Afinal, temos visto como no presente das entrevistas as narradoras colocam o poder masculino em revisão quando afirmam a sua centralidade para com as responsabilidades econômicas da família, para com a administração da casa e para com a educação dos filhos. Ao seu próprio modo elas “[...] protestam, ponderam, avaliam, têm vontades, percepções, o que constitui, mesmo dentro de limites restritivos, as suas escolhas, decisões e estratégias de resistência ou subversão [...]” (MENDES, 2005, p. 18-19).

Por isso, hipotetizamos que as mulheres aqui trabalhadas expressam subjetividades, dando um retorno aos regimes de poder presentes em seu processo de sujeição. Neste sentido, fazendo dialogar a importância da história social dada ao sujeito com a ideia foucaultiana de poderes microscópicos, a subjetivação pode ser analisada não somente como a capacidade humana de produzir seu próprio eu, mas como uma luta que se faz cotidianamente ao longo das experiências sociais. Aliás, como concebe Foucault (1995, p. 235),

[...] pode-se dizer que existem três tipos de lutas: contra as formas de dominação (étnica, social e religiosa); contra as formas de exploração que separam os indivíduos daquilo que eles produzem; ou contra aquilo que liga o indivíduo a si mesmo e o submete, deste modo, aos outros (lutas contra a sujeição. Contra as formas de [...] submissão). Acredito que na história podemos encontrar muitos exemplos destes três tipos de lutas sociais, isoladas umas das outras ou misturadas entre si.

Sendo assim, mesmo que as narradoras não tenham dimensão de quão complexas são suas falas, em nossa compreensão o que está presente nelas não é única e exclusivamente a construção de uma identidade que agrega a dimensão individual e coletiva, mas, é acima de tudo, uma luta contra a “sujeição”,

Dentro desse campo onde a subjetividade é a linha matriz, entendemos que ela é possível, primeiramente, porque as mulheres dispõem de sentidos que lhe fazem criar uma impressão das coisas e do mundo que as rodeia, porque experimentam do tempo/espço, depois porque detêm dos processos de memória

para resignificar as experiências, e, por último porque dispõem da linguagem. Por isso, nas linhas finais dessa dissertação não trataremos de resumir o que já fora escrito, mas, de considerar os elementos que estiveram onipresentes na escrita.

Como sabemos, o ser humano é o único ser vivo a ter consciência da capacidade de representação. Em uma análise fenomenológica em torno dessa capacidade, Maurice Merleau Ponty (1991, p. 94-95) nos faz assegurar que esse é um princípio básico para o exercício de subjetivação. Ele discorre que o ser humano tem rigorosa sapiência da amplitude dos seus gestos e da espacialidade de seu corpo. Essa capacidade possibilita que ele mantenha relações com o mundo sem mesmo representar de maneira temática os objetos que tateia ou as relações de grandeza entre o corpo e os limites estabelecidos.

Da mesma forma que é estabelecida uma relação mundo/corpo, é também constituída a relação significação/palavra. Esta, por sua vez, remete ao modo como as narradoras praticam a oralidade. Podemos dizer que, existem significações que permeiam o conjunto das palavras proferidas, mas, nunca somente as palavras dão conta daquilo que se pretende falar. Por isso, em nosso exercício metodológico em torno das falas fomos levados a encontrar sentidos que não ficavam visíveis nas palavras transcritas.

Ainda recorrendo ao diálogo com Ponty (1991, p. 94-95) concluímos que, tanto a palavra que proferimos como a palavra que ouvimos são prenhas de uma significação que é compreensível no corpo e na textura do gesto linguístico, de modo que uma mera alteração de voz, hesitação, escolha de determinada sintaxe, bastam para modificar totalmente essa significação, sem jamais estarem contidas nas palavras. O que Ponty quer dizer é que, invisivelmente, o significado habita na palavra, porém nem sempre traz à tona todo o significado que há por trás dela.

[...] toda expressão me parece sempre como um vestígio, todas as ideias me são dadas apenas em transparência, e todo esforço para pegar na mão o pensamento que habita a palavra não deixa entre os dedos senão um pouco de material verbal.

Para buscar aquilo que se coloca por detrás da palavra (o significado), ou pelo menos se aproximar dele, foi necessário ler as entrelinhas. Vemos muito bem que, o “pouco material verbal”, as alterações de voz, os usos sintáticos, somados a algum material gestual, fizeram toda a diferença ao analisarmos os discursos das narradoras, fazendo com que acreditássemos enxergar, nem que de longe, a ideia

prima/o pensamento/o significado. Não podemos negar, portanto, que há uma presença carnal nas palavras, e que ela só se torna visível pela leitura que fazemos das falas. Essa presença é essencial quando tratamos da fonte oral, exatamente por que as palavras ou o “material verbal” são as máscaras do pensamento e dos sentidos agregados neste.

Mas para além do substrato embutido nas palavras, existe outro ponto fundamental e onipresente no que diz respeito ao ato da fala, ou a oralidade: a questão do poder. Sobre isso trazemos uma discussão já proposta por Alessandro Portelli (2010, p. 05), que na conferência de abertura do XXV Simpósio Nacional da ANPUH em Fortaleza/CE, no ano de 2009, fazia o olhar dos historiadores se voltar para o fato de que na relação multivocal da entrevista, a fala é um exercício de poder. Muito embora o encontro entre o pesquisador catedrático e o narrador analfabeto pareça vertical, concordamos com Portelli que o primeiro vai ao segundo para aprender algo que não pertence ao seu conhecimento acadêmico. Nesse âmbito, discorrendo sobre suas experiências de campo Portelli diz:

Ora, o que eu tinha, o que eu levava para a entrevista era minha ignorância, meu desejo autêntico de aprender. E eles me ajudavam porque o poder estava em suas mãos, porque tinham o saber que me faltava e a possibilidade de oferecê-lo, de proporcioná-lo a mim, ou de retê-lo; de falar ou de calar-se. Tinham esse poder e estavam muito contentes em exercer esse poder, em ajudar esse pobre professor europeu, vindo do outro lado do mar, que não sabe nada de nossa vida e do nosso trabalho, e que trata de aprender algo.

É essa mesma interpretação que fazemos sobre a prática oral das mulheres aqui tratadas como narradoras. Consideramos que elas ressaltam exatamente aquilo que as difere da academia e que as torna extraordinárias: as suas técnicas de trabalho, suas artes de fazer, a sua presença fundamental para a família e a sociedade, os seus dialetos e em suma, a sua cultura. Trazem assim signos “[...] que organizados possuem em si seu sentido imanente, que não se prende ao ‘penso’, mas ao ‘posso’” (PONTY, 1991, p. 94). Por isso quando se fala em subjetividade e luta contra a “sujeição” concluímos que em nosso caso o ato mais promissor de contrapoder é o da própria fala. Que essa discussão não se feche, todavia, por entre os muros acadêmicos que nos cercam.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGOSTINHO, Santo. **Confissões – Livros VII, X e XI**. Tradução Arnaldo do Espírito Santo, João Beato, Maria Cristina Castro, Maia de Sousa Pimentel. Covilhã: LusoSofia, 2008.
- ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. **O nordestino e a invenção do falo: uma história do gênero masculino (1920-1940)**. São Paulo: Intermeios, 2013.
- ALBERTI, Verena. **Ouvir contar: textos em História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- ANDRADE, Manoel Correia. **A terra e o homem do Nordeste**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1973.
- ANJOS, Margarida dos; FERREIRA, Marina Baird. **Mini Aurélio Século XXI: O minidicionário da língua portuguesa**. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. Tradução de Antonio de Padua Danes. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- BARROS, José D'Assunção. **O projeto de pesquisa em História: Da escolha do tema ao quadro teórico**. Petrópolis: Vozes, 2010.
- BARROS, Vilarin Barbosa. **Nos rastros de uma migração Quixadá (CE) – São Paulo: representações, memórias e sensibilidades (1973-2001)**. Fortaleza: Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em História da UECE, 2011.
- BARSTED, Leila Linhares; HERMANN, Jacqueline. **Instrumentos internacionais de proteção aos direitos humanos**. Porto Alegre: CEPIA, 2001.
- BASSANEZI, Carla; PEDRO, Joana Maria. **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.
- BENJAMIN, Walter. Walter. Sobre o conceito de História. In. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BERGSON, Henri. **Matéria e Memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito**. Tradução de Paula Neves. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício de Historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRUMER, Anita. Gênero e Agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. In: **Estudos feministas**, Florianópolis 12 (1), 2004.

BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Maria Rosa. Instruídas e trabalhadeiras: Trabalho feminino no final do século XX. In: **Revista Pagu**, São Paulo, cad. 17/18, 2001.

BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Rosa; UNBEHAUM, Sandra. Trabalho, renda e políticas sociais: avanços e desafios. In: **O progresso das mulheres no Brasil**. Brasília: UNIFEM, 2006.

CARNEIRO, Maria José. Herança e Gênero entre agricultores familiares. In: **Estudos feministas**, Florianópolis, ano 9 (1), 2001.

CHARTIER, Roger. **História Cultural: Entre práticas e representações**. 2ª Ed. Lisboa: DIFEL, 2002.

CASTRO, Mary Garcia. Gênero e poder. Leituras transculturais – quando o sertão é mar, mas o olhar estranha, encalha em recifes. In: **Revista Pagu**, São Paulo, cad. 16, 2001.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

_____. **A invenção do cotidiano: Artes de fazer I**. Tradução Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 2009.

_____. **A invenção do cotidiano: Morar Cozinhar II**. Petrópolis: Vozes, 2009.

CHARTIER, Roger. Diferenças entre os sexos e dominação simbólica. In: **Revista Pagu**, São Paulo, cad. 04, 1995.

CHAVES, José Olivenor Souza. **Atravessando Sertões: Memórias de velhas e velhos camponeses do Baixo-Jaguaribe-CE**. Recife: Tese - Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), 2002.

COUTINHO, Maria Lúcia Rocha. **Tecendo por trás dos panos: a mulher brasileira nas relações familiares**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

CRESPO, Antonio Pedro Arbernaz; GUROVITZ, Elaine. A pobreza como fenômeno multidimensional. In: **Revista RAE Eletrônica**, São Paulo, Vol. 01, nº 02, 2002.

DAMATTA, Roberto. **A casa e a rua: espaço, cidadania mulher e morte no Brasil**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DELEUZE, Gilles. **Empirismo e Subjetividade: ensaio sobre a natureza humana segundo Hume**. Tradução Luiz B.L. Orlandi. São Paulo: Editora 34, 2001.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História oral: memória, tempo, identidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

Del PRIORE, Mary. **Ao sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia**. São Paulo: UNESP, 2009.

_____. **Conversas e histórias de mulher**. São Paulo: Planeta, 2013.

_____. **Corpo a corpo com a mulher: pequena história das transformações do corpo feminino no Brasil**. São Paulo: Editora SENAC, 2000,

_____. (org.) **História das mulheres no Brasil**. 9ª Ed. São Paulo: Contexto, 2007.

_____. **História do Amor no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2005.

_____. **Viagem pelo imaginário do sul do interior feminino**. São Paulo: Revista Brasileira de História. Vol 19, 1999.

DIMEN, Muriel. Poder, sexualidade e intimidade. In: JAGGAR, Alisson M.; BORDO, Susan R (org.). **Gênero, Corpo, Conhecimento**. Tradução de Britta Lemos de Freitas. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Ventos, 1997.

D'Incao, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. In: Del PRIORE, Mary; PINSKY, CARLA Bassanezi. **História das mulheres no Brasil**. 10 ed. São Paulo: Contexto, 1997.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. Gênero e comportamento a serviço da Ditadura Militar: uma leitura dos escritos da Escola Superior de Guerra. In: **Diálogos**, Maringá, vol. 01, nº. 01, 2014.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

FALCI, Miridan Knox. Mulheres do sertão nordestino. In: PRIORE, Mary Del; PINSKY, CARLA Bassanezi. **História das mulheres no Brasil**. 10 ed. São Paulo: Contexto, 1997.

FARAH, Marta Ferreira dos Santos. Gênero e políticas públicas. In: **Estudos Feministas**, Florianópolis, Vol. 12, nº. 01, 2004.

FARGE, Arlet. **Lugares para a História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

FOUCAULT, Michel. **A hermenêutica do sujeito**. Tradução Márcio Alves da Fonseca. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

_____. **A Microfísica do Poder**. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. **História da Sexualidade II: O uso dos prazeres**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

_____. O sujeito e o poder. In: RABINOW, P; DREYFUS, H. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. 17 ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HEIDEGGER, Martin. **Ser e Tempo**. Tradução Márcia Sá Cavalcante Schuback. Petrópolis: Vozes, 2013.

HEREDIA, Beatriz; CINTRÃO, Rosângela Pezza. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. In: **Revista Nera**, Presidente Prudente, ano 09, nº 8, 2006.

HOBBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos: O breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JAGGAR, Alisson M.; BORDO, Susan R (org.). **Gênero, Corpo, Conhecimento**. Tradução de Britta Lemos de Freitas. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Ventos, 1997.

JIMÉNEZ, Martha Patrícia Ponce. Trabalho, Poder e Sexualidade: Histórias e valores femininos. In: **Revista Pagu**, São Paulo, cad. 05, 1995.

KOFES, Suely. Categorias analítica e empírica: Gênero e Mulher - Disjunções, conjunções e mediações. In: **Revista Pagu**, São Paulo, cad. 01, nº 03, 1993.

_____; PISCITELLI, Adriana. Memórias de 'histórias femininas, memórias de experiências'. In: **Revista Pagu**, São Paulo, cad. 08/09, nº 09, 1997.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução de Bernardo Leitão. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

LINHARES, Elcelane de Oliveira. **“O espaço do não dito”: Sexualidade e sensibilidades na memória das mulheres de Senador Pompeu/CE (1960-1970)**. Quixadá: Monografia apresentada ao curso de História da FECLESC, 2012.

MAGNABOSCO, Maria Madalena. Mal-estar e subjetividade feminina. In: **Revista Mal-estar e Subjetividade**, Fortaleza, vol. 03, nº 02, 2003.

MALUF, Marina; MOTT, Maria Lúcia. Recônditos do mundo feminino. In: SEVCENKO, Nicolau. **História da vida privada no Brasil: República da Belle Époque à era do rádio**. São Paulo: Companhia da Letras, 1998.

MALUF, Marina. **Ruídos da memória**. São Paulo: Siciliano, 1995.

MANSANO, Sonia Regina Vargas. Sujeito, subjetividade e modos de subjetivação na contemporaneidade. In: **Revista de psicologia da UNESP**, São Paulo, 8 (02), 2009.

MATOS, Maria Izilda Santos de. **Cotidiano e Cultura: História, Cidade e Trabalho**. São Paulo: EDUSC, 2002.

MATWYCHUCK, Margo. Estratégias de casamento, história de mulheres, e experiências de mulheres entre famílias de usineiros em Paraíba, Brasil. In: **Pagu**, São Paulo, cad. 08, 1997.

MAX, Maite Larrauri. **A Liberdade segundo Hannah Arendt**. São Paulo: Ciranda Cultura, 2009.

MAZIÈRE, Francine. **A análise do discurso: história e práticas**. Tradução de Marcos Marcionílio. São Paulo: Parábola, 2007.

MELLO, Soraia Carolina de. Uma profissão invisível: Dona de Casa (1970-1989). In: **Perseu Abramo**, nº. 07, ano 05, 2011.

MENDES, Mary Alves. **Mulheres chefes de família em áreas zeis: Gênero, Poder e Trabalho**. Recife: Tese apresentada ao Programa de Doutorado em Sociologia- Universidade Federal de Pernambuco, 2005.

MONTENEGRO, Antonio Torres. **História oral e memória: a cultura popular revisitada**. São Paulo: Contexto, 2010.

MOTTA, Alda Britto. Mulheres velhas: elas começam a aparecer. In: BASSANEZI, Carla; PEDRO, Joana Maria. **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

MURARO, Valmir Francisco. História, Subjetividade e Conhecimento. In: PEDRO, Joana Maria (org.). **Relações de poder e subjetividades**. Ponta Grossa: Toda Palavra, 2011.

NEVES, Frederico de Castro. **Getúlio e a seca: políticas emergenciais na era Vargas**. In: **Revista Brasileira de História**, São Paulo, V. 21, nº 40, pág. 107-131, 2001.

OLIVEIRA, Lucas Pereira de. **A violenta intimidade do lar: Percepção da violência contra mulheres nos processos criminais de Senador Pompeu/CE (1988-2000)**. Quixadá: Monografia apresentada ao curso de História da FECLESC, 2012.

OLIVEIRA, Rosângela de Souza. **A influência da Estrada de Ferro para o cotidiano dos moradores de Senador Pompeu**. Crato: Monografia apresentada ao curso de História da URCA, 2006.

PACHECO, Ana Lucia Paes de Barros. **Mulheres pobres e chefes de família**. Rio de Janeiro: Tese de doutorado submetida ao Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, 2005.

PASSERINI, Luisa. A Mitobiografia da história oral. In: **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História**. São Paulo: Departamento de História da PUC, 1981.

PATAI, Daphne. **História oral, Feminismo e Política**. Tradução de Fernando Luis Cássio e Ricardo Santiago. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

PAULILO, Maria Ignez S. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. In: **Estudos Feministas**, Florianópolis, 12 (1), 2004.

PEDRO, Joana Maria. A experiência com contraceptivos no Brasil: uma questão de geração. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, Vol. 23, nº 45, 2003.

_____. As mulheres e a separação das esferas. In: **Diálogos**, DHI/UEM, vol. 04, nº. 04, 2000.

_____. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. In: **Revista Pagu**, São Paulo, v. 24, nº. 1, 2005.

PEREIRA, Francisca Antônia Lourêncio. **Vendedoras da Estação Ferroviária: Trabalho feminino em questão – 1950 á 1960 (Senador Pompeu-CE)**. Quixadá: Monografia apresentada ao curso de História da FECLESC, 2009.

PEREIRA, Gilson R. de M.; CATANI, Afrânio Mendes. Espaço social e espaço simbólico: introdução a uma topologia social. In: **Revista Perspectiva**, Florianópolis, Vol. 20, 2002.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. Tradução de Angela M. S. Côrrea. São Paulo: Contexto, 2007.

_____. Práticas da Memória Feminina. In: **Revista Brasileira de História**, São Paulo, V.9, nº18, 1989.

PINTO, Céli Regina Jardim. **O Feminismo no Brasil: suas múltiplas faces**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

PINTO, Júlio Pimentel. Os muitos tempos da memória. In: **Projeto História**, São Paulo, (17), 1998.

PIOVESAN, Flavia. Direitos civis e políticos: a conquista da cidadania feminina. In: **O progresso das mulheres no Brasil**. Brasília: UNIFEM, 2006.

PITANGUY, Jacqueline; BARSTED, Leila Linhares; MIRANDA, Dayse. Um instrumento de conhecimento e de atuação política. In: **O progresso das mulheres no Brasil**. Brasília: UNIFEM, 2006.

PITANGUY, Jacqueline; MIRANDA, Dayse. As mulheres e os direitos humanos. In: **O progresso das mulheres no Brasil**. Brasília: UNIFEM, 2006.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, Vol.2, nº 3, 1989.

PONTY, Maurice Merleau. **Signos**. Tradução de Maria Ermantina Galvão Gomes Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

PORTELLI, Alessandro. **Ensaio de História Oral**. São Paulo: Letra e Voz, 2010.
_____. História Oral e Poder. In: **Mnemosine**, Departamento de Psicologia Social e Institucional/UERJ, Vol. 06, nº 02, 2010.

_____. Sonhos ucrônicos e possíveis mundos dos trabalhadores. In: **Projeto História**, São Paulo, Vol. 10, 1993.

RAGO, Margareth. O efeito-Foucault na historiografia brasileira. In: **Tempo Social**, USP, São Paulo, Vol. 07, outubro de 1995.

_____. Ser mulher no século XXI ou carta de alforria. In: VENTURI, Gustavo; RECAMÁN, Marisol; OLIVEIRA, Suely de (org.). **A mulher brasileira nos espaços público e privado**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

_____. Subjetividade, feminismo e poder, ou podemos ser outras? In: PEDRO, Joana Maria (org.). **Relações de poder e subjetividades**. Ponta Grossa: Toda Palavra, 2011.

RECIFE. SUDENE. Superintendência do desenvolvimento no Nordeste. **Aspectos do Quadro Social do Nordeste**. Recife: vol. 4, n. 1, 1985.

REIS, José. Sobre o Tempo. In: **Revista Filosófica de Coimbra**, Portugal, nº 09, 1996.

RIBEIRO, Suzana Lopes Salgado. O extraordinário cotidiano de Dona Ana, uma mulher do campo. In: **Narrativas e experiências: Histórias orais de mulheres brasileiras**. São Paulo: Letra e Voz, 2009.

RICOEUR, Paul. **A Memória, a História, O esquecimento**. Tradução: Alain François. São Paulo: Editora da Unicamp, 2007.

_____. **Tempo e Narrativa: Tomo I**. Tradução: Constança Marcondes Cesar. São Paulo: Papirus, 1994.

_____. **Tempo e Narrativa: Tomo II**. Tradução: Marina Appenzeller. São Paulo: Papirus, 1995.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado: Cultura da memória e guinada subjetiva**. Tradução: Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SCHIMIDT, Maria Luisa Sandoval; MAHFOUD, Miguel. Halbwachs: Memória Coletiva e Experiência. In: **Revista do Instituto de Psicologia da USP**, vol. 04, 1993.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: **Educação & Realidade**, Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995.

SENA, Francisca Maria Rodrigues. **Mulheres em movimento: a construção de relações de gênero na militância política das mulheres**. Fortaleza: Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas de UECE, 2004.

SILIPRANDI, Emma. Urbanas e rurais: A vida que se tem, a vida que se quer. In: VENTURI, Gustavo; RECAMÁN, Marisol; OLIVEIRA, Suely de (org.). **A mulher brasileira nos espaços público e privado**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SILVA, José Ribeiro da; JESUS, Paulo de. Os desafios do novo rural e as perspectivas da agricultura familiar no Brasil. In: Congresso de Pesquisa e Inovação da Rede Norte Nordeste de Educação Tecnológica (CONNEPI), 5, 2010, Maceió. **Anais**: Maceió, Centro de Convenções, 2010.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. Mulheres trabalhadoras rurais: trajetórias e memórias. In: **Revista Ruris**, v. 04, nº 02. São Paulo: Unicamp, 2010.

SOIHET, Rachel (org.). A história das mulheres. Cultura e Poder das mulheres: ensaio de historiografia. In: **Gênero**, Niterói, vol. 02, nº. 01, 2001.

SORJ, Bila. Trabalho remunerado e trabalho não-remunerado. In: VENTURI, Gustavo; RECAMÁN, Marisol; OLIVEIRA, Suely de (org.). **A mulher brasileira nos espaços público e privado**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SOUSA, Noélia Alves de. **Sábias mulheres: Uma investigação de gênero sobre parteiras no sertão do Ceará (1960-2000)**. Rio de Janeiro: Tese apresentada ao programa de doutorado em História da UFRJ, 2007.

SOUZA, Maria Aparecida de O. As Mulheres Trabalhadoras Rurais e suas Experiências de Vida. In: Encontro Nacional de História Oral, 10, 2010, Pernambuco. **Anais**: Pernambuco, UFPE - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, 2010.

THERBORN, Göran. Sexo e poder. **A família no mundo (1900-2000)**. São Paulo: Contexto, 2006.

THOMÉ, Scheila Cristiane. **Subjetividade e tempo na fenomenologia Husserliana**. Curitiba: Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal do Paraná (UFP), 2008.

THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TILLY, Louise A. Gênero, História das Mulheres e História Social. In: **Revista Pagu**, cad. 03, 1994.

_____. **Costumes em Comum. Estudos sobre a Cultura Popular Tradicional** (Trad. Rosaura Eichenberg). São Paulo: Cia das Letras, 2008.

Veloso, C. **Aristóteles. Da Lembrança e da Rememoração.** De Memória et Reminiscentia. Cadernos de História e Filosofia da ciência, Série 3, v. 12, n. especial, jan.-dez. 2002.

VENTURI, Gustavo; RECAMÁN, Marisol; OLIVEIRA, Suely de (org.). **A mulher brasileira nos espaços público e privado.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

WADI, Yonissa Marmitt. **A história de Pierina: subjetividade, crime e loucura.** Uberlândia: EDUFU, 2009.

WOOLF, Virgínia. **Profissões para mulheres e outros artigos feministas.** Tradução de Denise Bottmann. Porto Alegre: L&PM, 2013.

FONTES

Sites

www.portalodm.com.br/relatorios/PDF/gera_PDF.php?cidade=8830 Acesso em 04 de outubro de 2013.

http://populacao.net.br/populacao-senador-pompeu_ce.html Acesso em 22 de dezembro de 2013.

<http://www.rffsa.gov.br/principal/historico.htm> Acesso em 08 de outubro de 2013.

http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/perfil_basico/pbm-2012/Senador_Pompeu.pdf Acesso em 17 de dezembro de 2014.

<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?uf=23&dados=0> Acesso em 17 de dezembro de 2014.

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/evolucao_pdf Acesso em 17 de dezembro de 2014.

Documentos oficiais

Livros-tombo de casamentos, de 1959 a 1989, arquivados na sede da Paróquia de Nossa Senhora das Dores de Senador Pompeu/CE.

Processos de desquite, separação e divórcio, entre 1977 e 1989. Arquivos de terceira entrância do Cartório Prudente da comarca de Senador Pompeu/CE.

Periódicos

Revista Cláudia. Coleção A Enciclopédia da Mulher. **Vantagens da Mulher que trabalha.** São Paulo: Abril Cultural, nº 35, 1977.

Jornal Tribuna do Ceará. **Pronunciamento do Presidente da República às “Donas de casa”**. Fortaleza, nº131, p. 03, 1965.

Obras literárias

ALVES, Valdecy (org). **Enciclopédia Municipal de Senador Pompeu**. Senador Pompeu: Gráfica, 2002.

NOGUEIRA. José Maria Saraiva Júnior. **Senador Pompeu em Crônicas**. Fortaleza: ABC, 2004.

GIOVANAZZI, João Paulo. **Paróquia de Nossa Senhora das Dores: 80 anos servindo ao Senhor**. Senador Pompeu: Grafit, 1999.

Entrevistas

ARAÚJO, Maria Vilani da Conceição. **Maria Vilani da Conceição Araújo**. Depoimento [out. 2011]. Entrevistadora: Maria Elcelane de Oliveira Linhares. Senador Pompeu, 2011. 1 arquivo mp3 (38min: 28s). Transcrição em acervo pessoal. A desta dissertação.

_____. **Maria Vilani da Conceição Araújo**. Depoimento escrito [mar. 2014]. Entrevistadora: Maria Elcelane de Oliveira Linhares. Senador Pompeu, 2014. 1 arquivo PDF. Em acervo pessoal. A desta dissertação.

COSTA, Francisca Celeste do Ó. **Francisca Celeste do Ó Costa**. Depoimento [mar. 2013]. Entrevistadora: Maria Elcelane de Oliveira Linhares. Senador Pompeu, 2013. 1 arquivo mp3 (34min: 13s). Transcrição em acervo pessoal. A desta dissertação.

_____. **Francisca Celeste do Ó Costa**. Depoimento escrito [mar. 2014]. Entrevistadora: Maria Elcelane de Oliveira Linhares. Senador Pompeu, 2014. 1 arquivo PDF. Em acervo pessoal. A desta dissertação.

COSTA, Julita do Ó. **Julita do Ó Costa**. Depoimento [mar. 2013]. Entrevistadora: Maria Elcelane de Oliveira Linhares. Senador Pompeu, 2013. 1 arquivo mp3 (31min: 7s). Transcrição em acervo pessoal. A desta dissertação.

_____. **Julita do Ó Costa**. Depoimento escrito [mar. 2014]. Entrevistadora: Maria Elcelane de Oliveira Linhares. Senador Pompeu, 2014. 1 arquivo PDF. Em acervo pessoal. A desta dissertação.

LIMA, Maria Augusta Ferreira. **Maria Augusta Ferreira Lima**. [abr. 2012]. Entrevistadora: Maria Elcelane de Oliveira Linhares. Senador Pompeu, 2012. 1 arquivo mp3 (40min: 3s). Transcrição em acervo pessoal. A desta dissertação.

_____. **Maria Augusta Ferreira Lima.** Depoimento escrito [mar. 2014]. Entrevistadora: Maria Elcelane de Oliveira Linhares. Senador Pompeu, 2014. 1 arquivo PDF. Em acervo pessoal. A desta dissertação.

OLIVEIRA, Antônia Rodrigues de. **Antônia Moreira de Oliveira.** Depoimento [mar. 2013]. Entrevistadora: Maria Elcelane de Oliveira Linhares. Senador Pompeu, 2013. 1 arquivo mp3 (48 min). Transcrição em acervo pessoal. A desta dissertação.

_____. **Antônia Moreira de Oliveira.** Depoimento escrito [mar. 2014]. Entrevistadora: Maria Elcelane de Oliveira Linhares. Senador Pompeu, 2014. 1 arquivo PDF. Em acervo pessoal. A desta dissertação.

PINHEIRO, Francisca de Souza. **Francisca de Souza Pinheiro.** Depoimento [mai. 2011]. Entrevistadora: Maria Elcelane de Oliveira Linhares. Senador Pompeu, 2011. 1 arquivo mp3 (43min: 21s). Transcrição em acervo pessoal. A desta dissertação.

_____. **Francisca de Souza Pinheiro.** Depoimento escrito [mar. 2014]. Entrevistadora: Maria Elcelane de Oliveira Linhares. Senador Pompeu, 2014. 1 arquivo PDF. Em acervo pessoal. A desta dissertação.

SANTOS, Raimunda Pereira dos. **Raimunda Pereira dos Santos.** Depoimento [abr. 2012]. Entrevistadora: Maria Elcelane de Oliveira Linhares. Senador Pompeu, 2012. 1 arquivo mp3 (35min: 17s). Transcrição em acervo pessoal. A desta dissertação.

_____. **Raimunda Pereira dos Santos.** Depoimento escrito [mar. 2014]. Entrevistadora: Maria Elcelane de Oliveira Linhares. Senador Pompeu, 2014. 1 arquivo PDF. Em acervo pessoal. A desta dissertação.

SOUZA, Rita Oliveira de. **Rita Oliveira de Souza.** Depoimento [dez. 2011]. Entrevistadora: Maria Elcelane de Oliveira Linhares. Senador Pompeu, 2011. 1 arquivo mp3 (38min: 28s). Transcrição em acervo pessoal. A desta dissertação.

_____. **Rita Oliveira de Souza.** Depoimento escrito [mar. 2014]. Entrevistadora: Maria Elcelane de Oliveira Linhares. Senador Pompeu, 2014. 1 arquivo PDF. Em acervo pessoal. A desta dissertação.